

RESUMO

A pesquisa pretende investigar as possíveis influências das teorias da modernização, desenvolvidas no Brasil nas décadas de 30 e 40, na visão de Estado e na concepção do papel dos intelectuais no pensamento de Celso Furtado.

PALAVRAS-CHAVE

Subdesenvolvimento; Modernização; Estado; Intervencionismo; *Intelligentsia*; Ideologia; Celso Furtado.

ABSTRACT

The research intends to investigate the possible influences of modernization theories in the 30's and 40's in the state's view and the role of intellectual people according Celso Furtado.

KEY WORDS

Under-development; Modernization; State; Intervinience; *Intelligentsia*; Ideology; Celso Furtado.

SUMÁRIO

I.	Auto-retrato intelectual.....	4
II.	O fascínio da questão nacional	18
	1. Raça e Nação: a construção do Brasil mestiço	18
	2. Estado e Nação: a modernização conservadora	25
	2.1. Oliveira Vianna	35
	2.2. Azevedo Amaral	38
	3. Desenvolvimento e Nação: a construção do Brasil industrial	40
	3.1. Um Brasil industrial: Vargas e JK	45
III.	O capitalismo regulado e a descoberta da periferia	51
	1. “A Era de Ouro”	51
	2. Capitalismo periférico: novo objeto de reflexão teórica	59
	2.1. Raúl Prebisch e a CEPAL: teorização do desenvolvimento periférico	68
IV.	Celso Furtado: racionalidade e política no desenvolvimento econômico.....	87
	1. Substituição de importações: caminho e limites para industrialização no Brasil.....	94
	2. Reforma e reformadores.	101
	3. Reforma do Estado e planejamento democrático.....	112
V.	Ao modo de conclusão.....	116

VI. Bibliografia	119
1. Geral.....	119
2. Obras de Celso Furtado	130
VII. Anexo: Entrevista com Celso Furtado.....	132

CELSO FURTADO: OS INTELLECTUAIS, A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO NA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Rosa Maria Vieira

“ A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas se pode evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros”.

(Celso Furtado, *A Pré-Revolução Brasileira*).

I. AUTO-RETRATO INTELLECTUAL

Em 1972, no exílio e já integrado ao mundo acadêmico europeu, Celso Furtado elaborou um “*Auto-retrato Intelectual*” para ser publicado no **International Social Sciences Journal** (Paris, UNESCO, v. XXV, N.1-2, 1973). No testemunho de sua trajetória pessoal chama a atenção, particularmente, a estratégia argumentativa articulada em torno de uma dada concepção de **intelectual**, cujos fundamentos podem, inicialmente, ser localizados nas proposições cepalinas. Isto é, a do intelectual reformador, munido de razão e ciência, com o papel de intervir na história através do planejamento, concebido como **técnica social** capaz de “*eleva o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não-reversíveis em direções indesejáveis*” (FURTADO, 1983: 35). Como se percebe, uma formulação convergente com a temática central, já bastante conhecida, da teoria do desenvolvimento da CEPAL, qual seja, a idéia de que deixado ao livre jogo das forças do mercado, o mundo capitalista periférico jamais romperia as barreiras do

subdesenvolvimento, dada a impossibilidade histórica da industrialização sustentada e desenvolvimento espontâneo das áreas atrasadas¹.

Neste texto, como se verá a seguir, **razão** e **ciência** fazem parceria com a idéia de **neutralidade**, ao sabor de certa inspiração positivista. Assim, do mesmo modo como no discurso da CEPAL, o conceito de **nação** cumpre a função de obliterar a estratificação social e as estratégias de classe em jogo no projeto capitalista de desenvolvimento da periferia, o princípio da neutralidade do arsenal teórico, de que lança mão o intelectual reformador, presta-se aqui à construção ideológica do pensador acima das classes, instrumento esclarecido do progresso, dotado de racionalidade científica e engajado na luta contra as forças do atraso e da estagnação.²

Para reconstruir os caminhos de sua formação, Celso Furtado toma, significativamente, como ponto de partida imagens dramáticas do Nordeste brasileiro, de modo a compor um retrato de atraso e de subdesenvolvimento:

¹ A propósito das teses cepalinas consultar RODRIGUEZ, 1981; CARDOSO, 1993; BIELSCHOWSKY, 1999.

² No “*Auto-retrato Intelectual*”, Celso Furtado vale-se de uma série de argumentos que confluem para colocar em evidência a neutralidade dos princípios científicos que orientam sua vocação reformista, comprometida com o progresso, aqui tomado como sinônimo de desenvolvimento industrial. Isto corresponde ao que, em termos de retórica, se chama “interação por convergência”, recurso que tem a finalidade de aumentar o valor de convencimento das formulações discursivas. Os diversos argumentos sinalizadores da isenção e racionalidade científica, como elementos capazes de assegurar a eficiência transformadora da realidade, reforçam-se mutuamente, porém não de modo explícito. A passagem entre as diversas proposições é muito sutil, como se a articulação dos argumentos fosse casual. A eficiência deste procedimento aumenta com o emprego da chamada “linguagem de convicção”, ou seja, afirmações que não são transmitidas como sentimentos arbitrários, hipóteses ou conjecturas subjetivas do autor. As proposições são apresentadas como resultado de conclusões baseadas em premissas incontestáveis. BIANCHI e SALVIANO JR, 1996. Costumeiramente o emprego da terceira pessoa do singular reforça esta intenção, pois confere distanciamento e neutralidade ao texto. Celso Furtado, embora utilizando-se da primeira pessoa do singular, consegue este efeito referindo-se a si próprio unicamente na dimensão de homem público. As informações de sua vida privada que, circunstancialmente, emergem ao longo da narrativa, são apenas as que interessam ao desvelamento de suas virtudes públicas, de modo a pôr em evidência uma biografia de caráter exemplar no trato da *res publica* e da construção do saber científico. VIEIRA, 2000.

*“O Nordeste brasileiro onde nasci e vivi até aos vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade que se estende pelos séculos dezesseis e dezessete, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país. [...] No século XIX se acelera o declínio relativo e, finalmente, no século atual a região seria transformada em simples área dependente, produtora de matérias-primas para as indústrias instaladas no sul do país. Na minha infância, no sertão, a família ampliada constituía o quadro básico de formação do indivíduo. A ‘política’ absorvia parte importante da vida dos chefes de grandes famílias. Mas essa atividade política só remotamente estava ligada ao que ocorria no país: ela consistia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões de cangaceiros eram freqüentes. As histórias de violências, referidas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram a minha infância. Essas violências referiam-se mais a atos de arbitrariedade, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo à **western**”.*
(FURTADO, 1983:30)

Na construção deste quadro, as histórias de poder, violência e arbitrariedade têm como cenário adequado uma natureza hostil, que castiga com a seca, pois no sertão *“a vinda da chuva é incerta e entre a abundância e a mais total miséria a distância é mínima, dependendo de um golpe da **fatalidade** [...] As histórias dessas secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens, povoam o meu espírito na primeira infância”* (p.31).

Nestas imagens do Nordeste, onde sociedade e natureza conspiram contra o homem, compondo um ambiente de brutalidade e fatalismo, Celso Furtado vai buscar as determinações remotas, estruturadoras de sua personalidade e conformadoras de seu comportamento na ação política e na atividade intelectual, que ele chama de *idéias-força*:

“A primeira destas idéias é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a predominar no mundo dos homens. A segunda, é a de que a luta contra esse estado de coisas exige algo mais que simples esquemas racionais. A terceira, é a de que essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva” (p.32).

A vocação intelectual reformadora – pois é disto que aqui se fala – precisa, no entanto, de um enquadramento teórico que, cientificamente, modele a insurgência contra o fatalismo. Assim, a memória de Celso Furtado recompõe e dá coerência aos caminhos de sua formação intelectual, cujas origens se localizariam na adolescência, sob o influxo da movimentação intelectual do Brasil no pós-30.

O núcleo original de influências, reconstituído por Furtado, seria composto por três correntes principais: a **positivista** – *“A primazia da razão, a idéia de que todo conhecimento em sua forma superior assume a forma de **conhecimento científico**, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso me impregnou como evidente –; a **marxista** – “como subproduto do meu interesse pela História.[...]Na sociedade estratificada e parada no tempo em que vivia, a idéia de que as formas sociais são **históricas**, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos.[...]Essa idéia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo, desembocava sobre uma responsabilidade moral – ; a **sociologia americana**, com a qual Celso Furtado entrara em contato “através do livro de Gilberto Freire, **Casa Grande e Senzala**”³, que “não somente permitia ver muitas coisas com olhos novos, mas também nos **atualizava**, isto é, nos punha ao dia com o*

³ Pouquíssimas pensadores nacionais são claramente reconhecidos como influências intelectuais por Celso Furtado. No entanto, saem das sombras, em depoimentos e na obra memorialista, Roberto Simonsen (“*sem a obra de Roberto Simonsen eu nunca teria escrito o **Formação Econômica do Brasil***”), pelo aporte de dados e material empírico reunidos no *História Econômica do Brasil*, e Gilberto Freyre. Mesmo discordando profundamente da visão de mundo conservadora de Freire e de sua interpretação do Nordeste e do Brasil – nunca é demais lembrar que Furtado e Freire confrontaram-se politicamente nos tempos da SUDENE –, Furtado reconhece a dívida do pensamento social brasileiro para com o autor de *Casa Grande & Senzala*: “[Gilberto Freire] *ajudou-me a pensar a sociedade brasileira, libertando-nos do enfoque racista que até então dominava o pensamento brasileiro*”. (Depoimento de Celso Furtado à autora, em 2001, cf. Anexo)

que se pensava no mundo intelectual em que se estava criando o conhecimento”(p.33).

Convicção reformadora, isenção científica e formação teórica cosmopolita. Esta tríade persistirá em múltiplas recombinações e, de modo especial, orientará a narrativa quando Celso Furtado se referir ao processo de sua formação como economista. Neste momento tratar-se-á, sobretudo, de demarcar as diferenças entre sua formação estruturalista e o campo neoclássico: a orientação multidisciplinar de cientista social, o recurso à história para o esquadramento das questões econômicas e a defesa da intervenção do Estado para o controle das forças cegas do mercado, de modo a colocá-las a serviço do desenvolvimento do capitalismo periférico. Ou, em outras palavras, as possibilidades de reforma do mundo subdesenvolvido abertas pelas formulações histórico-estruturalistas.

Para sua visão totalizadora dos fatos econômicos, Celso Furtado dá como explicação a descoberta tardia da Economia quando, aos 26 anos, sua “*forma de ver o mundo, no fundamental*”, já se encontrava definida. Assim, “*a Economia não chegaria a ser [...] mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, tratar problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema **estritamente econômico***”(p.36). Aqui, o Marx da teorização econômica não exercerá a alegada influência que teria tido o da teoria da história pois, conforme suas palavras, “*a leitura de **O Capital** ocorreu quando os meus conhecimentos de Economia clássica (na versão ricardiana) já eram avançados e quando a moderna macro-economia (na versão keynesiana) já se havia imposto*” (p.37)⁴.

⁴ É intrigante saber como Celso Furtado concilia sua adesão à ruptura entre ciência e ideologia com as alegadas influências marxistas em seu pensamento. O que se verifica é uma espécie de “leitura seletiva” de Marx, de modo a possibilitar uma acomodação com os pressupostos positivistas e reformadores. A teoria da história é expurgada das referências à luta de classes e seus desdobramentos, substituídos por uma genérica alusão ao fazer humano no processo histórico-social. A fragmentação do princípio de totalidade permite, ainda, que a concepção de história e

A influência de Keynes⁵ foi decisiva para a rejeição do “*mito estacionário*” e da visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, presentes nas formulações dos clássicos e neoclássicos, e para a concepção de que as decisões econômicas pressupunham um exercício de poder político pois, segundo Furtado,

“na economia capitalista os centros de decisão mais importantes desse sistema estão no Estado. Essa idéia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização das decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural”(p.37)

Neste quadro, porém, ainda falta uma peça essencial, que dará significado às suas proposições reformadoras: a influência decisiva de Karl Mannheim⁶. No “*Auto-retrato Intelectual*”, o reconhecimento desta influência parece cumprir dupla função: desloca o influxo de Marx, quanto à problemática da ação humana em sociedade, para um plano mais remoto, e, ao mesmo tempo, abre caminho para uma justificativa teórica do planejamento econômico, em termos compatíveis com o jogo

as formulações econômicas e políticas de Marx sejam apartadas em módulos estanques, de forma que o recurso a uma delas não implique na adesão à outra, abrindo as possibilidades de uma composição teoricamente eclética.

⁵ Segundo Celso Furtado, a aproximação com o pensamento de Keynes deu-se, na CEPAL, por influência de Raul Prebisch que, em 1947, inclusive, redigiu o conhecido *Introducción a Keynes*. Como muitos analistas do pensamento econômico cepalino e furtadiano já indicaram, a influência keynesiana sobre as teses do desenvolvimento periférico foram cruciais, tanto no que diz respeito à autonomia e ao lugar decisivo da demanda no processo econômico geral, como ao papel do Estado na economia. O período em que Furtado esteve em Cambridge, nos anos 50, em contato com Kaldor, Joan Robinson e Piero Sraffa, atualizou, em larga medida, esta influência que, além do projeto de desenvolvimento nacional, modelou sua leitura da história econômica do Brasil (“*Tenho a impressão de que Cambridge me permitiu conferir certas coisas, dar maior precisão à minha linguagem, ser mais rigoroso na análise econômica*”). FURTADO:1985 e Depoimento à autora (Anexo).

⁶ Celso Furtado entrou em contato com a obra de Karl Mannheim, já nos anos iniciais de formação, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, a partir das publicações do Fondo de Cultura do México, distribuídas no Rio de Janeiro, em versão espanhola. Além do *Man and Society in Age of Reconstruction*, refere-se, também à leitura de *Ideologia e Utopia*, como obra que sedimentou suas convicções reformadoras. Nas palavras de Furtado, “[...], Mannheim foi fundamental. Ele me iluminou, me tirou do tecnicismo. Pude perceber que há valores, que o planejamento não decorre apenas de uma boa estratégia. Há que estar iluminado por valores, para ser democrático. Mannheim me ensinou a ver a sociedade como um sistema de valores, antes de tudo”. (Depoimento, cf. Anexo)

democrático e com a reprodução capitalista. A sociologia do conhecimento de Mannheim é apresentada como “*uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à história*” e como ponto de partida para seu interesse pelas ciências sociais. Porém, adverte que “*não se tratava de ler os livros de Ciências Sociais e sim de buscar neles meios para atuar*” de modo racional, a partir de um planejamento adequado. Esta seria a lição primordial do livro **Man and Society in Age of Reconstruction**, de Mannheim, que, segundo Celso Furtado, o aproximou do planejamento como técnica social e nele fixara “*a idéia de que o homem **pode** atuar racionalmente sobre a História*”⁷ (pp.34/35).

O peso da influência de Mannheim potencializa a do positivismo, com ele compondo um quadro de integração e complementaridade, pois, como lembra Celso Furtado a certa altura da narrativa, para o positivismo “*grande parte do que concerne ao comportamento dos homens, individual e socialmente, pode ser objeto de conhecimento científico não distinto do que temos do mundo exterior ao homem*”. Reiterando, então, sua anuência ao positivismo, anteriormente enunciada, reconhece o princípio da “*ruptura epistemológica entre o conhecimento científico e o conhecimento ideológico*” que, segundo suas palavras, “*sempre [lhe] pareceu clara*”. Assim, o postulado da ciência neutra alimentaria a convicção reformadora do planejador isento que, imbuído da razão técnica, pode não apenas identificar as aspirações nacionais (acima dos interesses particulares de classes), mas também criar as condições para que o progresso e o desenvolvimento se viabilizem na periferia do capitalismo. Sem dúvida, o que se vislumbra, aqui, é o recurso à noção

⁷ Segundo Marialice M. Foracchi, a planificação democrática, nos moldes pensados por Mannheim, tinha por finalidade “*refinar e dirigir tendências sociais já existentes [...] tendo em vista a reintegração e continuidade do sistema social. O planejamento democrático, entendido como processo e como alternativa racional de ação modificadora, concretiza essas condições. Enquanto processo decorrente da atual configuração histórico-social, é o elemento dinâmico de preservação da ordem social. Diríamos até, com algum exagero, ser ele o último recurso de preservação da atual ordem social porque a coordena em suas tendências mais peculiares*”. FORACCHI, 1982: 25.

de *intelligentsia*⁸ de Mannheim: um grupo intelectual relativamente descomprometido que resume os interesses que permeiam a vida social e que, para além dos particularismos, pode ser o responsável pelo processo de racionalização, livre dos constrangimentos de classe, e o portador dos anseios coletivos⁹. Ou, de acordo com a visão de Furtado, o técnico social ou o planificador capaz de uma intervenção racionalizadora nas esferas irracionais da vida em sociedade¹⁰.

⁸ Conforme Mannheim, *intelligentsia* “é um agregado que está entre as classes, mas não acima delas. Individualmente os membros do grupo dos intelectuais podem ter, como é o caso freqüentemente, uma orientação particular de classe e, em conflitos reais, aliar-se a um ou outro partido político. Além disso, suas escolhas podem ser coerentes e características de uma clara posição de classe. Mas, além e acima dessas afiliações, ele é motivado pelo fato de que seu treinamento o equipou para enfrentar os problemas da hora a partir de diversas perspectivas e não apenas de uma, como acontece com a maioria dos participantes de controvérsias de sua época. Dissemos que ele está *equipado* de forma a encarar os problemas de sua época sob mais de uma perspectiva, embora, de um caso para outro, possa agir como partidário e alinhar-se a uma classe.[...]Pode mudar seu ponto de vista com mais facilidade e está menos rigidamente comprometido com um dos lados da disputa, pois é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes de uma mesma coisa. Essa propensão pode às vezes entrar em conflito com os interesses de classe da própria pessoa. O fato de estar exposto a várias facetas do mesmo problema e seu acesso mais fácil a outras e diferentes avaliações da situação fazem com que se sinta à vontade em uma área mais extensa da sociedade polarizada, mas também o tornam um aliado menos digno de confiança que as pessoas cujas escolhas se assentam em uma menor seleção das muitas facetas sob as quais a realidade se apresenta”. FORACCHI, 1982:104-105.

⁹ Na formulação de Mannheim, “A única preocupação comum desse estrato é o processo intelectual: o esforço contínuo de avaliar, diagnosticar e prognosticar, descobrir alternativas quando aparecem, compreender e localizar os diferentes pontos de vista antes de rejeitá-los ou assimilá-los”. MANNHEIM, 1974:138. (*Sociologia da Cultura*. São Paulo: EDUSP,1974.)

¹⁰ **Planejamento, democracia e racionalização** do espaço social são preocupações que acompanham Furtado desde os tempos de formação, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde, muito cedo, inclinou-se para os estudos de administração. Data desta fase (1944-1947), a publicação de dois artigos, na *Revista do Serviço Público* – “Notas sobre a administração de pessoal do Governo Federal Americano” e “Teoria da estrutura em organização”–, que tinham como eixo a problemática da racionalidade e da organização aplicadas à administração do espaço público. E, também, de um terceiro – “Trajetória da democracia na América” -, na *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*, onde a questão em pauta era as possibilidades de uma administração pública ser eficiente e democrática no contexto de uma sociedade industrial, de massas, como era o caso da norte-americana. Montesquieu, Rousseau e Tocqueville, dão o suporte intelectual para que Celso Furtado discuta as bases da democracia americana; Max Weber serve como fundamento para a investigação das condições de emergência, funcionamento e das implicações da burocracia moderna, e Karl Mannheim para a especulação quanto às possibilidades de se garantir a democracia pelos mecanismos de controle social. Como se vê, inauguravam-se aqui parcerias intelectuais que acompanharão Furtado em sua trajetória, fornecendo os substratos teóricos às suas posições de reforma e planejamento. Cf. GUIMARÃES,1999:21-31 e Depoimento Anexo.

Desta leitura do “*Auto-retrato Intelectual*”, emergem, portanto, elementos que colocam em evidência não só as influências intelectuais decisivas sobre Celso Furtado mas, sobretudo, a construção ideológica do intelectual reformador. De igual modo, revela-se, também, uma proposição que o acompanha em sua longa trajetória: a neutralidade científica no conhecimento da realidade social, para além dos interesses particulares de classe, que abriria caminho a modos racionais de gerenciamento dos negócios públicos, à possibilidade de gestão científica da sociedade, para a qual, por suposto, nenhum agente puramente político teria a qualificação suficiente por não deter o saber técnico competente. Em última instância, nos termos do projeto global de Furtado, a idéia de que a conquista do desenvolvimento implicaria, necessariamente, na submissão da política à técnica racional e, no limite, na despolitização do espaço social.

Pretende-se, a partir de agora, ampliar a análise destas formulações, investigando-se o lugar e a função do Estado no pensamento de Celso Furtado, entendendo-se por isto, a discussão de suas concepções de planejamento, de seu posicionamento frente ao jogo político-democrático e, particularmente, de sua visão quanto ao papel das elites e dos intelectuais no processo de desenvolvimento nacional. Para tanto caberia esquadrihar-se, na sua produção teórica dos anos 50 e 60, a declarada influência keynesiana, o influxo da revolução cepalino-prebischiana, no contexto do desenvolvimentismo latino-americano do segundo pós-guerra, além de examinar-se o sentido da incorporação dos princípios do planejamento democrático de Mannheim.

Permanecer, no entanto, neste universo de intenções seria, quase que tão somente, andar sobre as pegadas que o próprio autor deixou nos caminhos de reconstrução de sua trajetória intelectual, ou permanecer nas trilhas já largamente percorridas por muitos de seus analistas. A pretensão de desvelar as idéias de Furtado quanto ao lugar do Estado no seu projeto desenvolvimentista deve levar a análise a outras

dimensões, que permitam vislumbrar possíveis interlocuções, heranças, ou, até mesmo, influências não explicitamente referidas. Em outros termos, trata-se de ultrapassar formulações que vêm a obra e o projeto de Celso Furtado tão somente no contexto da “revolução cepalina,”¹¹ deixando à sombra aspectos essenciais de sua protoformação intelectual, ou fazendo *tábula rasa* de larga tradição do pensamento nacional e do movimento de idéias, que deram nascimento às ciências sociais no Brasil e sustentação ideológica a projetos de modernização capitalista do país, particularmente, a partir da década de 30. Além disto, cuida-se, também, aqui, de dar continuidade ao espírito que animou o trabalho anterior¹² que, ao discutir o lugar da história no projeto intelectual de Celso Furtado, situou sua obra no contexto de uma tradição historiográfica nacional que, sob o ângulo da economia, arquetizou leituras do processo histórico brasileiro, alimentadas por projetos de construção da nacionalidade.

Em síntese, a temática de fundo, que sustenta este trabalho, é a preocupação de colocar as formulações de Celso Furtado em diálogo com o amplo movimento doutrinário que, nas três primeiras décadas do século XX, idealizou a modernização capitalista do país. Ou seja, discute-se, aqui, a idéia de que as concepções teóricas de Furtado foram desenvolvidas num tempo histórico em que um expressivo conjunto de ideólogos, responsável por interpretações decisivas sobre o Brasil¹³ e pelo surgimento das ciências sociais no país, fazia parte de um passado intelectual recente e decisivo para o pensamento social brasileiro; de que sua atuação político-ideológica teve como palco uma realidade nacional (cujos fundamentos foram lançados ao final dos anos 20), que trazia pendentes, ainda nas décadas de 50 e 60, o atraso, a desigualdade regional, a questão agrária, a viabilização da indústria, a dependência externa, que tanto inquietaram os pensadores que o antecederam. Nesta medida, Celso Furtado poderia ser entendido, não só como interlocutor de uma influente tradição intelectual, mas também como herdeiro de uma temática,

¹¹ BIELSCHOWSKY, 1988; MANTEGA, 1984; IGLÉSIAS, 1981; MALLORQUIN, 1993; SAMPAIO JR, 1999.

¹² VIEIRA, 2001 - Relatório nº 47/2001. FGV/NPP.

¹³ Tem-se em mente, entre outros, Eduardo Prado, Oliveira Viana, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr.

persistentemente reiterada pelo pensamento social brasileiro: **a questão nacional** ou, em outras palavras, os dilemas que envolviam a construção do Brasil como nação moderna¹⁴.

Estas indicações sugerem, portanto, uma necessária problematização das bases teóricas e das influências intelectuais, que moldaram o pensamento e o projeto nacionalista de Celso Furtado. Ou seja, a notória e reconhecida matriz cepalino-keynesiana de suas formulações, quanto ao papel do Estado no processo de desenvolvimento nacional, esgotaria o entendimento de suas propostas intervencionistas? A influência de Mannheim, no que diz respeito à racionalização da *res publica* e ao papel da *intelligentsia* no processo de modernização, bastaria para explicar, do ponto de vista teórico, a “desconfiança” de Furtado frente ao imponderável jogo político parlamentar, tantas vezes criticado como panacéia liberal nos seus escritos do pré-64? É aí que, tão somente, devem ser buscadas as raízes de sua concepção de que a luta política deveria, em nome da racionalidade, ceder espaço à ação de elites munidas de um saber científico competente? O anti-liberalismo, que anima sua rejeição ao mercado, como única força adequada para a organização da sociabilidade humana, deveria ser entendido como produto exclusivo da ordem mundial capitalista, de regulação keynesiana e de compromisso social-democrata, do segundo pós-guerra?

O que se propõe, em suma, é um tratamento diverso das leituras usuais de economistas e de historiadores econômicos, – quase os únicos, até muito recentemente, interessados em desvendar os meandros da teoria e do projeto desenvolvimentista de Celso Furtado –, que, no geral, mantiveram-se restritas à análise da conformação do campo econômico na obra de Furtado, do viés cepalino-

¹⁴ “*Sob diversos aspectos, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço persistente e reiterado de compreender e impulsionar as condições de modernização da sociedade nacional. Primeiro, no sentido de fazer com que a sociedade e o Estado, compreendendo as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, se aproximem dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Segundo, no sentido de conhecer, valorizar e exorcizar as peculiaridades da formação social brasileira, tais como os séculos de escravismo, a diversidade racial, a mestiçagem, o trópico, o lusitanismo, o europeísmo etc.*”. IANNI, 1992:47.

estruturalista em suas formulações, ou de sua leitura keynesiana da história brasileira. Estas análises não revolveram (afinal, não se propuseram a isto) as “raízes nacionais” do pensamento de Furtado e, no geral, projetaram-no, tão somente, como resultado da revolução cepalino-keynesiana, que varreu a América Latina, nos anos 50. Em suma, esquivaram-se da investigação dos possíveis ecos de uma influente produção teórica que, em busca da particularidade da formação social brasileira e procurando projetar a modernização do Brasil, especialmente a partir de 30, abriu um espaço privilegiado à atuação do Estado e das elites, alçados, por vezes, à condição de demiurgos da nacionalidade.

Antes de se avançar nesta direção, entretanto, é fundamental que sejam lembradas as primeiras sugestões para uma nova abordagem do pensamento de Furtado. Elas apareceram, em 1997, no trabalho de Francisco de Oliveira, *“Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro”*. Neste ensaio, sua indicação é a de que *“o diálogo que Celso Furtado trava intelectualmente, para construir sua interpretação do Estado na economia e na sociedade brasileiras, é com o pensamento de direita brasileiro que dominou o cenário intelectual até o final da década de 30, isto é, com os chamados autores do pensamento autoritário brasileiro, sobretudo, [...], com Alberto Torres e Oliveira Vianna”* (p.5). E isto porque, talvez, entre outras as razões, *“os autoritários da República Velha – mas que projetaram suas influências até sobre o Estado Novo de Vargas – dispunham de uma interpretação do Brasil”,* que se sustentava *“por uma antropologia e sociologia da formação da sociedade brasileira, pelo estabelecimento das articulações entre esta sociedade, suas representações, formas de regime político, coroadas por reflexões [...] sobre o Estado”*(p.7).¹⁵

Segundo Francisco de Oliveira, a propriedade de se buscar o *“diálogo inconsútil”* entre os *“clássicos do autoritarismo brasileiro”* e Celso Furtado fundava-se no destaque dado à questão do Estado e seu papel numa economia capitalista periférica,

¹⁵ OLIVEIRA, 1997.

e às possibilidades de uma ação racional na política. No entanto, apesar de reformadores (e, entre eles, o próprio Furtado), no geral, muitas vezes se mostrarem seduzidos por algumas idéias “autoritárias” –“*de que políticos e a política atrapalham a racionalidade das decisões e das implementações de natureza técnica*”(p14)–, isto, obviamente, não permitia estabelecer filiações indevidas entre os conservadores e Celso Furtado, pois, além de sua opção democrática, que não estava presente nos “ideólogos autoritários”, estes últimos inclinavam-se, no mais das vezes, para um agrarismo antiindustrialista, contrário, portanto, à proposta de intervenção estatal, com vistas a acelerar a industrialização, que animava o projeto de Furtado. Pode-se dizer, por fim, que, significativamente, o ensaio pioneiro de Francisco de Oliveira serve, sobretudo, para reafirmar uma de suas principais características intelectuais, pois, pensador fecundo e provocativo, sempre abriu novos caminhos para a análise do processo histórico-econômico brasileiro¹⁶.

O que se tem pela frente, a partir de agora, é o exame da possível interlocução entre o pensamento de Celso Furtado e a tradição teórica anti-liberal que, nos anos 30, sustentou ideologicamente a reordenação capitalista em curso no Brasil e deu

¹⁶ Algumas pesquisas acadêmicas deram continuidade às sugestões pioneiras de Francisco de Oliveira. Vera Alves Cepêda, por exemplo, escreveu *Raízes do Pensamento Político de Celso Furtado: Desenvolvimento, Nacionalidade e Estado Democrático*, uma notável dissertação de mestrado, na área de Ciência Política (USP), em 1998. Nela, essencialmente, a autora indaga as razões do alcance explicativo e da hegemonia das interpretações de Celso Furtado, alçadas à condição de paradigma intelectual, nos anos 60. Entre elas, estariam a “*sua filiação ao passado recente do pensamento social brasileiro, principalmente na discussão sobre a história da formação brasileira*”; a retomada, “*em novas bases*” da questão industrial, ainda pendente nos anos 50; e a atualização teórico-metodológica em termos dos novos paradigmas teóricos do período.

Outra pesquisa significativa – diga-se, de passagem, orientada por Francisco de Oliveira –, foi a tese de doutoramento de Maria Eugênia Guimarães: *Celso Furtado: A Utopia da Razão – Um Estudo Sobre o Conceito de Subdesenvolvimento (1945-1964)*, defendida no departamento de Sociologia (USP), em 1999. Tem como proposta central investigar a construção do conceito de subdesenvolvimento na obra de Furtado, tendo como vetores “*a utopia da Razão, a auto reflexão e a crítica do capitalismo periférico pelo instrumental macroeconômico que lhe possibilitou dissolver a teoria do Estado autoritário*”. É na segunda parte do trabalho (“As ciências sociais, a experiência de tempo histórico e o Estado desenvolvimentista”), que a autora refere-se à produção do pensamento social brasileiro, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, com o intuito de discutir a problemática da identidade nacional, a idéia de progresso e a questão do Estado no Brasil. Com base nestes elementos, analisa a redefinição do projeto social, da idéia de modernização na era desenvolvimentista, apresentando, neste contexto, a teoria de Furtado como legitimadora de uma nova representação do Estado, da sociedade e de um novo projeto para o Brasil.

continuidade ao tema da construção nacional, presente nos horizontes da intelectualidade brasileira, desde o final do século XIX. Assim, tendo-se por assente a matriz cepalino-keynesiana e a importância de Mannheim na composição do ideário intervencionista e reformador de Furtado, a análise direcionará o foco para o conjunto doutrinário elaborado por alguns pensadores nacionais, que preconizavam um espaço privilegiado para a ação estatal e a intervenção das elites intelectuais¹⁷. Com isto, pretende-se indicar que, possivelmente, a defesa de um Estado interventor nos moldes keynesianos ou a discussão do papel do intelectual e das elites, segundo as concepções mannheimianas de *intelligentsia*, tenham se acomodado ao substrato de uma ampla e influente tradição anti-liberal do pensamento social brasileiro; que sua “*vontade nacional reformadora*”, voltada para a refundação republicana do país, nos anos 50 e 60,¹⁸ revelem-no um herdeiro do “fascínio da questão nacional”, que, antes dele, havia absorvido não só os “autoritários” das duas primeiras décadas do século XX, como também aqueles que, nos anos 30, revolucionaram as ciências sociais no Brasil, ou seja, a tríade com a qual, nas palavras de Antonio Candido, gerações de intelectuais brasileiros, “*aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo em termos de passado*”: Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.¹⁹

Este procedimento, obviamente, não deve ser entendido como uma tentativa de simplesmente assimilar o ideário de Furtado às concepções de modernização conservadora que o precederam, ou, simplesmente, colocá-lo na rol dos reformadores “autoritários”, em razão do seu apreço pela racionalização do espaço social, pela supremacia técnica do planejamento e pelo olhar suspeito que lança em direção ao jogo político e parlamentar, especialmente no imediato pré-64. Fazê-lo significaria desconhecer as determinações históricas particulares do momento em

¹⁷ As referências serão, sobretudo a Oliveira Viana, em *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) e *Problemas de Política Objetiva* (1930); Azevedo Amaral, em *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938) e *O Brasil na Crise Atual* (1934). A respeito consultar, BASTOS, 1989; MOTA, 1985; PÉCAULT, 1990; SILVA, 1998; BASTOS e MORAIS, 1993; RAGO, 1993; MEDEIROS, 1978; BRESCIANI, 2002; PIVA (2000).

¹⁸ GUIMARÃES, 2000:15.

¹⁹ CANDIDO, 1999: 9.

que foi construído seu projeto de desenvolvimento nacional; imaginar que conservadores dos anos 30 e 40 e Furtado compartilhem das mesmas bases teóricas e expressem o mesmo arranjo social no interior da dinâmica das classes no Brasil; que se possa ignorar a originalidade no pensamento de Furtado e o que ele representa em termos de ruptura com as formulações modernizadoras precedentes e, além disto, recusar a inegável generosidade social de suas proposições, de democratizar as bases econômicas e sociais do país, que, sem dúvida, não alimentava os projetos dos ideólogos da “modernização conservadora”. Trata-se, na realidade, do desafio de tecer as tramas de uma análise que, ao mesmo tempo, ponha em destaque a importância de uma tradição teórica anterior - a fantasmagoria de um ideário, de cujos temas, faturas do passado colonial (atraso econômico, concentração fundiária, exclusão social, desigualdades regionais, inclusão subordinada na ordem capitalista mundial etc.), o país ainda não se livrara, plenamente, nos anos 50 e 60 –, e reafirme a especificidade e o novo no discurso teórico e no projeto ideológico de Celso Furtado.

II. O FASCÍNIO DA QUESTÃO NACIONAL

1. RAÇA E NAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL MESTIÇO

“A estrutura da sociedade brasileira foi violentamente alterada pela Abolição da escravidão [...]. Com o nivelamento legal das raças desapareceu a última e já bastante frágil linha de defesa do europeísmo no Brasil [...]. Temos que recear uma degeneração dos valores ocidentais sob a influência corrosiva das correntes não-européias”.

(Azevedo Amaral, *O Brasil na Crise Atual*)

Uma das marcas identificadoras do pensamento social no Brasil é, sem dúvida, o precoce e intenso envolvimento de seus intelectuais com a problemática da construção nacional. Desde meados do século XIX, conhecimento e ação política formaram tal amálgama que, para boa parte dos pensadores brasileiros, “*não havia ação que não supusesse o acesso ao ‘real’, nem conhecimento independente de uma prática que auxiliasse a evolução a gerar suas virtualidade*”²⁰. Assim, no Brasil, as ciências sociais constituíram-se, em larga medida, a partir do discurso que o país fez sobre si mesmo, indicando, também, a posição reivindicada pelos intelectuais no arranjo nacional. E entre estes, não poucos, ao proclamarem o conhecimento das leis que presidiriam a história e os movimentos do real, deixaram-se tentar pela possibilidade de organizar a sociedade “pelo alto”. Num movimento contraditório, muitos apregoaram a razão como arma contra as limitações da “ordem natural”, vigente na sociedade brasileira, lembrando, ao mesmo tempo, a existência dos “imperativos naturais” da realidade social, que deveriam limitar e nortear as ações políticas reformadoras.²¹

Ao final do século XIX, sob o impacto da abolição da escravatura e da Monarquia e da emergência da República e do trabalho livre, a questão em pauta era as possibilidades de se construir uma nação civilizada nos trópicos – a europeização do Brasil, o branqueamento de sua população. A miscigenação tornou-se o tema central para as elites intelectuais, filtrando-se a leitura da problemática nacional pelo viés da raça. Alimentados por vasta literatura determinista, importada dos centros europeus, pensadores brasileiros do período debateram-se com o dilema de conciliar os modelos teóricos evolucionistas, que apontavam a inevitabilidade do progresso e

²⁰ PÉCAUT, 1990:6.

²¹ No seu livro *Ladrilheiros e Semeadores*, Luiz Guilherme Piva, aponta uma articulação, no geral contraditória, entre razão e determinismo – “*entre criação intelectual*” e a “*força das tendências naturais*” – na intelectualidade brasileira, no início do século XX. “*Num lado, o da razão, estaria a necessidade de se contrariar, corrigir, por defeituoso e incapacitador, o quadro estudado para nele fecundar o futuro[...]. No outro, o do determinismo, estaria a descoberta da força e do respeito que merecem as tendências intrínsecas da realidade, às quais se deveriam dar forma, rédeas e curso – subsumidas que estavam pela inadequação dos modelos e elites – para a obtenção dos estágios civilizatórios almejados[...].* PIVA, 2000: 73.

da civilização, e as teses racistas, que alertavam para os riscos das misturas raciais, geradoras da degeneração do indivíduo e da sociedade²².

No centro destas concepções, a idéia de que o Brasil ainda vivia no século XVIII, em virtude da pesada herança histórica carregada de anacronismo colonial, da multiplicidade étnica e da miscigenação, da constatação do quanto o país estava atrasado frente às nações capitalistas mais avançadas. Assim, intelectuais como Tavares Bastos, Sílvio Romero, Tobias Barreto, José Veríssimo e, também, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, entre outros, pareciam tomados pela “sensação de descompasso com o tempo” e pela aguda percepção das extraordinárias diferenças econômicas, políticas e culturais entre o país mestiço, recém-saído da escravidão, e os grandes centros europeus.

“A cada novo estágio que se alcança, nova é a dimensão da melhoria a ser feita, dado que as conquistas dos países centrais voltam a tornar as nossas diminutas, relativa e absolutamente. É como uma tirania do atraso, tangendo mentes e ações à obtenção de melhores condições de vida, tecnologias mais aperfeiçoadas, maior produção econômica e cultural mais sofisticada. Isso existe também nos países centrais, mas lá o atraso absoluto não é detectável como indiscutível nem pode se forjar uma idéia de atraso relativo com grande noção de defasagem. Além do mais, a situação concreta de atraso nos países como o Brasil tem de fato, mais do que uma sensação, um elemento tardio [...]”²³.

Os intelectuais brasileiros, céticos frente às promessas redentoras da Abolição e da República, tiveram que dar conta das causas do atraso e das flagrantes diferenças sociais no país e o fizeram explicando as desigualdades internas e o descompasso da

²² Como lembra Lilia Moritz Schwarcz, em *O Espetáculo das Raças*, “Incômoda era a situação desses grupos intelectuais, que oscilavam entre a adoção de modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações; entre a exaltação de uma ‘modernidade nacional’ e a verificação de que o país, como tal, era inviável. ‘Devia ser difícil abrir mão da crítica externa e de uma certa internalização desse tipo de visão estrangeira a respeito do Brasil, como um país aberrante’[...]. Afinal, em um momento em que se redescobria a nação, aborígenes, africanos e mestiços passavam a ser entendidos como obstáculos para que o país atingisse o esplendor da civilização, como uma barreira para a formação de uma verdadeira identidade nacional[...]”. SCHWARCZ, 1993: 240.

²³ PIVA, 2000:59.

nação, frente ao mundo civilizado, pelo prisma racial. Assim, no Brasil, a partir do final do século XIX, ganharam espaço diversas modalidades do pensamento darwinista social, com a função de dar fundamentos à rígida hierarquização social do país, a partir das diferenças raciais²⁴. O atraso nacional e a impossibilidade de se atingir níveis superiores de civilização passaram a ser explicados a partir da perversa conjugação de “ambiente desfavorável”(os trópicos) e de “raças inferiores”(índios e negros), impedidas de atingir a perfectibilidade humana, condenadas que estavam à degeneração no ambiente tropical. Nestes termos, o que se pode afirmar é que positivismo, evolucionismo, naturalismo e darwinismo social combinaram-se para dar o sustento teórico²⁵ à “geração de 1870”, envolvida com a busca dos fundamentos da nacionalidade brasileira, em oposição à herança colonial ibérica²⁶.

A rigor, o debate intelectual do século XIX, sob o prisma da concepção positivista de ciência e na perspectiva da construção da nacionalidade, vai se concentrar nas escolas de medicina e nas faculdades de direito, que, no Nordeste e no Sudeste do país, disputavam a hegemonia intelectual e o predomínio científico. Cabia aos bacharéis constituir elites dirigentes para a nação e formular um código legal unificado, racional e cientificamente modelado, adequado à realidade do Brasil e que permitisse a firme condução do país. Aos médicos, tocavam os cuidados de diagnosticar e curar os males nacionais, através de projetos de saneamento e de higienização do espaço social. Enfim, numa formulação sumária, estas instituições

²⁴ “Largamente utilizado pela política imperialista européia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de ‘imperialismo interno’, o país passava de objeto a sujeito de explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores e ex-escravos – ‘classes perigosas a partir de então – nas palavras de Silvio Romero transformavam-se em ‘objetos de ciência’. Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades”. SCHWARCZ,1993:28.

²⁵ A antropogeografia de Ratzel; a antropossociologia de Gobineau, Lapouge e Ammon; a psicofisiologia de Ribot, Sergi, Lange e James; a psicologia coletiva de Le Bon e Tarde; a sociologia de le Play e da Escola de Ciência Social, de Tourville, Demolins, Poignard, entre outros, servirão de apoio às leituras da realidade social brasileira, até as duas primeiras décadas do século XX. MEDEIROS,1978:203.

²⁶ VENTURA, 1988.

tinham, sobretudo, como propósitos fundadores criar um corpo de intelectuais – uma elite desvinculada dos padrões coloniais metropolitanos –, fornecer quadros para a direção política do Brasil e gerar as bases doutrinárias que dessem sustentação à nacionalidade.

Sem dúvida, na conformação do pensamento social e na constituição do campo das ciências sociais no Brasil, as escolas de direito ocuparam um espaço privilegiado, notadamente a Faculdade de Direito do Recife, de onde saíram as primeiras análises “científicas”, de teor racial, com feições evolucionista e darwinista social, sobre a formação nacional brasileira²⁷. Distantes da metafísica e acreditando-se apartados do subjetivismo, estes intelectuais viam-se construindo não apenas teorias inovadoras, mas também uma nação, compartilhando a sensação de que a “*ciência tudo pode*” e de que havia uma missão a ser cumprida²⁸. Segundo alguns analistas, a Escola do Recife foi responsável pela introdução da “modernidade cultural” no Brasil, na medida que impôs uma leitura secular, laica e cientificista ao Direito, rompendo com o discurso religioso e metafísico, até então operante. O que, afinal, no contexto brasileiro, representava um importante instrumento progressivo de combate à pesada herança colonial ibérica e católica²⁹.

Tobias Barreto, Laurindo Leão, Euclides da Cunha, por exemplo, são alguns dos intelectuais ligados, direta ou indiretamente, ao que se convencionou chamar de “Escola do Recife”, muito mais no sentido de uma escola de pensamento do que no

²⁷ São conhecidas as diferenças que separam as duas grandes escolas de direito (São Paulo e Recife), no Brasil, no século XIX.. Enquanto o corte teórico científico e determinista da Escola do Recife permitiu a formação de doutrinadores e “homens de ciência”, comprometidos com a antropologia física, com a frenologia, com as doutrinas raciais e com o direito criminal; a escola do Largo de São Francisco (São Paulo) enfatizou o direito civil, a perspectiva filosófica e o “*liberalismo político conservador*” (tão adequado aos interesses das oligarquias paulistas), distanciando-se das ciências biológicas e formando uma elite política, “*burocratas do Estado*”, comprometida com a direção política nacional. É importante notar, entretanto, que, “*em São Paulo um liberalismo de fachada, cartão de visita para questões de cunho oficial, convivia com um discurso racial, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias, explicar desigualdades. A teoria racial cumpria o papel, quando utilizada, de deixar claro como para esses juristas falar em democracia não significava discorrer sobre a noção de cidadania*”. SCHWARCZ, 1993: 186.

²⁸ Ibid.: 150.

²⁹ A propósito cf. CRUZ COSTA, 1967; CANDIDO, 1978; MORAES FILHO, 1985.

de uma instituição *stricto sensu*. Mas, será Sílvio Romero, certamente, a expressão modelar desta escola, com sua pretensão de submeter a realidade nacional ao crivo da investigação científica, sob o compromisso de dar forma às aspirações da nacionalidade.

Sob influência de Huxley, Comte, Buckle, Darwin, Spencer, Haeckel, Büchner, Vogt³⁰, Romero buscou a saída para os problemas do Brasil, em termos da integração do Brasil na civilização americano-européia e do brasileiro no desenvolvimento racial da humanidade e da construção de uma homogeneidade nacional, a partir da mestiçagem³¹.

No seu livro *O Caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro*, Sílvio Romero apresenta os traços que, segundo ele, davam feição singular ao povo brasileiro,

*“O brasileiro ficou quase um retrato do português. A natureza, como agente de transformação, pouco há feito para alterá-lo, tendo a lutar contra a estreiteza do tempo e a civilização européia. O caboclo [índio], tipo quase perdido, que se vai esvaecendo cada vez mais, mui fracamente contribuiu também nesse sentido. O africano, rebelde aos progressos intelectuais tem alterado, sem vantagem, nossa fisionomia pretérita. Do consórcio, pois, de velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que se diz, que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas ‘o mais belo país do mundo’. É necessário buscar na **história** as condições de sua cultura, de sua civilização”.*³²

Com isto, Romero lembrava que história do Brasil deveria ser compreendida não como a história dos portugueses no ultramar americano, a história dos índios ou a dos negros; mas, como uma história forjada por um novo tipo – uma “*sub-raça*”

³⁰ CANDIDO, 1988.

³¹ LEITE, 1969: 183,184.

³² Ibid.: 185.

mestiça e crioula, distinta da européia” –, produto do português, do índio, do meio físico-natural e da imigração estrangeira. Estava aberto, portanto, o caminho à conclusão de que, para ele, a identidade brasileira fora construída com base na mestiçagem: o mestiço nacional era o “*produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; [...] a forma nova de nossa diferenciação nacional*”; o resultado final de uma raça em constituição, a nossa **particularidade**, pois “*o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro*”³³.

Quanto ao destino dessa “sub-raça mestiça”, nem sempre Romero é coerente, pois se, por vezes, parece crer na originalidade de uma raça futura, com o paulatino branqueamento do povo, em outras ocasiões defende a necessidade da imigração européia para compensar a degeneração provocada pelo clima. Apesar de admitir que “*o progressivo desaparecimento do indígena se deve a ‘pestes e guerras’ e o do negro aos ‘trabalhos forçados’*”, Romero afirma, igualmente, que “*na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende ainda a sê-lo, a branca*”³⁴.

A questão racial, que dava fundamento teórico ao conjunto doutrinário de Sílvio Romero, apresentava-se vinculada a múltiplas instâncias, entre as quais a política. Sua defesa do unitarismo político-administrativo, em detrimento do federalismo, por exemplo, sustentava-se no “modelo antropológico da mestiçagem”, uma vez que, a “*idéia de unidade política, espiritual e étnica do país, não poderia correr um risco que considerava introjetado em nosso povo: o caráter ibero-americano, sempre propício ao desmembramento como ocorreu na América hispânica*”. Romero rejeitava o que chamou de “*mania de se copiar os norte-americanos*”, ou, em suas palavras, “*a idéia de federação [que] se assenta[va] em dois falsos pressupostos: a crença errônea de nos convir o que convém aos anglo-americanos e a falsa teoria*

³³ Sílvio ROMERO, *História da Literatura Brasileira*, cf. ABDALA JR, 2001: 208.

³⁴ LEITE, 1969:187.

de supor que para lá nos levam as lições da história".³⁵ O futuro do Brasil só estaria garantido com a unidade nacional e com um sistema político baseado na realidade e sustentado nas aspirações nacionais mestiças.

Seja com Silvio Romero, seja com outros intelectuais (de público reconhecimento, ou não), a Escola do Recife atribuiu-se e levou à frente, até o início do século XX, o papel de formar “doutrinadores” e “homens de ciência”, de produzir conhecimento moldado pelos novos paradigmas científico-positivistas e, sobretudo, de elaborar um projeto para a nação (“mestiçagem uniformizadora”) e modelar juristas (guardiães da racionalidade), à altura do desafio civilizatório e modernizador no Brasil.

2. ESTADO E NAÇÃO: A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

“A realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele peleja que, quando vitoriosa, lhe dá realidade e lhe assegura a execução”.

(Oliveira Vianna, citado por MEDEIROS, 1978: 193)

Em seu artigo, “Viagem ao Olho do Furacão”, Francisco de Oliveira, afirma que a “*Primeira República, ou a República Velha, vai assistir a uma verdadeira explosão do tema do Estado*”, assunto que os intelectuais do Império praticamente desconhecaram, absorvidos que estavam com as propostas de “branqueamento” da nação.

“Todo um enorme movimento [...], com a influência do positivismo sobretudo de corte constantino, entre militares e civis, num espectro que

³⁵ ABDALA JR, 2001: 207, 208.

ia de militares de caserna e engenheiros militares a bacharéis – inevitavelmente -, incluindo até sanitaristas, a questão do saneamento das cidades e da vacina com Oswaldo Cruz, a questão do serviço militar obrigatório ou voluntário com Olavo Bilac, os próprios militares como primeiros presidentes e o Exército como força política ostensiva desde a deposição do imperador, a questão da defesa do café, a questão das obras contra as secas no Norte Agrário [...], sobretudo com a presidência Epitácio Pessoa, tudo isso contribuiu, de forma absolutamente nova, para colocar o tema do Estado no primeiro lugar da agenda pública da discussão³⁶.

Na realidade, enquanto no fim do século XIX, a questão nacional estava centrada nas possibilidades de se construir um país mestiço e civilizado nos trópicos, tendo por viés a problemática racial, na década de 20 e adentrando pelos anos 30, o pensamento social brasileiro deslocou a pauta de discussão, dando relevo à problemática da modernização nacional, que passou a ter como referência a questão do Estado. O viés racial não desapareceu. Refinou-se, cedeu espaço às formulações que, sustentadas teoricamente pela sociologia, buscaram a “realidade nacional”, preocupadas em superar a dissociação entre o “país legal” e o “país real”, para que o Brasil alcançasse sua verdadeira identidade nacional.

Importante ressaltar, também, que, por esta época, alguns intelectuais, em sintonia com os novos tempos, que anunciavam reformulações significativas no processo de organização capitalista no país, iniciaram um acerto de contas com as tradições teóricas precedentes, inaugurando explicações abrangentes, interpretações gerais do processo histórico e social brasileiro, perscrutando as possibilidades e os impedimentos para a superação do atraso, da exclusão social e do descompasso do país frente aos centros mundiais avançados. E eles o fizeram rompendo com o determinismo racial e ambiental, com o evolucionismo, com a historiografia das elites, produzida nos Institutos Histórico-Geográficos. Propunham, principalmente, novos parâmetros teóricos para o entendimento da questão nacional: o culturalismo

³⁶ OLIVEIRA, 1997: 9.

antropológico americano, a sociologia compreensiva alemã, a dialética materialista e a luta de classes da tradição marxista. Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. são os teóricos que expressam de modo paradigmático estas rupturas. No entanto, é importante lembrar que os generosos frutos intelectuais destes “demiúrgos” precisarão de um bom tempo para amadurecerem e se reproduzirem amplamente no pensamento social brasileiro. No Brasil, a cena intelectual estará ocupada, ainda, por mais de uma década, pelos os herdeiros da “geração de 1870”, pelos teóricos da “modernização conservadora”, partidários do Estado forte e adeptos da teoria das elites, que deram sustentação ideológica ao Estado e às reformas político-econômicas do pós-30.

A primeira metade da década de 20 encontrou o Brasil às voltas com intensas mudanças e agudas contradições, que culminaram no que se convencionou chamar de Revolução de 30 e que definiram os caminhos da objetivação capitalista no país. A Grande Depressão de 1929 marcou o ápice de uma crise longamente anunciada, colocando às claras a falência do modelo primário-exportador, primordialmente sustentado pela lavoura cafeeira, e abrindo caminho ao que Furtado chamaria, quase três décadas depois, de “industrialização por substituição de importações”. Como observa, Francisco de Oliveira,

*“A quebra do monolitismo oligárquico é condição necessária para a Revolução, mas no seu rastro, terminando por impor-se, serão os novos interesses burgueses, será a nova forma de produção do valor, serão as novas condições de reposição do pressuposto fundamental – do lucro, em última instância - que darão a pauta desde a metade da década de trinta, quando se reorienta principalmente a intermediação comercial e financeira que de **externa** passa para **interna**, depois de demonstrada **in extremis** a inviabilidade de permanência da economia agro-exportadora e de suas relações internacionais com a crise de 1929 e a política de destruição dos excedentes de café. Nesse processo, o Estado vai jogar um papel fundamental no financiamento da acumulação de capital e na regulação das relações entre o **novo capital** e o **novo trabalho** e, agora,*

na subordinação dos interesses da oligarquia aos interesses da acumulação industrial”³⁷.

Nesse curso, obviamente, entrou em colapso o pacto entre as oligarquias, que garantiu o funcionamento do federalismo, do liberalismo institucional e da hegemonia paulista durante toda a 1ª República. Na verdade, nem o Estado liberal-conservador e nem a construção administrativa e institucional oligárquica mostraram-se em condições de fazer frente à crise econômica, à realidade urbana crescentemente complexa e aos novos atores sociais, que entraram em cena, cobrando espaços e direitos na vida política e social brasileira – a classe operária, os setores médios urbanos, que fugiam da esfera de influência das oligarquias agrárias, a jovem oficialidade do exército³⁸. O país experimentou algo como uma “*aceleração da história*”, a que a intensa agitação cultural do período deu expressão³⁹.

No espaço de poucas décadas, uma nova geração de intelectuais brasileiros, sob o impacto da decepção frente às instituições republicanas liberais e da crise que abalou a ordem oligárquica-exportadora, se viu confrontada com as responsabilidades de construir um “Brasil Moderno”, ou, em outros termos, de reatualizar a questão nacional, que antes mobilizara a “geração de 1870”. O que estava em jogo já não era a edificação de um país mestiço e civilizado. Tratava-se da construção de uma identidade nacional moderna, que expressasse as necessidades de um modo industrial de produzir mercadorias e de suas correspondentes

³⁷ OLIVEIRA, 1977: 34.

³⁸ LORENZO, 1997: 8.

³⁹ “O marco simbólico é o ano de 1922, identificado com a ruptura com o padrão cultural bacharelesco vigente. No entanto, vários eram os indícios do crescimento ‘de um modo de pensar que se sabe contrastado, mas que sente a possibilidade de um desafio público’. O desafio público realiza-se através da Semana de Arte Moderna e, a partir dela, o modernismo torna-se ‘um ponto de vista na história da cultura nacional’. Entretanto, a emergência da idéia de moderno significando ruptura não pode ser plenamente compreendida se deixarmos de considerar que a virada do primeiro pós-guerra foi internacional, abrindo brechas em todos os sistemas culturais com indícios de saturação”. É importante, ainda, lembrar que, no Brasil, “foi em São Paulo que o conflito provinciano-cidadino se fez sentir com maior intensidade, daí uma certa condição paulista do modernismo”. LAHUERTA, 1997:94.

instituições políticas, uma vez que ao Estado caberia, agora, novos papéis, implementadores da ordem urbano-capitalista⁴⁰.

O desenvolvimento desta linha de reflexão requer, no entanto, certa cautela. E isto porque, o referir-se, tão amplamente, à uma “nova geração de intelectuais brasileiros”, coloca em pauta o problema das generalizações, que escondem as particularidades teórico-ideológicas e os conteúdos específicos das obras dos diferentes autores que, neste período, deixaram suas marcas no pensamento social no país. Entretanto, dado o caráter deste trabalho, dispensa-se aqui a discussão destas particularidades, largamente acentuadas por pesquisadores que tiveram a produção intelectual dos anos 20 e 30 como objeto de análise⁴¹. O pressuposto é o da legitimidade da indicação de algumas linhas gerais predominantes em amplas manifestações do pensamento brasileiro, das primeiras décadas do século XX, sem incidir-se em larga impropriedade.

Para boa parte da intelectuais da década de 20, embora existisse uma “*identidade nacional latente*”, ela não era suficiente para que se considerasse o povo brasileiro “*politicamente constituído*”. Isto só aconteceria quando fossem estabelecidas

⁴⁰ O Estado brasileiro desempenhou largas funções no processo de transformações capitalistas, no pós-30, para assegurar o predomínio da produção de base urbano-industrial. Além da regulamentação das relações entre capital e trabalho, através da legislação trabalhista, o Estado atuou na “*fixação de preços, na distribuição dos ganhos e perdas entre os diversos extratos sociais ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, possa se reproduzir. [...]o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. [...] Regulando o preço do trabalho [...], investindo em infra-estrutura, impondo confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema*”. OLIVEIRA, 1972: 13, 24.

⁴¹ Neste sentido, tem-se como referência, por exemplo, o trabalho de Luiz Guilherme PIVA (*Ladrilhadores e Semeadores*), que cuidou de estabelecer as diferenças essenciais entre Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte, chamando a atenção para as armadilhas das generalizações. PIVA, 2000: Primeira Parte, cap. 1 e 2. Ver, também, LORENZO, 1997.

instituições políticas adequadas às peculiaridades histórico-culturais do Brasil⁴². E estas instituições não seriam, por certo, as republicanas liberais, implantadas ao final do século XIX, segundo seus críticos, com a ilusão de se atingir a modernidade através da importação de soluções estrangeiras. (Re)Organizar a nação, e sua vida político-administrativa, era uma tarefa para as elites intelectuais, porque, entre outras coisas, a criação da nacionalidade era “*um fato indissolavelmente cultural e político*”, uma vez que “*forjar um povo também [era] traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade*”.⁴³

Fugir ao dito artificialismo das soluções políticas “exóticas”, pressupunha a aproximação com as raízes nacionais, ou seja, a busca da particularidade, que fazia do Brasil uma realidade peculiar, irredutível. Daí, a recorrente preocupação nacionalista, daqueles anos, com a identidade do país, com a rejeição aos “estrangeirismos” e com a análise crítica das instituições liberais “importadas”, a que muito poucos intelectuais, no período, escaparam. “Organizar a nação” e “forjar um povo” foram temas comuns a várias correntes ideológicas e a movimentos políticos, das décadas de 20 e 30, que colocaram em relevo a opção nacional, modeladora do projeto modernista daquela geração. Paradigmática, neste sentido, a afirmação de Mário de Andrade de que o brasileiro tinha que se “*abrasileirar*”, uma vez que não havia “*Civilização*”, mas sim “*civilizações*”, de modo a, com isto, rejeitar o mimetismo cultural⁴⁴.

⁴² Um movimento contraditório caracterizou a nova geração de intelectuais brasileiros, notadamente os círculos comprometidos com o Modernismo, onde um sentimento elitista-aristocrático alimentou a busca das raízes culturais brasileiras – a nossa particularidade –, a ida ao encontro da cultura popular. Entre os modernistas, ainda que houvesse “*uma pretensão de rever o racismo e de criticar a retórica do academicismo, permanecem um culto à erudição e um sentimento de ser parte da elite tal qual eram cultivados nos salões aristocráticos*”. Assim, o movimento modernista seria um claro exemplo de “*como uma intelectualidade viajada, apoiada por uma aristocracia ilustrada, vai ao encontro do povo como se este fosse um objeto exótico, quase uma massa à qual é preciso dar forma, flertando à distância, se, estabelecer relações de maior proximidade*”. Nestes termos, os modernistas, marcados pela concepção cultural elitista e pelo projeto de construção de uma cultura nacional, “foram ao povo” buscando “*nas manifestações populares uma matéria-prima pura e dotada de autenticidade, à qual caberia dar forma final mediante um trabalho de síntese eminentemente intelectual*”. LAHUERTA, 1997: 97.

⁴³ PÉCAUT, 1990: 14,15.

⁴⁴ PIVA, 2000:40.

Obviamente era muito amplo e variado o espectro político e ideológico da intelectualidade que, naquela época, assumiu a função “demiúrgica” no Brasil. Isto não impede, no entanto, que seja observada uma certa confluência geral quanto à rejeição ao liberalismo político, à democracia representativa formal e quanto à adesão ao fortalecimento do Estado. Sob a justificativa da preeminência do “imperativo nacional”, parte significativa destes intelectuais convergiu na aceitação da hierarquia social existente, na defesa da reorganização do país, com base na consolidação do poder central e na superação dos particularismos, que ameaçavam a unidade nacional. Confluiu, igualmente, na proposta de substituição das elites tradicionais e, sobretudo, na idéia de que não havia outro caminho para o progresso senão a atuação racionalizadora de novas elites, intelectuais armados com conhecimento científico, capazes de revelar as autênticas raízes nacionais⁴⁵ e, por isto, em condições de dar forma adequada ao Estado e à nação, além de fornecer quadros capazes de implementar as modificações necessárias⁴⁶. Pode-se, assim, dizer que dois grandes temas se entrelaçaram no ideário da geração intelectual que, nos anos 20, descobriu, a um só tempo, sua vocação nacionalista-reformadora e seu lugar no processo de construção do Brasil moderno: o antiliberalismo e o tema das elites⁴⁷.

⁴⁵ O primeiro passo para encontrar-se a forma adequada de construção sólida da unidade nacional era um “*método que proporcionasse uma ‘avaliação objetiva’ da ‘realidade nacional’, método que só poderia encontrar apoio seguro nos pressupostos das ciências, na neutralidade proporcionada ao analista da sociedade pela rigorosa observação científica das determinações geográficas e sociais, peculiares à ‘história’ de cada país, e, em decorrência das tendências inscritas como possibilidades em cada sociedade. Sem dúvida, as diversas vertentes de análise cientificista encontraram amplo campo de demonstração dessa especificidade dos países menos estruturados nas heranças deixadas pela colonização e na ruptura do internacionalismo operário. As ‘irredutíveis realidades nacionais’ tornaram-se aceitas, tanto nos meios políticos conservadores e mesmo reacionários, como entre os teóricos do movimento operário*”. BRESCIANI, 2002: 105.

⁴⁶ PÉCAUT, 1990:15; PIVA, 2000: 64.

⁴⁷ A Teoria das Elites surgiu e se desenvolveu, a partir do século XIX, como uma reação às idéias democráticas e socialistas. Em que pese a diversidade de suas manifestações, a teoria das elites tinha como argumento central a idéia de que em qualquer sociedade, de qualquer tempo, existia uma elite que, por competência, talento natural e recursos se destacava e controlava o poder, dirigindo a maioria. “*Esta era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper. Pelo contrário, o que a adoção do sufrágio universal e a crença nos princípios sobre os quais se apoiava – os da igualdade entre os homens e da soberania popular – produziam era a legitimação do mando da minoria, cujos desígnios passavam a ser aceitos como expressão da vontade autônoma das amplas maiorias*”.

A crítica à conformação liberal das instituições políticas da 1ª República – e poucos foram os que, no período, deixaram de apontar a degeneração política do projeto republicano – tinha como pressuposto a idéia da inadequação do liberalismo à particularidade brasileira, à sua heterogênea e complexa mistura de raças e grupos sociais. A recusa ao artificialismo das soluções liberais consubstanciou-se, principalmente, nas denúncias dos “equivocos”, atribuídos à Constituição de 1891, uma vez que,

*“o acesso ao voto para uma população ignorante e incapaz de exercer conscientemente seu direito à cidadania tivera como resultado a manipulação astuciosa dos ‘coronéis’ e seus asseclas políticos; a ausência de ‘opinião popular’ militante, segura de sua força e de seus direitos, consequência de nossa condição anterior colonial e da ausência de ‘organização das fontes de opinião’, fizera das manifestações de cunho político uma farsa”.*⁴⁸

Para estes críticos da ordem liberal oligárquica, a unidade nacional estava comprometida, seja pelo tamanho do país, pela ocupação geográfica dispersiva, pelos interesses econômicos particularistas; seja pela composição heterogênea da população, ou pela “cegueira das elites políticas, que, em sua ânsia de dar ao país leis semelhantes às das grandes nações civilizadas, não perceberam sua total inadequação às nossas necessidades”.⁴⁹ O Estado forte seria a solução para unificar

A reação conservadora, em meados do século XIX, na Europa, o liberalismo excludente, a repressão aos movimentos populares e o isolamento político de socialistas e jacobinos radicalizados, criaram um clima intelectual de “ceticismo, um sentimento de decadência e incerteza”, que substituiu o quadro anterior de “otimismo impulsionado pelo progresso, de crença na razão, característicos do Iluminismo”, dando condições à emergência à Teoria da Elites.

Os teóricos do elitismo – Gustave Le Bon, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto – “estavam na contracorrente da democracia e dos movimentos sociais, negando-os através da crítica à idéia de igualdade. Para eles, a democracia, tal como proposta [...], não apenas era uma metafísica, uma abstração sem base real, mas também operava como uma forma de legitimar o poder, este sim real, de uma minoria. Apresentavam-se eles, por conseguinte, como pensadores realistas, demolidores de mitos”. A descrença e mesmo a hostilidade em relação à democracia política, no século XIX, tinham o apoio das “teorias científicas, médicas e psicológicas, que atribuíam às forças irracionais um grande peso no comportamento humano”. GRZYNSZPAN, 1999: 12,18 –20.

⁴⁸ BRESCIANI, 2002: 103.

⁴⁹ Ibid.: 103.

o Brasil⁵⁰ – vítima da “ação nociva das toxinas do espírito de clã no nosso organismo político administrativo” -, a força capaz de pôr fim à “democracia dos coronéis”⁵¹. Em *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna concebia este Estado centralizado e forte como o “órgão supremo de uma grande missão nacional”, o agente e o promotor do projeto nacional, à medida que o povo brasileiro não tinha “o sentimento da hierarquia e da autoridade[...]o respeito subconsciente da lei”. Cabia, assim, ao poder público “realizar pela ação racional do Estado o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade, os instintos viscerais de obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama o ‘Poder moral da idéia de Estado[...]’”.⁵²

As referências ao descompasso das elites tradicionais frente à realidade brasileira e à “incapacidade política” das massas populares para o exercício da democracia representativa, expõem um dos elementos mais importantes, de sustentação do projeto político de significativa parte desta intelectualidade, cuja atuação adentrou a década de 30: a defesa da substituição das antigas elites, “despreparadas”, “omissas”, “inautênticas”, por outras qualificadas pelo pensamento científico, especialmente pela sociologia, capazes de desincumbirem-se da missão de “civilizar por cima” .

Analistas do pensamento social brasileiro, das décadas de 20 e 30, atribuem à geração intelectual deste período a pretensão de institucionalizar a sociologia como instrumento de análise científica da realidade, caminho para o “conhecimento

⁵⁰ Pensando a reforma e o fortalecimento do Estado, Oliveira Vianna afirmava que o “Problema [era] como se vê, de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar ao nosso agregado nacional, massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter... Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: pela instituição de um Estado centralizado, com um Governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal”. *Populações Meridionais do Brasil* (p.354), em MEDEIROS, 1978: 168.

⁵¹ Oliveira VIANNA, *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*, citado por MEDEIROS, 1978:169.

⁵² Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (p.354), citado por MEDEIROS, 1978: 168, 169.

autêntico do Brasil” – “a sociologia como meio de solucionar as questões da sociedade, de indicar a ordem a ela apropriada” - em contrapartida “ao modo não-científico” de se compreender a realidade. Daí a concepção da sociologia como uma disciplina dotada de “objetivismo tecnocrático”, “imune e acima das negociações, dos demagogismos, das intrigas e diletantismos” da cultura dos bacharéis, o que, no fundo, revelava não apenas a suspeição, mas a própria “condenação da política”. Era como se existisse “uma lei objetiva na política (‘boa administração’)”, que indicava a meta a ser atingida – a modernização -, e que não pode ser determinada ou alcançada por nenhuma das partes da sociedade: classe social, partido, ou mesmo região⁵³.

A concepção elitista e a idéia de remodelação do Estado em bases racionais, implicavam na noção da política como competência, na concepção de que a “arte de governar” estava relacionada com a posse de conhecimentos científicos adequados à gestão pública. Ou, em outras palavras, a idéia de que os fundamentos para a legitimidade do poder deveriam ser dados pelo conhecimento científico do meio político e social. Isto explicaria a preocupação com a formação das elites intelectuais e dirigentes, em conformidade com paradigmas técnicos e científicos, diversos da formação “bacharelesca” da Primeira República⁵⁴ – de que a fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1933, da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade Federal, no Rio de Janeiro, três anos depois, são claros exemplos –, como também, a divulgação da Sociologia como “ciência do social”, com condições de fornecer os instrumentos racionais de análise da “realidade brasileira”⁵⁵. Não por acaso, datam dos anos 30 a institucionalização das

⁵³ PIVA, 2000:77.

⁵⁴ Daniel Pécaut chama a atenção para o modo como o elitismo sensibilizava, especialmente, os “liberais paulistas”. Para tanto, cita uma pesquisa sobre o ensino público, realizada por Fernando de Azevedo, sob encomenda do jornal *O Estado de São Paulo*, em 1926. Na conclusão, entre outras coisas, a idéia que a democracia se sustentava, sobretudo, na “seleção dos melhores”: “A democracia consiste, praticamente, não no ‘governo do povo pelo povo’, o que, em última análise, é uma ficção, mas no governo por elementos ‘diretamente’ tomados do povo e preparados pela educação. Não há salvação para a democracia senão na escolha e pela escolha das capacidades. O problema da educação sobreleva, por isso, em alcance social e político, a todos os outros problemas, numa república decidida a entregar seu governo a uma ‘aristocracia de capacidades’”. PÉCAUT, 1989:30.

⁵⁵ BASTOS, 1989:335.

ciências sociais no país, com o surgimento da Sociedade de Sociologia, em 1934, bem como o “início do movimento editorial” e da “divulgação científica” dos trabalhos desta área⁵⁶.

Face a este quadro geral, convém, agora, atentar para algumas formulações específicas de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Não se pretende, obviamente, discutir as concepções destes ideólogos: nem a apresentação do recorte sumário de suas idéias torna isto possível, nem este é o propósito específico deste trabalho. O que se tem em mente é, apenas, uma indicação mais formalizada do conteúdo doutrinário destes pensadores, no amplo painel do pensamento social brasileiro, do final dos anos 20 e da década de 30.. A escolha destes ideólogos, não é, por certo, uma arbitrariedade da pesquisadora, pois, se o primeiro autor é largamente reconhecida pelos inúmeros estudiosos do pensamento nacional, que o consideram, no geral, o mais importante “pensador autoritário” do país⁵⁷, o segundo destaca-se, entre os teóricos da modernização conservadora, em razão do caráter inovador, do ponto de vista doutrinário, de seu projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil.

2.1. Oliveira Vianna

Oliveira Vianna⁵⁸, constrói sua obra a partir da crítica às estruturas políticas e sociais da República, que são responsabilizadas pelo atraso e pela desordem nacionais. Em suas análises privilegia a organização e a atuação do Estado, atribuindo-lhes dimensões “civilizadoras”, já que se apoia no pressuposto de uma sociedade civil brasileira fraca e incapaz. Para ele, a modernização é identificada

⁵⁶ GUIMARÃES, 1999:123.

⁵⁷ BASTOS, 1993.

⁵⁸ As formulações a propósito do projeto político de Oliveira Vianna têm como referência, os seguintes trabalhos: PIVA, 2000: cap. IV; MEDEIROS, 1978:155-277; BASTOS, 1993:131-181; VIEIRA, 1976.

com a construção da unidade nacional e do poder central forte, capaz de garantir a unidade e o desenvolvimento.

Na medida que o projeto de Oliveira Vianna é construir o “Estado Nacional”, como via de acesso à “civilização”, suas críticas concentram-se na descentralização política, no federalismo da 1ª Constituição Republicana (1891) e nos poderes das oligarquias regionais uma vez que, em seu ideário, atraso e desordem estão intimamente associados à democracia e ao liberalismo clássico. Segundo ele, o “*idealismo utópico*” – composto de três aspectos centrais: parlamentarismo, federalismo/descentralização e racionalismo liberal – não se prestava às peculiaridades naturais do Brasil. A Constituição de 189, por exemplo, era o resultado direto e equivocado deste idealismo, pois tinha sido elaborada como se os brasileiros fossem saxônicos, como se tivessem as qualidades destes povos e não os “males” da estrutura e da mentalidade nacionais, que incapacitavam para a democracia liberal.

Segundo Vianna, o povo brasileiro carregava um “determinismo negativo”, ou seja, a ausência de um sentido da “coisa pública”, que impedia que o Estado, no sentido pleno, surgisse naturalmente, como entre os anglo-saxônicos, decorrendo daí a anarquia social, na qual o Brasil vivia mergulhado. Era a partir deste determinismo negativo que se impunha a necessidade de se criar um Estado centralizador, a efetiva “ordem pública”. Ao lado do “determinismo negativo” havia, porém, o “positivo”: a índole do povo brasileiro, favorável à criação do Estado forte e centralizado que, entre outras, teria a função de educar este povo para a nacionalidade e para o sentimento público. O resultado de um processo de modernização, levado à frente por este Estado forte, seria a constituição de uma sociedade assentada em valores comunitários, em organizações coletivas.

Como se vê, na formulação das propostas de reformas institucionais do Estado, Oliveira Vianna defendia a construção da unidade política, a continuidade administrativa e a supremacia da autoridade central, uma vez que a organização

estável da liberdade civil só seria possível mediante a estruturação da autoridade do poder central. Nessa medida, o Executivo e o Judiciário deveriam ser reforçados, em detrimento do Legislativo. Ao Executivo, que concentraria o aparato técnico e administrativo, caberia elaborar e propor as leis, devendo o parlamento apenas votá-las. De um outro modo, a unidade política estaria comprometida, pois, em lugar do “sentimento nacional”, poderia ocorrer apenas a manifestação de interesses regionais.

Outro aspecto significativo nas propostas de modernização de Oliveira Vianna, era a formação de Conselhos Técnicos e Econômicos, capazes de implementar políticas públicas afinadas com as necessidades da realidade. Tratavam-se de organizações, no âmbito do governo central, capazes de expressar os interesses coletivos, de superar a inoperância política do Legislativo e de possibilitar a centralização das decisões, cujos conteúdos seriam definidos por especialistas dos diferentes setores produtivos. A proposta de formação dos Corpos Técnicos é o momento em que o tema das elites ganha substância no pensamento de Vianna, pois é a partir deles que propõe a defesa da instauração de uma “política objetiva”. Segundo Vianna, nas condições da sociedade moderna, tornava-se patente a incapacidade técnica das elites partidárias realizarem a “obra da administração e do governo”, cabendo à competência técnica sobrepor-se à incompetência parlamentar.

De modo sumário, o projeto de Oliveira Vianna previa, sobretudo, a despolitização das ações de governo, como condição ideal de racionalidade. Estas ações deveriam pautar-se pelas decisões técnicas, de modo a evitar os riscos de um desvirtuamento das decisões de Estado, no contexto dos debates políticos e dos jogos partidários. As formulações políticas fundamentais deveriam ficar a cargo dos detentores do saber racional: elites tecnicamente preparadas, capazes de responder às exigências do desenvolvimento de uma nação moderna.

2.2. Azevedo Amaral

Entre os pensadores da década de 30, Azevedo Amaral⁵⁹ é o único que, além do tema das elites e da reforma política do Estado preocupava-se, também, com a modernização em termos econômicos, trazendo o tema da indústria para a linha de frente da reflexão teórico-ideológica.

Ideólogo do Estado Novo getulista, Azevedo Amaral em seu livro *Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938), defendia uma proposta de modernização que tinha na indústria o seu eixo central. A industrialização, nos seus termos, seria a fase adiantada do “*determinismo econômico*” brasileiro, a fonte da riqueza, da soberania nacional, da diversificação técnico- produtiva e, também, da geração de uma estrutura social complexa, à semelhança das nações mais desenvolvidas.

O atraso brasileiro – caracterizado, segundo Azevedo Amaral, pelo agrarismo, pela profunda dependência econômica do país aos centros estrangeiros e pelas instituições políticas “artificiais”(os arranjos liberais que predominavam no país desde o Império) –, só poderia ser superado através de um conjunto de medidas que contemplassem, a um só tempo, a constituição de um “Estado Autoritário” e o desenvolvimento de uma industrialização dirigida.

O processo de industrialização nacional, que não poderia prescindir dos capitais externos, demandava a existência de um Estado forte, centralizado e autoritário: a única força capaz de promover a coesão nacional e forjar instituições que impulsionassem a indústria. Segundo Amaral, apesar da força do determinismo econômico, a industrialização no Brasil, além dos riscos de reveses naturais, só muito lentamente poderia viabilizar-se. Por isto, impunha-se a criação de instituições estatais, que acelerassem a evolução natural da economia no país.

⁵⁹ As colocações a propósito de Azevedo Amaral têm como referência RAGO,1993:49-59, 157-166, 183-195; SILVA,1998: 142-144, 154-160; MEDEIROS,1978: 54-60,69-89.

A industrialização brasileira, surgida de modo “*natural*” e “*empírico*”, não poderia prescindir, para seu pleno desenvolvimento, de uma política econômica diretora. Assim, tomando como referência o *New Deal* norte-americano, pelo qual se entusiasmara –“O ‘*New Deal*’ destaca-se [...] no mundo contemporâneo como a mais completa e audaciosa experiência planificadora até hoje tentada dentro das configurações do regime capitalista”–, Azevedo Amaral propõe uma planificação da economia, a ser levada à frente por um órgão coordenador, capaz de atuar em todos os setores econômicos e sociais, de forma a garantir o êxito do planejamento⁶⁰.

Para Azevedo Amaral, a defesa de uma planificação econômica do Brasil não apresentava nenhuma incompatibilidade com a vigência do capitalismo, uma vez que o planejamento era uma técnica politicamente neutra, independente das configurações peculiares de qualquer organização econômica, ou regime político. Além disto, a atuação do Estado, no caso brasileiro, limitar-se-ia às atividades que estavam fora do alcance do capital privado e à criação da infra-estrutura, indispensável à indústria. Fiel ao ideário corporativista que, a exemplo de Oliveira Viana, muito o influenciou, Amaral afirmava que o modo desejável de planificação era aquele realizado através da cooperação entre o Estado e os órgãos representativos da iniciativa privada.

Do mesmo modo que em Oliveira Vianna, o tema das elites, no pensamento de Azevedo Amaral, se enunciava em íntima associação com a atividade reformadora do Estado. Segundo ele, a intervenção planificadora do Estado não poderia ficar ao sabor das contendas políticas parlamentares: pressupunha, além do processo de centralização política e superação da frouxidão das instituições liberais, a existência de uma elite possuidora de qualidades superiores de análise e previsão, capaz de introduzir novos instrumentos, criar aparatos políticos em condições de fazer a realidade nacional superar etapas e rumar em direção aos estágios mais avançados da organização econômica.

⁶⁰ Azevedo Amaral, em *Estado Autoritário e Realidade Nacional* (1981: 141), citado por SILVA (1998: 142).

3. DESENVOLVIMENTO E NAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL INDUSTRIAL

“A multiplicação dos empreendimentos governamentais não representa um preconceito político ou um desfavor à iniciativa privada. Ao contrário, vem ampará-la. As inversões básicas não podem esperar. Se os particulares não as fazem, ao menos em tempo útil, cabe ao Estado fazê-lo.”

(Getúlio Vargas/1953, citado por FONSECA 1989:368).

Como já anteriormente indicado, no pós-30, especialmente durante o Estado Novo, a sociedade brasileira sofreu profundas transformações que possibilitaram a passagem do padrão de acumulação capitalista de base agro-exportadora para o de preeminência urbano-industrial e de realização interna. Nas décadas seguintes, as contradições características de um capitalismo subdesenvolvido e de extração colonial evoluíram de tal modo que, nos anos 50, os limites e os impasses do desenvolvimento industrial periférico ganharam grande visibilidade, colocando na ordem do dia o debate sobre os rumos do capitalismo no país.

Foi por esta época que o pensamento social brasileiro reformulou significativamente sua pauta de discussão, forçando alterações na agenda da questão nacional, deslocando temáticas anteriores e modificando as formas intelectuais do debate, que passou a incorporar a ciência econômica como forma de inteligência da realidade, além de incluir, com destaque, um componente particularmente polêmico: o papel do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento do país. Não se tratava mais de postular a viabilidade do Brasil como nação civilizada, ou projetar a modernização conservadora a ser realizada sob a batuta das elites dotadas de racionalidade científica e à procura da conformação de um Estado forte, que pudesse capitanear este processo. O que estava em jogo, agora, eram os caminhos da objetivação do capitalismo, o lugar dos capitais externos e da indústria no país, a situação do Brasil no concerto geral das nações. Com base nestes elementos e sob a

ótica da análise econômica, a questão nacional se atualizou, pondo em relevo a problemática do subdesenvolvimento e as possibilidades de sua superação. Pode-se mesmo dizer que, neste período, esta discussão institucionalizou-se, com a criação de agências encarregadas da formulação teórico-ideológica do desenvolvimento nacional, de que foi claro exemplo o ISEB, ligado ao Ministério da Educação e Cultura.⁶¹

Neste contexto de redimensionamento da questão nacional, seja do ponto de vista do projeto (o desenvolvimento pela via da industrialização), seja do ponto de vista da forma intelectual de indagação da realidade (o pensamento econômico brasileiro), Celso Furtado modelou, a um só tempo, uma proposta de desenvolvimento autônomo para o país e uma teoria original de interpretação do capitalismo brasileiro, tornando o subdesenvolvimento a pedra de toque do debate político e do pensamento social no Brasil. Aliás, num tributo à verdade, cabe a afirmação de que a obra de Celso Furtado tornou-se a referência paradigmática para o pensamento desenvolvimentista. E isto foi possível, entre outras razões, porque não apenas deu entendimento à nossa peculiar transição para a economia industrial e às suas contradições (explicando-as em termos da industrialização por substituição de importações), mas, também, à própria lógica do atraso brasileiro (a dinâmica do subdesenvolvimento), que passava a ser analisada nos termos um destino comum aos países da periferia capitalista, compartilhado pelas nações latino-americanas e por, praticamente, todo antigo mundo colonial.

Furtado construiu a “explicação do Brasil subdesenvolvido” no momento em que os economistas tornavam-se “atores políticos” no cenário nacional e suas análises macroeconômicas, relevantes, o que lhes permitiu transformarem-se em uma nova “elite técnica” dirigente⁶², e isto, especialmente, à medida que o Estado brasileiro,

⁶¹ Sobre o ISEB e seu papel essencial nos debates da questão nacional, nos anos 50 e 60, consultar TOLEDO(1978), SCHWARTZMAN(1981), CHAÚÍ(1978).

⁶² Segundo Maria Rita Loureiro, no Brasil, “o campo dos economistas” como elites dirigentes formou-se no bojo das transformações capitalista do pós-30, quando “a informação técnica que se transformou em recurso político foi

mais e mais, ampliava seus compromissos com a promoção do desenvolvimento capitalista. E Furtado o fez, “atualizando” a problemática nacional com base nas novas correntes do pensamento econômico mundial, representadas pelo keynesianismo, e, sobretudo, pela teorização do desenvolvimento periférico, cuja máxima expressão foi, sem dúvida, a teoria Prebisch-CEPAL. É importante lembrar que uso da palavra “atualização” não é aqui mera casualidade, tendo-se em conta o roteiro de análise antes referido, qual seja, o de se discutir as dimensões de continuidade e de ruptura que o pensamento e o projeto nacional de Celso Furtado possam conter. Em outras palavras, a idéia já enunciada de que, apesar das inovações e das singularidades, tanto em termos de projeto de país, de formulação intelectual, como de concepção da questão democrática, a obra de Furtado possa ter dialogado ou mesmo se mantido no campo de uma larga tradição do pensamento social brasileiro que, desde o início do século passado, se debateu com a problemática nacional irresoluta, com o tema das elites, com a idéia do Estado

o conhecimento econômico” e que, “*em suas dimensões tanto teóricas, quanto instrumentais*”, foi objeto de controvérsias teóricas e disputas entre diferentes vertentes do pensamento econômico.

O surgimento dos economistas, como fração das elites brasileiras, não se deu somente no espaço acadêmico das escolas de economia, mas principalmente em órgãos estatais e instituições de pesquisa aplicada. Agências governamentais, como os conselhos técnicos criados no Estado Novo, os grupos de trabalho do governo JK, a SUMOC e o BNDE, por exemplo, foram “*espaço privilegiado de decisão apropriado pelos técnicos*”, funcionando “*como escolas práticas de formação econômica diferenciada para engenheiros, advogados e outros altos funcionários que se envolviam com as atividades de regulamentação e controle de diversos setores econômicos e com as tarefas de planejamento do desenvolvimento industrial*”. No Brasil, os primeiros cursos superiores de economia foram criados a partir da década de 40. “*Antes disso, o ensino de economia restringiu-se a algumas poucas disciplinas destinadas à formação de cultura geral nos cursos de direito e engenharia, e ainda a uma das dimensões ou desdobramentos do ensino comercial profissionalizante*”.

O “*espaço social dos técnicos e economistas*” estruturou-se, desde o início, alimentado por polêmicas teóricas e confrontos ideológicos, de que é exemplo a conhecida “*controvérsia sobre o planejamento econômico*”, no início de 40, entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, a propósito da intervenção estatal na economia. Já na década de 1950, o debate econômico transformou-se no confronto sistemático entre monetaristas e estruturalistas, a partir das disputas entre o grupo da CEPAL (da qual Celso Furtado era maior expressão) e o Instituto Brasileiro de Economia da FGV do Rio de Janeiro. Revistas especializadas (*Digesto Econômico, Revista Brasileira de Economia, Conjuntura Econômica, Revista Econômica Brasileira*), entidades (Clube dos Economistas) e órgãos da grande imprensa (colunas de economia de Eugênio Gudín no *Correio da Manhã*, n’*O Globo*) veiculavam as divergências teóricas entre os economistas de formação neoclássica e os adeptos da heterodoxia estruturalista que, diga-se de passagem, tinham menos vínculos orgânicos e institucionalizados que seus adversários. LOUREIRO, 1997^a : 24, 32, 33, 44, 46.

demiurgo, com a premência da atualização modernizadora do país, enfim com a proposição das “reformas pelo alto”, como temáticas dominantes.⁶³

É por demais sabido⁶⁴ que, no Brasil, a questão nacional desde as suas origens foi formulada em uma dimensão antiliberal, que ao longo da história republicana, inclusive a mais recente, assumiu feições antidemocráticas. Marcam a formação social brasileira, as transições históricas cruciais realizadas a partir de pactos entre as elites, os arranjos pelo alto, sem rupturas políticas efetivas e sempre excludentes com relação às massas⁶⁵. Definem nosso processo de construção nacional o

⁶³ CEPÊDA,1998: 31,32,45.

⁶⁴ A partir de final dos anos 60 e, principalmente, meados dos 70, no Brasil, uma série de trabalhos, no campo do marxismo, nas áreas da crítica literária, da sociologia, da filosofia, da economia e da história vieram à luz com a finalidade de discutir as condições particulares de realização do capitalismo no país, empreitada, diga-se de passagem, pioneiramente encetada por Caio Prado Jr duas décadas antes. Em que pese a diversidade teórica no tratamento da questão, estes trabalhos confluíram no reconhecimento da inexistência de uma transição burguesa clássica no país, de não se ter observado, aqui, uma revolução que representasse uma ruptura efetiva com o passado agrário-colonial e nem existência de uma burguesia efetivamente comprometida com a “civilização e modernidade”. Desta forma, a modernização capitalista nacional não conheceu rupturas, configurando-se uma situação em que o historicamente novo, acabou pagando alto preço ao velho, entendido isto como a permanência do latifúndio agro-exportador, o domínio autocrático dos proprietários e a inexistência dos processos democráticos de incorporação das massas. Um quadro interno, cuja dinâmica no contexto do capitalismo global, se completa em termos da subordinação estrutural aos centros hegemônicos, ou seja, a submissão imperialista. Nestas condições, a modernização capitalista brasileira seria “ainda mais perversa, porque a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro unificador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social, até mesmo pela nulificação de vastos contingentes populacionais”.RAGO,1999:627.

Entre os trabalhos que pioneiramente trataram da questão pode-se citar, por exemplo, Carlos Nelson Coutinho, *Literatura e Humanismo: Ensaios de Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967; Francisco de Oliveira, “A Emergência do Modo de Produção de Mercadoria: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil”, *O Brasil Republicano I*, São Paulo, Difel, 1975; Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa do Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975; José Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo, E. Ed. Ad Hominem, 1999 (2ª ed.), (1ª ed. São Paulo, Ed Ciências Humanas, 1978); João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardi*, São Paulo, Brasiliense, 1982. Entre estes trabalhos, destaca-se o de J. Chasin que, preocupado com uma dimensão diferenciada no tratamento da particularidade do capitalismo no Brasil, cria uma nova categoria de análise explicativa para a transição no Brasil: a “via colonial”. CHASIN, 1999:cap.IV.

⁶⁵ Na formulação pioneira de Carlos Nelson Coutinho, “No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas - de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior

antiliberalismo e a intervenção demiúrgica do Estado, palco da intermediação de antigos e novos interesses dos grupos dominantes, que se hipertrofiou continuamente; o Estado agigantado de caráter híbrido, representando, ao mesmo tempo, as forças de mudança e conservação, espaço das conciliações contínuas sem que neles os interesses populares tenham efetiva representação; o Estado que “*não pôde se tornar completamente moderno e autenticamente republicano, nem deixar de se submeter a práticas e concepções fortemente vinculadas ao tradicional privatismo das elites*”⁶⁶.

Como já indicado, o que se quer é entender o projeto de Celso Furtado para o Brasil, particularmente o espaço dedicado ao Estado e à atuação das elites técnicas (concebidas no sentido mannheimano de *intelligentsia*), tendo em vista o modo como se movimenta, como teórico e ideólogo do desenvolvimento industrial, no campo das determinações contraditórias do velho e do novo, profundamente enraizadas na formação social brasileira; de investigar em que termos as condições particulares da modernização capitalista, isenta das rupturas definitivas, ecoam em sua proposta de “refundação republicana” do Brasil, nos anos 50 e 60; de verificar, tendo em conta estes aspectos, como dialoga com os movimentos do capitalismo no plano nacional e internacional, com a questão democrática e com o pensamento econômico, redimensionados, principalmente, a partir II Guerra Mundial.

da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva”. COUTINHO, 1967:142.

⁶⁶ NOGUEIRA, 1998:13.

3.1. Um Brasil industrial: Vargas e JK

Durante o segundo governo Vargas (1950-1954), o padrão de acumulação capitalista no Brasil sofreu alterações face aos anos 30. Tentando sustentar-se no aumento do setor de bens de produção, a economia industrial procurou um equilíbrio no crescimento, tendo em vista, também, a expansão dos bens de consumo não duráveis e duráveis. Em outros termos, buscou-se um desenvolvimento industrial que apresentasse uma complementaridade dinâmica entre os Departamentos I, II e III da economia, segundo a concepção kaleckiana⁶⁷. Frente à debilidade da burguesia nacional, o Estado brasileiro, que há muito vinha incorporando aparelhos de regulação econômica e práticas intervencionistas com a finalidade de estimular a produção fabril⁶⁸, desempenhou um papel crucial neste processo, haja visto, entre outras iniciativas, o financiamento da acumulação de capital que, nos idos de 50, baseou-se,

“em primeiro lugar, na manutenção da política cambial e de sua filha primogênita, que era a política de confisco cambial, tentando utilizar o

⁶⁷ Tendo como ponto de partida a formulação original de Marx, quanto às relações entre os departamentos produtores de bens de produção e o de bens de consumo, o economista polonês Michal Kalecki refere-se ao Departamento I, produtor de bens de capital; ao Departamento II, produtor de bens de consumo para os trabalhadores, ou seja, de bens de consumo não duráveis; ao Departamento III, produtor de bens de consumo para capitalistas, i.é, o de bens de consumo duráveis.

⁶⁸ Nas análises da industrialização brasileira, é consenso que o Estado, tal como se configura na 1ª Era Vargas, teve papel relevante na viabilização do capitalismo no país. Admite-se, correntemente, que a constituição do aparelho econômico do Estado, centralizado e nacionalmente articulado, entre 1930 e 1945, deu sustentação a políticas econômicas que tinham por base um projeto de desenvolvimento da indústria. Como bem observa DRAIBE, na *“etapa crucial de constituição do ‘capitalismo industrial’ e do Estado capitalista no Brasil, condensam-se, simultaneamente, num curto período histórico, as múltiplas faces de um processo de organização das estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial”* (1985:82). Presente desde o início dos anos 30, a idéia de desenvolvimento industrial começou a se materializar, efetivamente, durante o Estado Novo. Mesmo que, ainda, não se possa falar em planejamento econômico, são “ações governamentais industrializantes” que dão origem a conselhos e departamentos de Estado, tais como: o Conselho Nacional de Petróleo, a Comissão de Defesa da Economia Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Conselho Nacional de Ferrovias, a Comissão do Vale do Rio Doce, a Usina de Volta Redonda, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, a Comissão de Planejamento Econômico, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criados entre 1938 e 1945.

A propósito do papel do Estado no processo de industrialização brasileira, consultar, entre outros, FONSECA(1989), SOLA (1998), DINIZ (1978), IANNI(1971).

*mecanismo de transferência de excedentes do setor agro-exportador para o setor industrial; em segundo lugar, na nacionalização dos setores básicos do Departamento I, mais propriamente nos setores de bens intermediários; essa nacionalização realizava o processo do financiamento interno no Departamento I, enquanto a política cambial realizava o processo do financiamento interno e externo nos dois Departamentos. Era claramente posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento. O terceiro ponto de sustentação do padrão de acumulação residia numa contenção relativa do salário real dos trabalhadores, atenuada pela função que se assinalava às empresas do Estado: produzir certos bens e, sobretudo, serviços abaixo do custo, transferindo em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados. [...] a estratégia da expansão industrial fundava-se na premissa de que a acumulação do setor privado da economia seria potenciada pela transferência de parte do excedente via preços subsidiados dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, propiciada pelo próprio aumento da produtividade do trabalho no setor de bens de produção, o que implicava no virtual barateamento do capital constante do setor privado da indústria”.*⁶⁹

Obviamente, não foram poucos os obstáculos enfrentados neste processo, a começar pelas fontes externas de financiamento, dependentes das exportações agrícolas ou das melhorias nos “termos de intercâmbio”. No início da década de 50, o comum foram os resultados adversos. Pelo lado das fontes internas, as contradições foram ainda mais agudas, uma vez que o financiamento baseava-se na apropriação, pelos setores industriais, dos excedentes gerados na agro-exportação. Os problemas se avolumaram exatamente aí: realizar a transferência dos excedentes produzidos pelo café para a área industrial e, ao mesmo tempo, garantir a rentabilidade do setor agrícola exportador, pois este era o único a proporcionar as divisas necessárias ao suprimento dos bens de capital e dos insumos importados. Como era de se esperar, com todos estes entraves, o padrão de acumulação do segundo governo Vargas, dependente do crescimento do departamento de bens de capital, não pode se

⁶⁹ OLIVEIRA, 1977:79.

concretizar, inviabilizando-se de tal modo a dar origem à crise que ganhou, como se sabe, os contornos finais de uma tragédia política.

O período seguinte, a que se convencionou chamar “anos JK”, mudou substancialmente o caráter da acumulação da fase anterior, tendo por base o Plano de Metas⁷⁰. O novo ciclo capitalista – os “50 anos em 5”- iria se sustentar, sobretudo, na expansão do Departamento III da economia, especialmente na grande indústria automobilística. Mas, para que isto se viabilizasse, um sério obstáculo precisaria ser contornado: o Departamento I, apenas esboçado no período Vargas, era incipiente e incapaz de atender ao dinamismo do setor de bens de produção duráveis (D III). A saída seria o apelo aos capitais externos de risco, ou aos investimentos diretos. Importante lembrar que a isto serviria, sobretudo, a Instrução 113 da SUMOC⁷¹, largamente usada por Juscelino na atração de capitais estrangeiros para a indústria automobilística, a construção naval – além de outros

⁷⁰ O Plano de Metas foi, nos anos 50, o principal instrumento de mudança do padrão capitalista de acumulação industrial no Brasil. Sustentado nos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto CEPAL-BNDE, do qual Celso Furtado foi um dos membros integrantes, e implementado pelo Conselho do Desenvolvimento, o Plano de Metas contemplava os setores de energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Valendo-se do conceito de “*pontos de germinação, cujos princípios [...]tinham como fundamento a identificação de setores que, uma vez adequadamente estimulados, poderiam apresentar capacidade de crescimento, e atendendo à necessidade de ampliação de setores de infra-estrutura básica, notadamente nas áreas de energia e transportes, previamente apontados como pontos de estrangulamento, o Conselho do Desenvolvimento elaborou um conjunto de 30 objetivos específicos, distribuídos segundo cinco setores, denominado Programa de Metas. Contando com metas quantitativas, determinadas tanto com base no detalhamento de projetos específicos, tais como geração de energia elétrica e transporte ferroviário, quanto em projetos ainda em estudo, como no caso da siderurgia; com uma listagem de prioridades para a expansão de áreas tais como mecânica pesada, metais não ferrosos e materiais elétricos; ainda com a formulação de incentivos a serem dados à iniciativa privada para que se atingissem os objetivos propostos, que vieram a se transformar em projetos específicos, como nos casos das indústrias automobilísticas e naval[...]*”. FARO, 1991:56. Sobre Plano de Metas, consultar LAFER, 2002; BENEVIDES, 1976: cap. V.

⁷¹ Em janeiro de 1955, no governo de Café Filho, o ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, implementou uma significativa mudança na política cambial, que serviria, depois, largamente aos propósitos do Plano de Metas. A instrução 113 da SUMOC, autorizava a CACEX a “*emitir licenças de importação de equipamentos para indústria. Esses equipamentos entrariam no país sem cobertura cambial, isto é, sem o pagamento de divisas e sem onerar o balanço de pagamentos brasileiro, já que contavam como capital investido nas empresas. Dessa forma, um investidor estrangeiro podia trazer para o Brasil equipamentos para formar uma nova empresa ou ampliar uma já existente. A conversão do capital representado pelos equipamentos importados era feita pela taxa livre de câmbio, o que equivalia a uma quantidade maior em cruzeiros e constituía, portanto, um claro subsídio ao capital estrangeiro*”. LEOPOLDI, 1991: 80.

setores de produção de bens duráveis e equipamentos –, a indústria química e farmacêutica, com vistas a solucionar, em curto prazo, os problemas de carência de capitais de investimento⁷².

Tendo em vista este quadro, pode-se afirmar, de modo sumário, que o esforço de implantação do capitalismo industrial no Brasil, a partir de meados dos anos 50⁷³, por não encontrar o amparo de uma acumulação prévia e significativa de capitais, exigiu a atuação concentrada de dois conhecidos atores da cena econômica brasileira, a quem, mais uma vez, se destinariam papéis que, nos países de capitalismo avançado, no geral, cabiam às burguesias nacionais. Fala-se, aqui, dos capitais estrangeiros e do Estado.

Sabe-se, há muito, que os capitais externos sempre ocuparam lugar de destaque na expansão capitalista no Brasil, envolvendo-se, por exemplo, desde o século XIX, com a grande lavoura de exportação de café. Na década de 1950, continuaram a exercer funções estratégicas na economia nacional, porém, com novas atribuições, alterando-se qualitativamente suas formas de participação. Se, no final do Império e na 1ª República, os capitais estrangeiros dirigiram-se para os setores de serviços urbanos (energia elétrica, bancos e transportes), de infra-estrutura para a economia agrária (ferrovias, portos) e de comercialização exterior dos produtos primários, a partir de meados do século XX passaram a ser aplicados nas áreas onde a acumulação capitalista mostrara-se incapaz de sustentar o crescimento industrial: tecnologia, máquinas e equipamentos.

⁷² “No período 1955-61 entraram no país, como investimentos através da Instrução 113, US\$ 511 milhões. Desse capital, 43% provinham dos Estados Unidos e 44,5% de países da Europa, o que evidencia bem a competitividade entre os campos americano e europeu na busca de novos mercados. Os investimentos em indústrias de base corresponderam a 74%, enquanto para as indústrias leves ele foi de 26%”. Ibid.: 90. Ver também, OLIVEIRA, 1977: 85.

⁷³ É importante salientar que quando se estabelece a diferenciação entre o governo Vargas e o período JK, particularmente no que tange ao nacionalismo e ao redimensionamento das condições de subordinação do capitalismo brasileiro, tem-se em conta as contradições do “nacionalismo possível” de Vargas. Na realidade, Getúlio Vargas nunca deixou de atribuir aos capitais estrangeiros um papel fundamental no desenvolvimento econômico do Brasil. Tanto em sua concepção, como na da burguesia industrial brasileira, os capitais externos poderiam ser coadjuvantes do desenvolvimento nacional, devendo ser aceitos e mesmo atraídos para os ramos industriais em que não competissem com interesses das indústrias locais. FONSECA, 1989: 408-413.

O mesmo pode-se dizer com respeito ao Estado. Desde a Era Vargas, foram-lhe reservadas funções essenciais no processo de reprodução capitalista, particularmente nos setores que escapavam aos interesses ou às possibilidades do capital estrangeiro e da burguesia nacional. Assumindo tarefas básicas na acumulação, o Estado tornou-se produtor de mercadorias e prestador de serviços, responsabilizando-se tanto pela infra-estrutura energética, pelos transportes, como pelos insumos básicos. No período JK, o Estado, cuja participação passou de 25% para 37%, garantiu “o aço, o combustível, o minério de ferro, a soda cáustica e a matéria-prima para a indústria química. Forneceu o crédito industrial, avalizou empréstimos externos e subsidiou de variadas maneiras o câmbio, para fazer dele instrumento de proteção industrial e de atração de investimentos⁷⁴. Além de empresário, financiador do desenvolvimento, atuou, sobretudo, na formulação de políticas econômicas e na inserção do país no jogo das grandes potências hegemônicas, reformulando as bases da subordinação capitalista no âmbito da economia internacional.

É indispensável observar que um padrão de acumulação capitalista desta natureza traz em si sérias contradições que, a médio prazo, tendem a se mostrar incontornáveis. De fato, no Brasil, o estrangulamento deste modelo industrial não tardou a ocorrer, colocando em movimento um ciclo de instabilidade econômico-social que, como se sabe, culminou no Golpe Militar de 1964. Esta política econômica, que tinha por base um pesado endividamento externo, conviveu com um balanço de pagamentos permanentemente deficitário, seja pelo desempenho insuficiente das exportações nacionais, seja pela evasão de divisas (remessas de lucros, serviço da dívida etc.). Mas, a situação tornou-se efetivamente explosiva quando a isto juntou-se um processo inflacionário que, previsto para 13,4% ao ano, atingiu patamares médios de 22,6%. E isto porque, como se sabe,

“Nem o Plano de Metas, nem a construção de Brasília (ambos empreendimentos de curto prazo e de alto custo) previram formas de captação de recursos para seu financiamento. Essa incerteza com

⁷⁴ LEOPOLDI, 1993: 90.

*relação às fontes de financiamento esteve presente durante todo o governo JK. Juscelino e os coordenadores do Plano de Metas julgavam ser possível a captação de boa parte do financiamento através de empréstimos públicos externos, combinados com investimentos privados de risco. Estes últimos efetivamente vieram, mas o vulto dos investimentos era muito alto, exigindo grande envolvimento do Estado como agente financiador. A conjuntura política não viabilizava a aprovação de uma reforma tributária no Congresso. E o Banco do Brasil resistia a diminuir sua participação na concessão do crédito à agricultura e à indústria. Em face destes constrangimentos, o governo encaminhou-se para o financiamento inflacionário do Plano de Metas: aprofundou o déficit público. A situação inflacionária manteve-se relativamente sob controle até 1958, e se elevou em 1959 e 1960, causando greves e incerteza econômica”.*⁷⁵

Pelo exposto, pode-se ver que o projeto de desenvolvimento de JK sustentava-se, basicamente, em dois pilares: de um lado, no recurso aos empréstimos de bancos estrangeiros e aos capitais de risco e, de outro, no financiamento estatal, garantido pelo aumento do déficit público e pela política monetária frouxa. Na realidade, Juscelino assumiu os riscos de um crescimento econômico com inflação, a despeito das pressões do FMI por estabilidade monetária e equilíbrio nas contas externas⁷⁶. Seu “otimismo desenvolvimentista” tinha fincado as bases da acumulação industrial brasileira nas areias movediças da oferta externa de capitais e da expansão monetária nacional.

Mesmo considerando-se indispensável a análise do papel das forças sociais internas, para a compreensão do modo como o capitalismo se objetivou no Brasil, não se pode ignorar a determinação essencial, para este processo, das alterações no sistema econômico internacional, no segundo pós-guerra, já que não se reconhece, aqui, nem como mero recurso lógico de análise, a possibilidade de “*capitalismo em um só país*”. Nesse sentido, há que se constatar que o desenvolvimento do setor de

⁷⁵ Ibid.: 91.

⁷⁶ Ibid.: 93.

produção de bens de consumo duráveis, com base nos capitais estrangeiros, no país, teve como pressuposto uma situação particular no plano internacional, a partir de 1945, a “Era de Ouro” do capitalismo. Nesta época, verificou-se uma alteração significativa na divisão internacional do trabalho, a partir de uma nova relação entre o mercado mundial de capitais e os países do 3º Mundo: a industrialização das economias periféricas tornou-se uma nova frente para investimentos lucrativos e para a reprodução ampliada de capital dos países hegemônicos. Com isto, os vínculos capitalistas entre o Centro e a Periferia modificaram-se expressivamente. A dinâmica prevalecente desde século XIX, entre produtores de matérias-primas e de bens manufaturas, foi substituída por uma nova relação – a estabelecida entre os produtores de manufaturas de consumo e os de bens de produção.

III. O CAPITALISMO REGULADO E A DESCOBERTA DA PERIFERIA

1. “A ERA DE OURO”

O mundo capitalista central conheceu, após a II Guerra, um período de excepcional desenvolvimento e otimismo econômico a que muitos economistas chamaram de “Era de Ouro”⁷⁷. Alimentado pelo processo de reconstrução da Europa Ocidental e do Japão, devastados pela conflito mundial, e pela atração das nações recém-descolonizadas para a rede internacionalizada das relações capitalistas, o sistema conviveu com altas taxas de crescimento econômico, pleno emprego, aumento dos salários reais e a transformação dos trabalhadores em “consumidores afluentes” de uma produção industrial de massa. E tudo isto sob a hegemonia econômico-financeira e militar dos EUA que, após os acordos internacionais de Bretton Woods (1944), vinculou o desenvolvimento econômico mundial à sua política fiscal e

⁷⁷ HOBBSAWM,1994:253.

monetária e à atuação de suas grandes corporações nos mercados de capitais e mercadorias. Na década de 1950, os americanos controlavam cerca de 60% dos capitais do mundo desenvolvido e eram responsáveis pela mesma porcentagem em termos de produção, situação que, diga-se de passagem, manteve-se, aproximadamente, até a década de 70, quando estas cifras se situaram em torno de 50%.⁷⁸

*“O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos químicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos EUA, a região do Rur-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóquio-Iocoama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque(sic), essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos”.*⁷⁹

Esta excepcional fase de expansão da economia capitalista, nos países centrais, teve como pressuposto um reordenamento do contrato social entre os agentes fundamentais do processo de reprodução capitalista: o grande capital corporativo, a

⁷⁸ HOBBSAWM, 1994: 270.

⁷⁹ Ibid.: 125.

classe trabalhadora e o Estado, ou seja, os principais atores envolvidos no que ficou conhecido, nos termos da Escola da Regulação⁸⁰, como compromisso fordista-keynesiano. No tenso equilíbrio entre as três forças, coube às grandes corporações os investimentos massivos de capital fixo, a atualização tecnológica, a economia de escala e a produção em massa de produtos padronizados nas linhas de montagem. Além, evidentemente, das inovações administrativas, em busca de uma maior racionalidade corporativa, com vistas a assegurar crescimento sustentado e ganhos substanciais de capital.

O significativo aumento da classe operária e sua concentração nas grandes indústrias representava um desafio para a ordem capitalista, à medida que a acumulação, nos moldes projetados pelo capital, poderia ser colocada em xeque pelos movimentos dos trabalhadores, a menos que os setores radicais, à esquerda, do movimento sindical fossem neutralizados. Em que pese as diferenças expressivas entre os países capitalistas desenvolvidos e a resistência histórica da classe operária, a tendência geral foi a de um controle da massa operária pelos grandes sindicatos, tendo em vista benefícios sociais e ganhos de salário, em troca da cooperação com o sistema fordista e com as metas corporativas de produtividade.⁸¹

Neste processo, cabia ao Estado a implementação de políticas anticíclicas que assegurassem níveis estáveis de demanda, compatíveis com os altos investimentos de capital na produção fordista. No geral, estas políticas tendiam a três modalidades essenciais. A primeira delas, eram os investimentos em obras públicas que, além da

⁸⁰ A propósito da Escola da Regulação, na França, consultar AGLIETTA(1979), BOYER(1990) e LIPIETZ (1988).

⁸¹ Segundo David Harvey, a derrota dos setores radicais do movimento operário-sindical, após a II Guerra, prepararam as condições para o controle e os compromissos sociais que deram sustentação ao fordismo, nos anos 50 e 60. Ainda que se reconheça que, na maioria dos casos, tratou-se mais de “adaptações superficiais” e não de “reformulação total” das atitudes operárias frente à linha de montagem e às técnicas tayloristas, particularmente na Grã-Bretanha e na Alemanha Ocidental, nos Estados Unidos “os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa do Meio Oeste e do Nordeste, [que] preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político [...] sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social”, direitos que sempre estiveram associados à colaboração com o processo fordista. HARVEY, 1989: 128.

infra-estrutura necessária ao sistema produtivo, garantiam as taxas de pleno emprego; a outra, eram as aplicações na área social, nos gastos com assistência de saúde, educação, previdência e seguridade social; a terceira, a participação do Estado nas negociações dos acordos de salários e direitos trabalhistas, realizando uma mediação entre as grandes corporações e os sindicatos de massa. Em que pese as diferenças nacionais, quanto às formas de intervenção do Estado, particularmente do que diz respeito às políticas sociais e trabalhistas⁸², é importante frisar que elas garantiram, nos países capitalistas centrais, durante quase três décadas, estabilidade no crescimento econômico e melhorias nos padrões de vida das massas trabalhadoras, e isto graças à combinação de *medidas keynesianas*, de políticas de bem-estar social e de controle das relações de salário.

Este capitalismo reformado, de economia mista, que incorporou grandes quantidades de trabalhadores aos sindicatos, ao mundo da proteção social e aos mercados de consumo de massa e que teve como pressuposto político uma significativa ampliação do papel regulador do Estado, representou, na realidade, a culminância de tendências postas em movimento desde os anos 30 e que redundaram, sobretudo, em significativas mudanças no plano das concepções econômicas.

A Grande Depressão de 1929 desmentiu, com excepcional virulência, o princípio liberal da regulação automática dos mercados, de que toda oferta gera, em moto

⁸² As formas de intervenção estatal foram muito diversificadas, nos países capitalistas centrais- Europa Ocidental, EUA e Japão. “Diferenças qualitativas e quantitativas semelhantes podem ser encontradas no padrão dos gastos públicos, da organização dos sistemas de bem-estar social [...]e no grau de envolvimento ativo do Estado, em oposição ao envolvimento tácito, nas decisões econômicas. Padrões de descontentamento trabalhista, de organização de fábrica e de ativismo sindical também variaram consideravelmente de Estado para Estado. Mas o notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas – gaullista, na França, trabalhista na Grã-Bretanha, democrata-cristão na Alemanha Ocidental etc. – criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida[...]. Ibid.: 130.

contínuo, sua própria demanda⁸³. Entre 1929 e 1931, a produção industrial americana, por exemplo, caiu cerca de um terço, arrastando consigo outros setores da economia, cujos produtos tiveram seus preços em queda livre. A prostração econômica, cujo centro sísmico foram os EUA, atingiu todo o mundo capitalista, penalizando com extraordinária violência tanto os países de capitalismo avançado, quanto as áreas produtoras e exportadoras de produtos primários, configurando o que se pôde chamar de depressão global. Mas, a consequência mais dramática e visível desse processo foi o desemprego em escala sem precedentes na história do capitalismo: entre 1932 e 1933 (pior período da Depressão), “22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego”.⁸⁴

A recuperação dos níveis de emprego passou a ser uma das preocupações fundamentais dos economistas, neste período. Os liberais, concebendo a grande crise como um fenômeno conjuntural e acreditando de modo absoluto na capacidade das forças de mercado de expandirem a produção e a oferta de postos de trabalho, tinham a oferecer, como solução, os recursos monetários de flexibilização de preços e salários. Mas, suas análises e seus mecanismos de política econômica mostraram-se impotentes frente ao desemprego involuntário, desafiando o pensamento econômico e abrindo caminho a leituras heterodoxas dos ciclos capitalistas e a propostas macroeconômicas de regulação e planejamento. O centro destas formulações era, principalmente, Cambridge (Inglaterra), onde John Maynard Keynes, Richard F. Khan, Joan Robinson, James E. Meade e Dennis H. Robertson reviam os postulados do pensamento clássico e neoclássico, especialmente as

⁸³ Esta referência diz respeito à Lei de Say ou Lei dos Mercados, segundo a qual a produção capitalista, em condições de plena liberdade, geraria sua própria demanda, impossibilitando a superprodução. Esta formulação, que tem por base o princípio de equilíbrio econômico, sustentou as concepções econômicas neoclássicas, no final do século XIX, e foi proposta, originalmente, por Jean-Baptiste Say (1803), economista clássico francês, também responsável pela formulação da teoria dos três fatores de produção – terra, trabalho e capital. SANDRONI, 1999:545.

⁸⁴ HOBSBAWM, 1994: 97.

concepções de Alfred Marshall e Arthur Pigou, dando origem ao que veio a ser conhecida, posteriormente, como *revolução keynesiana*⁸⁵.

Embora não tenha sido o resultado de formulações isoladas de um único economista, a *revolução keynesiana* sempre esteve inegavelmente associada ao autor de *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda* (1936), cuja obra sintetizava os fundamentos da nova doutrina econômica. Em *Teoria Geral*, Keynes apresentava uma concepção inovadora da demanda agregada, vinculando-a ao nível de emprego e de renda dos consumidores (assalariados, em sua maioria) e ao efeito multiplicador de novos investimentos. Segundo Keynes, as razões do desemprego crônico deviam ser buscadas no modo como as economias industriais produziam sua riqueza, pois nelas ocorria um persistente problema de ajuste, que o jogo espontâneo do mercado era incapaz de corrigir: os investimentos nem sempre cresciam em conformidade ao aumento da renda e da poupança no sistema econômico. Assim, havia sempre um momento em que, apesar da poupança continuar crescendo, as taxas de juros não caíam num patamar adequado para que os investimentos absorvessem completamente a poupança disponível, ficando comprometidos o crescimento do nível de emprego, a renda da população e, com isto, a demanda agregada. E, na medida em que a demanda deixava de crescer, os investimentos diminuía ainda mais, forçando um equilíbrio econômico num patamar inferior ao da atividade anterior.⁸⁶ Em síntese, para Keynes, o desemprego e a estagnação tinham origem no insuficiente investimento da poupança e como a poupança podia ser entendida como parte da produção não consumida, a insuficiência de investimentos significava também insuficiência de demanda⁸⁷.

“Se a demanda efetiva se mostra deficiente, não só o desperdício de recursos causa no público um escândalo intolerável, como também, o empreendedor individual que tenta pô-los em ação joga um jogo com cartas marcadas contra si. O jogo de que participa contém muitos zeros,

⁸⁵ SZMRECSÁNYI, 1984:16.

⁸⁶ Ibid.: 17.

⁸⁷ PREBISCH, 1991:19.

*de modo que os jogadores **em conjunto** acabarão perdendo se tiverem bastante energia e confiança para jogar todas as cartas. O crescimento da riqueza mundial tem sido menor, até agora, que o volume agregado das poupanças individuais, e a diferença corresponde às perdas sofridas por aqueles cuja coragem e iniciativa não foram suplementadas por uma habilidade excepcional ou por uma sorte fora do comum.*⁸⁸

Concepções como estas, obviamente, abriam caminho para propostas intervencionistas de aumento deliberado dos investimentos, de modo que a demanda pudesse absorver toda a oferta e garantir o pleno emprego das forças produtivas da economia. Neste sentido, Keynes propunha uma maior intervenção do Estado na economia, seja através de medidas monetaristas, de controle dos meios de pagamentos e das taxas de juros, seja através de obras públicas, que podiam ter o mesmo efeito multiplicador da renda e do emprego dos investimentos capitalistas privados.

Com isto, colocava-se em xeque o princípio do livre jogo das forças econômicas como meio de potencializar a produção, sem, no entanto, perder de vista “*o exercício da iniciativa e responsabilidade privadas*”, pois “*enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, [Keynes], ao contrário, [a defendia] como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual*”.⁸⁹

Foi assim que, no contexto da Grande Depressão e no cenário da economia de guerra e de posterior reconstrução, o pensamento keynesiano tornou-se hegemônico. E esta hegemonia pode ser compreendida em termos da funcionalidade de alguns de seus pressupostos, tais como os da idéia da irracionalidade dos agentes de produção

⁸⁸ KEYNES, 1982: 289-290.

⁸⁹ Ibid.: 289.

isolados e da existência das crises periódicas do capitalismo, do postulado do Estado de regulação, a quem cabia equilibrar os fluxos de investimentos e consumo, pondo em movimento políticas anti-cíclicas. Ao contrário do Estado liberal, o keynesiano propunha-se regular a renda disponível no plano nacional e garantir o poder de compra e a realização do lucro, responsabilizando-se pela manutenção do ritmo de crescimento e de estabilidade da economia. O lugar do Estado mínimo, preocupado com o equilíbrio das contas públicas, seria, agora, ocupado pelo Estado interventor, que organizava seu orçamento segundo as necessidades de promover a acumulação, gastando mais do que arrecadava, assumindo funções ativas na economia, estimulando o crescimento através de despesas públicas e déficits orçamentários.

Nos anos 30, o capitalismo precisou ser salvo de si mesmo e Keynes contribuiu decisivamente para isto, enfrentando o desafio de, no plano teórico, demonstrar a inoperância da “mão invisível” na alocação ótima de renda, do emprego, do investimento e no controle dos abalos sistêmicos periódicos da economia capitalista. Parceiro indispensável do capital, o Estado teria agora como principal missão *“calcular a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade [...] assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos, ainda mais considerando-se que, provavelmente, as flutuações na estimativa do mercado dos diversos tipos de capital [...] serão demasiado grandes para que se possa compensá-las por meio de mudanças viáveis na taxa de juros”*⁹⁰.

⁹⁰ KEYNES, 1982:135.

2. CAPITALISMO PERIFÉRICO: NOVO OBJETO DE REFLEXÃO TEÓRICA

Em seu livro *A Construção do Terceiro Mundo*, Joseph Love lembra que,

“ ‘Atraso econômico’, o termo-padrão usado antes de 1945, foi suplantado na era do pós-guerra, por ‘subdesenvolvimento’, embora acadêmicos de primeira linha do período do pós-guerra, como Alexander Gerschenkron e Paul Baran, ainda preferissem o termo mais antigo. Um outro, Hla Myint, pensava que o termo ‘atrasado’ descrevia com precisão os povos das áreas subdesenvolvidas e que ‘subdesenvolvido’ deveria ser reservado para os recursos naturais. ‘Subdesenvolvido’, como termo para caracterizar as economias e sociedades da Ásia, África e América Latina, mais tarde cedeu lugar a substitutos mais eufemísticos – ‘tradicional’, ‘menos desenvolvidos’ e ‘em desenvolvimento’-, o último dos quais parecia implicar que o problema era passível de se auto-solucionar”.⁹¹

A polêmica semântica a que Love se refere traduz, na realidade, um dos mais importantes desafios intelectuais com que o pensamento econômico se viu às voltas após a II Guerra-Mundial: o tratamento teórico das diferenças abissais entre as nações capitalistas hegemônicas e os países asiáticos, africanos e latino-americanos (ex-colônias, em sua maioria) que, tomado o mundo capitalista Ocidental como referência, apresentavam estruturas sociais arcaicas, baixas taxas de crescimento econômico, desemprego, desequilíbrios persistentes em seus balanços de pagamento, “trocas desiguais” no comércio internacional.

O processo de descolonização, no século passado – fortemente ligado à emergência de novas potências (Alemanha, Japão, EUA) e à crise da hegemonia inglesa, que se desdobraram nas duas guerras mundiais –, logo desmentiu a convicção da maioria dos jovens Estados nacionais de que com a independência política viria a solução

⁹¹ LOVE,1998: 22-23.

para a miséria e o atraso⁹². As ex-colônias, tornadas nações independentes, passaram a enfrentar a realidade de um profundo descompasso econômico, frente às áreas metropolitanas industrializadas, cuja explicação não poderia mais ser dada, simplesmente, em termos da dominação política. Maior, ainda, seria a desilusão de alguns países da América Latina (Brasil, Argentina, México), independentes há muito, para os quais nem mesmo o início da industrialização, com base em bens de consumo, representou o esperado crescimento estável e constante, capaz de aproximar estes novos Estados dos patamares de desenvolvimento e riqueza do mundo central. Assim, a década de 40, em especial, viu nações e “ *povos que constitu[ia]m a parte mais pobre, mais deserdada e também a mais populosa da humanidade tomar consciência da sua sorte e afirmar com uma força cada vez maior a sua vontade de ascender a um nível de vida mais elevado e a determinação de se beneficiar, também eles, com a cultura moderna e com as possibilidades de bem-estar e de saber que oferecem a ciência e a técnica contemporâneas* ”.⁹³

Para alguns teóricos, entre os fatores deste processo estava o nacionalismo exacerbado, das décadas iniciais do século XX, que teria impulsionado ideologicamente a luta pelo desenvolvimento dos países mais atrasados⁹⁴. Além disto, os resultados da Revolução Russa de 1917 também pareciam mostrar, a estas nações, que havia a possibilidade de se alcançar graus significativos de progresso, mesmo partindo-se dos níveis mais inferiores do desenvolvimento econômico. No entanto, decisivas para a tomada de consciência das condições do subdesenvolvimento foram, sobretudo, as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão, porque colocaram em relevo a extrema vulnerabilidade das economias periféricas, dependentes das divisas obtidas com a exportação de produtos primários e cujas variações na demanda internacional provocavam gravíssimos transtornos econômicos. Francisco Zamora, por exemplo, avaliava que “*uma baixa de 0,01 de dólar no preço do estanho significava para a Bolívia uma perda de 600 a 700 mil*

⁹² LACOSTE, 1970:94.

⁹³ BETTELHEIM, 1973: 51.

⁹⁴ NAPOLEONI,1979: cap.10.

dólares em sua renda nacional” e que “por cada centavo que baixa o cobre no mercado de Nova York, o erário chileno perde quatro milhões de dólares”⁹⁵.

Seja como for, na primeira metade do século XX, a discussão da questão colonial deslocou-se, crescentemente, da instância política para as esferas econômicas e financeiras; o progresso econômico passou a fazer parte da pauta das lutas políticas das novas elites dirigentes das áreas periféricas, para as quais, na maioria das vezes, o desenvolvimento se identificava com a industrialização. Um processo que, aliás, no mais das vezes, significava a necessidade de obter recursos externos para modernizar o equipamento econômico, conseguir um produto social superior ao consumo corrente, otimizar a poupança interna para convertê-la em capital e impulsionar o crescimento da economia através da ação planejada de organismos públicos, até que ela chegasse ao estágio auto-sustentado. Na realidade, estas questões de inegáveis dimensões imediatas, práticas e materiais, representavam, para o pensamento econômico dominante, a demanda por uma teorização a respeito das especificidades do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema.

Neste contexto, alguns intelectuais, fora do campo marxista e confrontados com a ortodoxia liberal do pensamento econômico clássico e neoclássico, voltaram-se para a análise do atraso e das possibilidades de desenvolvimento das nações pobres, construindo categorias explicativas e forjando teorias que refletissem, no campo intelectual, as formas particulares de funcionamento das economias atrasadas. O ponto de partida foi dado por alguns economistas da Europa central ou centro-oriental⁹⁶, que se tornariam os teóricos do desenvolvimento: Paul Rosenstein-Rodan,

⁹⁵ ZAMORA, 1973:192 e 194.

⁹⁶ Joseph Love chama atenção para a Europa centro-oriental, nas primeiras décadas do século XX, como uma das primeiras regiões do mundo contemporâneo onde se teorizou sobre o problema do atraso econômico. Segundo ele, a “*Europa centro-oriental, o cinturão de países novos ou expandidos que vai do Báltico ao Egeu, foi o foco empírico original dos homens que, na década de 40, deram os primeiros passos em direção à criação da subdisciplina do desenvolvimento econômico*”. Longe de um mero acaso, esta região teria fomentado os estudos iniciais sobre o desenvolvimento dos países capitalistas atrasados em função de suas enormes disparidades econômicas, pois congregava áreas de larga atividade industrial e regiões agrícolas de extração semi-feudal, configurando um dos pontos mais heterogêneos da Europa.. LOVE, 1998:30.

Hans Singer, Nicholas Kaldor, Michal Kalecki, Ragnar Nurkse e, também, Gunnar Myrdal, todos herdeiros do legado de Schumpeter que, por sua vez, desde o começo do século, já havia desafiado os fundamentos do pensamento neoclássico, calcados na noção de equilíbrio, e lançado as bases de uma teoria do desenvolvimento capitalista⁹⁷.

Myrdal, por exemplo, inaugurou uma perspectiva de abordagem estrutural dos problemas da exclusão econômica e social, ocupando-se da situação de vida da população negra norte-americana para, posteriormente, desenvolver a teoria do “*princípio da causação circular cumulativa*”, valendo-se, para tanto, principalmente, da análise das condições econômicas das comunidades camponesas asiáticas.⁹⁸ Em síntese, sua tese central era a de que, dadas as condições estruturais de atraso das nações periféricas – explicável, principalmente, por fatores não-econômicos, decorrentes de formas políticas tradicionais, que a análise econômica convencional ignorava, e que representavam elementos fundamentais na causação circular dos processos cumulativos adversos⁹⁹ –, o subdesenvolvimento não poderia ser superado, simplesmente, a partir da livre movimentação das forças de mercado, pois este jogo sempre se definiria em favor dos países capitalistas hegemônicos.

Com tais formulações, Myrdal abria um espaço privilegiado, na análise econômica, para os aspectos políticos do processo de desenvolvimento das áreas periféricas, pondo em destaque a necessidade de ações políticas e sociais afirmativas, que alterassem as tendências depressivas naturais das economias subdesenvolvidas de mercado. Em outros termos, segundo o economista sueco, a superação do subdesenvolvimento tinha como pressuposto o estabelecimento de um Estado Nacional moderno, dotado de certa perspectiva intervencionista, que substituísse as estruturas arcaicas tradicionais, voltando-se, sobretudo às políticas de integração nacional. Para ele, a periferia não havia conseguido escapar do círculo de ferro do

⁹⁷ A propósito das teses sobre desenvolvimento econômico, consultar SCHUMPETER, 1985: capítulo II.

⁹⁸ Trata-se do livro *Asian Drama: Na Inquiry Into the Poverty*. London, MacMillan:1974. Ver a respeito, CARDOSO,1995:46.

⁹⁹ Consultar a respeito MYRDAL, 1984.

atraso por que, em grande parte, “*foram fracos os esforços que ali se fizeram para instituir políticas de integração nacional, enquanto, ao contrário, os países ricos lograram processo econômico estável, mediante a execução rigorosa dessas medidas políticas*”.¹⁰⁰

Myrdal, ao teorizar sobre a “*causação circular cumulativa*”, tinha, na realidade, conferido maior elaboração teórica e agregado inéditos aportes políticos à tese do “*círculo vicioso da pobreza*”, que Ragnar Nurkse vinha elaborando desde o final da década de 30, tendo em vista a análise dos problemas de escassez de capital dos países periféricos que, no seu entendimento, era um dos elementos explicativos essenciais do subdesenvolvimento¹⁰¹.

Segundo Nurkse, as regiões subdesenvolvidas, comparativamente aos países adiantados, estavam insuficientemente equipadas de capital em relação à sua população e aos seus recursos naturais¹⁰². Eram nações com baixo nível de renda, que consumiam praticamente tudo na satisfação de suas necessidades essenciais. Daí a decorrência de poupança praticamente inexistente para investimentos que, por sua vez, se traduzia em pequena acumulação e insignificante nível de renda. Mantida a escassez de capital, o desenvolvimento tecnológico não atingia patamares que permitissem o aumento da produtividade e a elevação da renda, o que resultava

¹⁰⁰ MYRDAL, Gunnar, *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*: p.58, citado por Mantega, 1984:54.

¹⁰¹ Ao final dos anos 40 e início dos 50, um grupo de economistas estrangeiros esteve no Rio de Janeiro, participando de uma série de conferências organizadas pela *Revista Brasileira de Economia*: Habeler(1947), Singer(1950), Viner(1951) e, também, Nurkse (1951) que, contrariando o tom ortodoxo predominante, realizou seis palestras a propósito da *Formação de Capitais nos Países Subdesenvolvidos*. Publicadas pela Revista, em seu nº 4 (dezembro de 1951), as teses de Nurkse foram objeto de análise e contestação de Celso Furtado, em artigo publicado na mesma *Revista*, em setembro de 1952, sob o título *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*.

Em síntese, Furtado discordava do enfoque dado por Nurkse à problemática dos países subdesenvolvidos, de modo a concebê-los como economias estagnadas, presas ao “círculo vicioso da miséria”, ignorando o contexto histórico em que se inseriam. Sem discordar radicalmente do conjunto das formulações de Nurkse, Furtado, no entanto, lembrava que o ritmo do desenvolvimento dependia da produtividade do capital e do esforço de acumulação que, por sua vez, variavam no tempo e no espaço. Daí a imposição, no plano teórico, da análise dos processos econômicos em sua historicidade. Cf. FURTADO: 1952: p.7-35 e 1985: p.149-151.

¹⁰² NURKSE, 1951:10.

numa poupança inexpressiva, instituindo-se, com isto, o “*círculo vicioso da pobreza*”, que condenava a periferia ao moto contínuo do atraso e exclusão.

Nas palavras de Nurkse, nos países atrasados

*“o incentivo para o uso do capital é limitado pelo pequeno tamanho do mercado; o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, à qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado – e, assim, o círculo está completo. As relações recíprocas que acabamos de notar operam através de uma conexão circular entre os principais fatores da situação. Nessa **conexão circular** reconhecemos o círculo vicioso da estagnação econômica ou, pelo menos, um dos seus exemplos. Um país é pobre porque é pobre; e isto é tudo”*.¹⁰³

Mas, como escapar do círculo de ferro do atraso e da pobreza?

Para Nurkse a teoria da estagnação deveria, necessariamente, estar acompanhada por uma teoria do desenvolvimento que apontasse as forças capazes de romper o “*equilíbrio estagnante*”. Na busca de respostas, recorre a Schumpeter, em seu *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Tomando esta obra mais como a teorização do crescimento do que a dos ciclos econômicos e indicando a necessidade de sua adequação à realidade subdesenvolvida, Nurkse propõe “ondas” de investimentos industriais simultâneos, de forma que cada empreendimento garantisse mercado para outro, fazendo com que o impulso inicial se alastrasse de forma sustentada para a economia como um todo, garantindo-se, com isto, efeitos multiplicadores de um certo sabor keynesiano¹⁰⁴.

¹⁰³ Ibid.:18.

¹⁰⁴ As “ondas” de industrialização simultânea cumpririam, tal qual a formulação de Schumpeter, o papel do “empresário inovador”, cujos seguidores propagavam suas inovações pelo conjunto do sistema, pondo em prática (por imitação, na origem) inéditas combinações de fatores produtivos, lançando novas mercadorias e ampliando as

Estas prescrições colocavam em relevo algumas questões cruciais para Terceiro Mundo, tais como os agentes das transformações da realidade subdesenvolvida, ou o que fazer para que as poupanças voluntárias (produtos do aumento de renda), ou mesmo as forçadas (resultados da tributação pública) não fossem encaradas apenas como adiamentos temporários do consumo supérfluo, ou investimento suntuário dos extratos mais ricos da população. Para Nurkse, a livre movimentação das forças de mercado não seria suficiente para que se rompesse o círculo vicioso do subdesenvolvimento. Assim, embora sem o apelo a um receituário estatal intervencionista, como o que se observará posteriormente no pensamento desenvolvimentista latino-americano, Nurkse acabará insinuando novas dimensões para atuação do Estado nas economias periféricas, além de abrir caminho para uma outra discussão, que servirá de clivagem no debate das políticas de desenvolvimento dos anos 50, na América Latina, ou seja, o papel do capital estrangeiro nas economias atrasadas.

Segundo ele, os aumentos de renda nas regiões periféricas deveriam ser concentrados e canalizados para os investimento produtivos através do Estado, pois, apesar da iniciativa privada ser essencial, sempre *“alguma forma de poupança coletiva, tornada obrigatória pelo Estado, é provavelmente indispensável para a mobilização dos potenciais de poupança implícitos no desemprego disfarçado”* nos países subdesenvolvidos. Assim, mesmo sabendo-se *“perfeitamente possível deixar-se a função do investimento em mãos particulares”*, caberia ao Estado *“a função de economizar”*, pois, no mais das vezes, esta teria que *“ser executada de um modo compulsório”*. Para Nurkse, mesmo nos países de economia capitalista, *“o Estado*

esferas dinâmicas da economia. Segundo Nurkse *“uma onda de investimentos de capital em muitas indústrias simultaneamente, pode ser bem sucedida, ao passo que a aplicação de capital por qualquer inversor individual, em qualquer indústria isolada, pode ser bloqueada, ou desencorajada pelas limitações existentes no mercado em conjunto. Onde qualquer empreendimento isolado pode ser fatalmente impraticável e não lucrativo, um grande número de indivíduos diferentes pode ser bem sucedido porque todos se apoiarão mutuamente, no sentido de que o pessoal empregado em determinado empreendimento, trabalhando com equipamento melhor e mais abundante, assegurará um mercado ampliado para os produtos dos novos empreendimentos nessas outras indústrias”*. Ibid.:20.

tem evidenciado uma tendência para assumir um maior grau de orientação consciente do processo de formação de capitais” e “a escolha entre o consumo e a poupança nacional est[á] se tornando cada vez mais uma decisão estatal”¹⁰⁵.

Nas conferências de 1951, realizadas no Rio de Janeiro, Nurkse deixou claro, também, que a ordem internacional não estava organizada num espaço econômico homogêneo, de que era clara expressão a tendência à deterioração dos preços dos produtos primários frente aos artigos dos países industrializados, demonstrada, por exemplo, pelos indicadores empíricos divulgados pela própria ONU, nos anos de 1946 e 1947¹⁰⁶. Na base destas colocações, estava certamente a percepção dos limites da teoria das vantagens comparativas que, numa perspectiva liberal, afirmava, desde o século XIX, a difusão mundial espontânea do progresso econômico e tecnológico, conforme os arranjos convencionais da divisão internacional do trabalho. É o que se pode deduzir de sua observação de que “*Se vivêssemos sob um governo mundial, transferências automáticas, das partes mais ricas para as mais pobres do mundo, ocorreriam naturalmente através do mecanismo fiscal. Porém não temos governo mundial*”. Daí a necessária imposição de “*considerações políticas*” nos processos internacionais de transferência de recursos e capitais, pois, numa perspectiva realista, “*difícilmente poderemos esperar que venha a existir um mecanismo puro, permanente, automático e apolítico de transferências internacionais de renda. Tais transferências, na medida em que possam ocorrer, serão inevitavelmente baseadas, em parte, no terreno movediço dos expedientes políticos*”¹⁰⁷.

Tratando das fontes externas da formação dos capitais no mundo periférico, Nurkse refere-se, principalmente, aos investimentos diretos de empresas americanas, subordinadas ao princípio do lucro e dos cálculos empresariais. Estes capitais, segundo ele, apresentavam as vantagens do emprego produtivo, da difusão de

¹⁰⁵ Ibid.: p. 88 e 148.

¹⁰⁶ CARDOSO, 1995:39; MORAES, 1995:29.

¹⁰⁷ NURKSE, 1951:68.

tecnologia e métodos modernos de administração e do fato de estarem livres das rígidas exigências de juros e amortizações dos empréstimos internacionais. Porém, efeitos negativos também acompanhavam estes investimentos, pois os capitais estrangeiros buscavam, quase sempre, os setores voltados à produção e exportação destinada aos países industriais, sendo muito pouco empregados em manufaturas para os mercados internos. As indicações de Nurkse, seguindo as teses de Hans Singer, vão no sentido de que os investimentos privados externos,

“não fizeram muito no sentido de difundir o desenvolvimento industrial pelas economias internas dos países agrícolas, mas se concentraram, antes, na produção primária destinada à exportação para países adiantados. Os investimentos estrangeiros em vez de desenvolverem as economias dos países agrícolas, serviram para enrijar e fortalecer o sistema sob o qual esses países se especializaram na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios para exportação. Os investimentos estrangeiros, de acordo com este ponto de vista, têm tendido a promover um padrão de especialização baseado num esquema estático de vantagens comparativas no comércio internacional”¹⁰⁸.

Numa percepção moderada (ou realista), Nurkse ressalta que este tipo de investimentos estrangeiros *“não devem ser desprezados”*, pois para os países subdesenvolvidos, no período, muitas vezes faltavam até mesmo estes capitais. No entanto, havia que se acautelar com relação a pelo menos três problemas: estes investimentos, no geral, não se dirigiam para a expansão dos mercados internos; podiam vir em volume insuficiente para a expansão das exportações; os fluxos de investimentos externos, caso acompanhados por *“relaxamento dos esforços de poupança interna”*, não possibilitariam alterações significativas na taxa de formação dos capitais nos países periféricos.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Ibid.:118.

¹⁰⁹ Ibid.:124.

2.1. Raúl Prebisch e a CEPAL: teorização do desenvolvimento periférico

Tendo-se por base o que até agora foi visto, pode-se afirmar que, no final dos anos 40, o mundo capitalista, que sobrevivera à grande Depressão de 29, às duas guerras e assistira a transformação de suas colônias em nações livres e pobres, defrontava-se, agora, com a busca de um lugar ao sol pelos países periféricos e com o questionamento das possibilidades de superação do subdesenvolvimento dentro dos princípios do livre mercado e das regras do comércio internacional, ditadas pela divisão internacional do trabalho do século XIX. Afinal, até os próprios organismos internacionais, criados pelas grandes potências, apontavam, através de seus índices empíricos, a drenagem dos excedentes econômicos dos países periféricos para as áreas hegemônicas. Assim, o pensamento econômico que, desde os idos de 30, tivera os redutos da ortodoxia liberal assaltados durante a revolução keynesiana, via-se agora confrontado com o desafio das especificidades do capitalismo periférico. Por mais que os teóricos do desenvolvimento tivessem respondido à altura, acenando com novos papéis para o Estado e pondo em discussão a justeza da teoria das vantagens comparativas, de inspiração ricardiana, como forma de difusão do progresso pelo mundo, nada se assemelhou ao impacto causado pelo surgimento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a CEPAL, criada pelas Nações Unidas em 1947, e pelas formulações heteroxas do economista argentino Raúl Prebisch. Foi com a CEPAL que o subdesenvolvimento ganhou, finalmente, legalidade teórica no pensamento econômico.

As teses desenvolvidas no âmbito da CEPAL, por Raúl Prebisch, e as condições de sua elaboração são por demais conhecidas, o que, acredita-se, pode dispensar o esforço de retomada destas formulações. Na realidade, além do trabalho pioneiro de Octavio Rodriguez¹¹⁰ de reunir e analisar, sistematicamente, as idéias econômicas e as categorias básicas que deram sustentação ao pensamento cepalino, inúmeras

¹¹⁰ O livro de Octavio Rodriguez inclui, também, um prefácio de Raúl Prebisch, que passa em revista sua trajetória e suas principais contribuições analíticas. RODRIGUEZ, 1981:p.7-12.

outras publicações trataram de divulgar e criticar suas concepções fundamentais¹¹¹. No entanto, mesmo incorrendo-se no risco da redundância, acredita-se conveniente pelo menos uma formulação indicativa das teses cepalinas, de modo que possam servir como referência às análises do pensamento de Furtado, que virão logo mais.

Contidas, inicialmente em três textos essenciais – Raul Prebisch, *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*(1949), *Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico*(1951); CEPAL, *Estudo Econômico da América Latina*(1949)¹¹²– a teoria cepalina tem como eixo central, os conceitos de **centro** e **periferia**, usados para explicar o modo como o progresso técnico e seus ganhos se difundem na economia mundial.

Numa perspectiva crítica à divisão mundial do trabalho e contestando as teses tradicionais sobre as vantagens comparativas do comércio internacional, Prebisch afirma que a distribuição do progresso nas diferentes áreas do mundo foi desigual. Mais rápida e homogênea no centro (economia industrial), atingindo a todos os setores econômicos, na periferia o progresso técnico restringiu-se apenas ao setor exportador de alimentos e matérias-primas para os países centrais e a algumas atividades relacionadas com esta exportação. Em razão disto, dois traços caracterizavam a estrutura econômica periférica:

“Por um lado, destaca-se seu caráter especializado, ou unilateralmente desenvolvido, já que uma parte substancial dos recursos produtivos se destina a sucessivas ampliações do setor exportador de produtos primários, ao passo que a demanda de bens e serviços, que aumenta e se diversifica, é atendida, em grande parte, por meio de importações. Por outro lado, a estrutura mencionada é heterogênea ou parcialmente atrasada, no sentido de que coexistem em seu seio setores em que a produtividade alcança os níveis mais altos do mundo – particularmente o setor exportador – e atividades em que se utilizam tecnologias

¹¹¹ Entres estas publicações destacam-se GUZMAN,1976; OLIVEIRA,1972; FIGUEIREDO, COSTA,1986; GURRIERI,1982; MANTEGA,1984; BIELCHOWSKY,1988; CARDOSO,1993 e 1997; MORAES, 1987 e 1995.

¹¹² BIELSCHOLKY,1988:18; RODRIGUEZ, 1981:49.

*antiquadas, nas quais a produtividade do trabalho é muito inferior à que se pode encontrar nas atividades similares dos centros, Em contraste com a estrutura produtiva da periferia, especializada e heterogênea, a dos centros se caracteriza por ser diversificada e homogênea”.*¹¹³

Além da caracterização das estruturas dos dois pólos do sistema capitalista, os conceitos de centro e periferia permitem à Prebisch explicar o processo de desenvolvimento mundial, tendo como pressuposto fundamental a existência de uma desigualdade, isto é, a idéia de que, a longo prazo, a tendência é o alargamento do fosso que separa o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida. A desigualdade entre os dois pólos – expressas na disparidade entre a produtividade do trabalho nas áreas centrais e periféricas, assim como as diferenças crescentes entre as rendas médias das duas regiões – são explicadas em termos da **deterioração dos termos de troca**, tese cuja função é exprimir a tendência inerente ao intercâmbio entre produtos primários de exportação da periferia pelos produtos industrializados dos países centrais. Ou seja, a de que o poder de compra de bens industriais por parte de uma unidade de bens primários de exportação tende a se reduzir com o transcorrer do tempo.¹¹⁴

Elaborada com a função de contestar a tese ricardiana das vantagens comparativas,¹¹⁵ a deterioração dos termos de troca inverte a argumentação do

¹¹³ RODRIGUEZ, 1981:37,38.

¹¹⁴ *Ibid.*:38,39.

¹¹⁵ A teoria clássica do comércio internacional baseia-se na “lei das vantagens comparativas”, desenvolvida por Ricardo em 1817. De modo sumário, segundo esta concepção, o comércio internacional propicia a especialização econômica dos diversos países (divisão internacional do trabalho), em função de custos menores da mão-de-obra (vantagem comparativa), que resulta em ganhos generalizados para todos. Os neoclássicos – criticando a teoria do valor trabalho de Ricardo – afirmam, posteriormente, que os custos comparativos não se limitam aos do trabalho, pois outros fatores de produção, como terra e capital, constituem, igualmente, custos relativos no cálculo das vantagens comparativas. Num artigo sobre a CEPAL, Fernando Henrique Cardoso lembra que Bertil Ohlin foi responsável pela versão mais elaborada da teoria neoclássica sobre o comércio internacional, segundo a qual, a partir da “*especialização da produção e o aproveitamento dos fatores da produção de acordo com os recursos disponíveis de um país, infere-se que o comércio pode levar à relativa equalização da remuneração dos fatores da produção entre os países*”. Ou seja, a idéia de que o comércio internacional seria um instrumento privilegiado para a equiparação econômica relativa das nações. Relativa, pois “*a equalização completa suporia a total mobilidade*

pensamento liberal, procurando demonstrar que além de não se verificar a transferência dos ganhos de produtividade do centro para a periferia, o que se observa é justamente o oposto: regiões subdesenvolvidas transferindo os seus ganhos de produtividade para os países desenvolvidos, fazendo com que os frutos do progresso técnico se concentrem nos centros industriais.¹¹⁶

Ao lado destas formulações, uma outra tese essencial sustenta as inovações do pensamento cepalino a respeito do mundo periférico. Ela diz respeito à análise do processo de industrialização espontâneo, a partir dos anos 30, em alguns países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México), que chamava a atenção por suas características específicas e intensas contradições. Segundo Prebisch, um conjunto de mudanças significativas na economia mundial teriam impulsionado alterações no “padrão primário-exportador”, transformando o modelo de crescimento periférico, de “*desenvolvimento para fora*”, sustentado na expansão das exportações, em “*desenvolvimento para dentro*”, baseado na produção industrial.

Entre as condições responsáveis pelo processo de industrialização na periferia estariam dois conjuntos de fatores, intimamente associados. Em primeiro lugar, acontecimentos conjunturais, tais como as duas guerras mundiais e a Depressão de

dos fatores”, e uma plena “*homogeneização do espaço econômico*” inviabilizaria o pressuposto do comércio internacional, qual seja, a especialização. CARDOSO, 1995:30-31.

Data de 1948 e 1949, uma leitura radical desta teoria a partir dos artigos de Paul Samuelson (“International Trade and Equalization of Factor Prices” e “International Factor-Price Equalization Once Again”), publicados no *Economic Journal*. Valendo-se de construções matemáticas formalizadoras, Samuelson sustenta as possibilidades de uma equalização absoluta do pagamento dos fatores que, em última instância, abre as possibilidades do comércio internacional eliminar as desigualdades econômicas – redução dos níveis de atraso mediante a especialização produtiva, segundo a “*vocação natural*” de cada país que, conjugada ao livre comércio, propicia a difusão do progresso técnico e o desenvolvimento a todas as nações. MANTEGA, 1984:35.

Contrária a estas formulações, a teoria Prebisch-CEPAL, transmuta as vantagens comparativas em “*desvantagens reiterativas*”, segundo expressão de Francisco de Oliveira, pois, à medida que os países capitalistas avançados tornam-se produtores e exportadores de manufaturados, “*Instaura-se, por meio da desigualdade de trocas do comércio internacional, um mecanismo de sucção do excedente econômico latino-americano por parte das economias dos países centrais, que é ao mesmo tempo a reiteração, para os primeiros, da condição de produtores de bens primários*”. OLIVEIRA, 1983:8.

¹¹⁶ BIELCHOWSKY, 1988:19.

1929, que impuseram barreiras às importações e, ao mesmo tempo, dinamizaram a demanda por exportações, estimulando, conseqüentemente, a procura interna na periferia. Além disso, o ciclo depressivo na década de 30, ao reduzir o preço e o volume das exportações primárias, foi responsável por uma “aguda crise de divisas” que, ao lado de medidas tendentes à manutenção dos níveis de emprego, acabou por favorecer o desenvolvimento de atividades industriais na América Latina, cuja oferta externa estava limitada. Em segundo, alterações na economia mundial, representadas por menor elasticidade-renda da demanda por produtos primários e, sobretudo, pela substituição da Inglaterra pelos EUA como “*centro cíclico principal*” do capitalismo, e isto em razão do “*caráter relativamente fechado da economia norte-americana e à tendência à diminuição de seu coeficiente de importações*”¹¹⁷. Situação, obviamente, muito diversa da anterior, em que a Grã-Bretanha, centro hegemônico até a I Guerra, tinha uma relação econômica essencialmente complementar ao mundo periférico.

Mesmo partindo do pressuposto de que a industrialização é o caminho necessário para o crescimento das economias periféricas, a teoria cepalina trata esta industrialização espontânea como um processo problemático e com incertas possibilidades de propiciar um real desenvolvimento econômico, dada as características da produção nos países periféricos e o modo como se relacionam com a economia internacional, hegemônica pelos centros desenvolvidos¹¹⁸. De modo sumário, os problemas, de intensidade e feição diferenciadas nos diversos países, manifestam-se num rol que vai da persistência da deterioração dos termos de troca ao déficit no balanço de pagamento, passando pelos desajustes intersetoriais da produção – problemas de carência de infra-estrutura e de oferta de alimentos – e pelas dificuldades de acumulação de capitais. Ao que, geralmente, soma-se a tendência às altas taxas de desemprego, uma vez que a periferia, além de iniciar a industrialização em condições de grande oferta de mão-de-obra, vale-se das técnicas

¹¹⁷ RODRIGUEZ, 1981:44.

¹¹⁸ BIELSCHOWSKY:1988:21.

produtivas de capital intensivo, poupadoras de força de trabalho, importadas dos centros capitalistas.

Dadas estas condições, não é estranha a conclusão de que todos estes problemas, apresentados pela industrialização espontânea da periferia, decorrem do “*atraso estrutural*” das economias subdesenvolvidas. Ou seja, “*resultam da forma pela qual a estrutura produtiva se vai transformando durante a fase do desenvolvimento voltado para dentro, sem que se consiga eliminar as diferenças de estrutura com relação ao centro, que se reproduzem em novos níveis*”¹¹⁹.

Não é difícil perceber onde considerações desta natureza, a propósito da industrialização espontânea e problemática da periferia acabam desembocando: na idéia de que o livre jogo das forças de mercado conduzem ao aprofundamento e não a supressão das contradições decorrentes da estrutura das economias subdesenvolvidas. Com isto, a teoria cepalina abre caminho às propostas de “*políticas deliberadas de desenvolvimento*”, através da planificação, levada a cabo pelo Estado. Assim, pode-se afirmar que, sem dúvida, o planejamento e o Estado interventor aparecem como decorrências naturais do modo pelo qual o pensamento cepalino encara as contradições da indústria no mundo periférico. É por isto que,

“No texto que figura como documento básico de transição do estágio de formulações analíticas básicas (1949/51) ao estágio de propostas de política (1951 em diante), a CEPAL defende a urgência de programas de desenvolvimento, centrando a argumentação na necessidade de evitar desequilíbrios externos e de estabelecer um equilíbrio razoável na expansão de várias atividades básicas. A necessidade do programa também adviria da escassez de poupança que exige cuidadosa seleção das atividades a serem estimuladas [Prebisch (1951)]. Daquele ponto em diante o planejamento se tornaria uma contínua obsessão da

¹¹⁹ RODRIGUEZ,1981:48.

CEPAL, simbolizando as preocupações da agência com o desenvolvimento econômico.¹²⁰

De modo sumário, até este ponto, um amplo painel registrou as transformações essenciais do Brasil nas duas décadas que se seguiram aos anos 30: mudanças nas relações de produção, com a indústria e a urbanização; maior diversidade e tensão no tecido social, a partir da entrada em cena de novos atores e a incorporação das massas populares urbanas ao processo político nacional; “ares democráticos” com o fim da ditadura do Estado Novo e, em particular, grande renovação intelectual. Estas alterações forçaram sensíveis modificações nos rumos do debate da questão nacional, que desde o século XIX cobrava atenção das elites intelectuais do país e que, agora, expunha a maior complexidade do conjunto das forças políticas e ideológicas em confronto. Na disputa pela hegemonia na condução do projeto capitalista para o país, grupos defensores da vocação agro-exportadora, entusiastas do liberalismo econômico, ainda fortes e operantes no início da década de 50, cederam espaço aos que advogavam uma modelagem industrial no projeto de nação – industrialistas de diversos matizes, anti-liberais em essência, defensores do desenvolvimento fabril que, aos poucos, deram configuração ao que, tempos depois, ficou conhecida como “ideologia desenvolvimentista”. Novos e ampliados papéis foram assumidos pelo Estado que, ao dar as bases para um capitalismo industrial, confirmou antiga vocação intervencionista e abriu espaço para uma nova elite técnica – os economistas – que, desde o início, se confrontou em campos teóricos divergentes, alinhando-se com as forças sociais que se batiam na defesa de projetos nacionais conflitantes.¹²¹ Assim, uma nova área do conhecimento sinalizou as possibilidades de um tratamento teórico inédito da questão nacional, que incorporou as análises macroeconômicas ao legado da sociologia, da antropologia, dos estudos

¹²⁰ BIELCHOWSKY, 1988:31.

¹²¹ Sobre o pensamento econômico brasileiro, no momento de sua constituição, consultar BIELCHOSKY (1988), MANTEGA (1984) e LOUREIRO (1997, 1997^a).

jurídicos e da história, herdado dos reformadores e ideólogos da nação, das primeiras décadas do século XX.

Na realidade, o Brasil viveu este conjunto de amplas transformações, sintonizado com os movimentos mais amplos da realidade internacional inclusiva, que, passada a Grande Depressão e as duas guerras mundiais, pôs em movimento uma ordem capitalista regulada – para muitos, a “Era de Ouro” do capital. Este foi, também, o momento histórico em que a parte pobre e atrasada deste mundo, recentemente incluída no rol dos Estados-nação independentes, passou a cobrar políticas de desenvolvimento e desafiar o pensamento econômico (que, por sinal, já não era o mesmo desde que o keynesianismo colocou em xeque a hegemonia neoclássica) a teorizar sobre as mazelas e virtualidades do capitalismo na periferia.

Mergulhado neste contexto, Celso Furtado, intelectual formado em trânsito pelos dois mundos do capitalismo (centro e periferia), ao final dos anos 40, rendeu-se ao “fascínio da questão nacional”, tal como o fizeram, antes dele, os ideólogos da “nação brasileira”. Submetido às amplas e contraditórias determinações, que moldaram suas opções intelectuais, assumiu o desafio de um “projeto para o Brasil”, agora pensado em termos de “desenvolvimento para dentro”, sustentado pela industrialização. Como seus pares, que o antecederam na tarefa da “construção nacional”, Furtado também preocupou-se com identificação das especificidades da nação – falta de condições materiais para o progresso; inexistência de uma burguesia forte e vocacionada para as transformações políticas e econômicas necessárias; vida política que, nos marcos liberais do jogo institucional democrático-formal, era incapaz de dar expressão ao Brasil “real”. E, tal como eles, na ausência de uma burguesia aguerrida, recorreu aos intelectuais, como agentes das transformações, e ao Estado, como instrumento para imprimir racionalidade ao mundo social e abrir caminho ao desenvolvimento. Como no passado, não tão distante, frente à sociedade atrasada, desigual e de restrita modernidade, o recurso a um expediente há muito proposto pelos ideólogos da “questão nacional”: “*a idéia*

ancestral [...] de que o Estado era a única instância capaz de subsumir os particularismos, promover o bem comum e a integração social”¹²².

“*Más de lo mismo*”? Não se trata disto, certamente.

Aspectos qualitativamente novos conformaram a questão nacional em Celso Furtado. No entanto, antes de direcionar o foco para o “novo”, o que se quer ressaltar é a inegável presença de um legado que marcou profundamente o pensamento social brasileiro, uma herança intelectual com que Furtado travou um “diálogo mudo”. É preciso, porém, atentar para o fato essencial de que não se trata apenas de vestígios de ideologias passadas, obsoletos anacronismos. O “velho” que ecoa no pensamento de Furtado é, na verdade, imposição de uma realidade histórica, cujas determinações, que antes enredavam os reformadores do passado, mantinham-se vivas no Brasil de capitalismo tardio – agro-exportação predominante, estrutura fundiária concentrada, regionalismo, exclusão social, domínio político das oligarquias rurais, insuficiências na acumulação de capitais, burguesia nacional desprovida das “ilusões do progresso” e impotente frente às tarefas de construção da hegemonia, submissão do país à dinâmica do capitalismo central – e, nos idos de 60, demandavam as “reformas de base”. O “velho”, que insinuava sua presença no ideário de Furtado, alimentava-se do que já foi chamado de a “miséria brasileira”.¹²³

O reconhecimento de continuidade em termos de uma tradição do pensamento social brasileiro, não deve elidir a percepção de que a questão nacional deu um salto qualitativo com Furtado. Além de ser concebida em termos de um “desenvolvimento para dentro”, sustentado pela industrialização, passou a ser, também, mediada pela noção de subdesenvolvimento. Com esta categoria teórica, que destacava as condições particulares do conjunto dos países periféricos (com os quais o Brasil partilhava um destino comum) e remetia as razões do atraso às formas de expansão do capitalismo e de organização da divisão mundial do trabalho, Furtado pôde dar

¹²² NOGUEIRA:1998:30.

¹²³ CHASIN, 1999.

uma dimensão internacional ao projeto de “construção da nação”, ultrapassando a discussão nos marcos puramente locais.

Como é de se esperar, novos serão, também, os termos propostos para a atuação do Estado no “desenvolvimento para dentro”. As fundações do processo industrial auto-sustentado, segundo Furtado, deveriam ser lançadas pelo Estado, através de políticas de planejamento que conformariam a ação dos sujeitos do desenvolvimento, levando-os a agir racionalmente, longe da indeterminação e do acaso do livre jogo dos mercados. Neste sentido, a experiência mundial fornecia-lhe o exemplo de que a planificação não se restringia apenas à experiência soviética. Introduzido no mundo capitalista, a partir dos imperativos de coordenação econômica durante o primeiro “esforço de guerra” (1914-1918), o planejamento generalizou-se a partir da Depressão de 1929, quando os fundamentos do liberalismo submergiram à voracidade da crise. O plano econômico, levado a efeito pelo Estado capitalista, passaria a ser visto como um mecanismo indispensável à contenção dos abalos cíclicos no sistema e à manutenção do crescimento econômico. Neste sentido, o depoimento de Furtado é bastante revelador:

“Queiramos ou não, o planejamento foi a grande invenção do capitalismo moderno. [...] Esta é uma técnica fundamental para a ação racional. Significa ter referências com respeito ao futuro, portanto, usar a imaginação para abrir espaço. Quando cheguei à França para fazer doutorado, em 1948, conheci uma experiência muito bonita de planejamento; a que os franceses chamavam de planejamento indicativo. Eles criaram um sistema de planejamento formal, bem estruturado, bem concebido. Anos depois, eu participaria de muitas reuniões com eles sobre o tema. Mas naquele momento admirou-me ver que uma economia capitalista avançada só poderia se recuperar das chagas da guerra recorrendo ao planejamento. [...]

Interessei-me também pelo planejamento russo, que era o caso clássico, ao ler Strumiline. Na CEPAL, fui o seu primeiro chefe da Divisão de Planejamento. O primeiro manual de técnica de planejamento das Nações Unidas foi feito sob minha direção. Era um terreno completamente novo e muito importante para os países do Terceiro

*Mundo. Os franceses diziam que o planejamento era necessário para resolver os problemas causados pelas destruições da guerra. Eu acrescentava dizendo que o subdesenvolvimento era uma espécie de devastação. Portanto, para superá-lo necessita-se de planejamento. O mercado sozinho não pode resolver o problema. Não é capaz de mudar as estruturas, o que é fundamental. Mas qualquer planejamento deve ser aplicado em função do quadro político. Ou seja, os objetivos são definidos pela sociedade; ali onde esta adotou o socialismo, eles foram definidos de uma forma; ali onde havia capitalismo – como na França – eram definidos de outra maneira”.*¹²⁴

Um olhar mais atento sobre este depoimento pode revelar, também, alguns aspectos importantes para a compreensão do “caminho” de Furtado à idéia do Estado como ator fundamental no processo de desenvolvimento auto-sustentado. Estes aspectos dizem respeito ao significado da “experiência francesa” na sua formação intelectual. Sabe-se que o interesse pelo planejamento – em termos das possibilidades de racionalização da vida social por meio do Estado – surgiu muito cedo, ainda durante o curso de Direito, na Universidade do Brasil, quando Furtado se confrontou pela primeira vez com a questão da racionalidade em termos da teoria da organização e da administração pública¹²⁵. Mas, entre este momento inicial e a concepção de Estado de corte keynesiano, que preside seu projeto nacional, há um espaço para influências importantes, no período dos estudos de economia política na França.

Em Paris, durante o doutorado sob a orientação de Maurice Byé, além das leituras sistemáticas de economia clássica, de *O Capital* de Marx e de história econômica, Furtado entrou em contato com o mais prestigiado economista francês de sua geração – François Perroux, então numa fase de trânsito teórico para o estruturalismo. Perguntado sobre a possível influência de Perroux na definição da importância do Estado como promotor do desenvolvimento, Furtado foi incisivo:

¹²⁴ FURTADO, 1999:77,78.

¹²⁵ Depoimento de Celso Furtado à autora (Anexo).

*“O pensamento de François Perroux foi seguramente o que mais me influenciou, pela importância de sua teoria do ‘pólo de crescimento’, que permite compreender que o crescimento econômico resulta de uma vontade política. Perroux me orientou para pensar o papel do Estado”.*¹²⁶

O caminho de Furtado rumo ao Estado, como fator do dinamismo econômico e transformador das estruturas sociais, foi sedimentado por Perroux mas, e Keynes? Celso Furtado responde a isto, também, claramente:

*“Keynes em relação ao Estado, dá, digamos assim, a sinalização do ponto de vista econômico. É o teórico da dinâmica macroeconômica. Na realidade, ele criou a necessidade de uma dinâmica. O modelo keynesiano é um modelo estático, mas é claro que na sua época representou um tremendo avanço. Keynes valorizou o papel do Estado. A partir dele cabia pensar em política econômica e não mais, simplesmente, no mercado para regular a economia”.*¹²⁷

François Perroux teve uma trajetória política e intelectual acidentada. Inicialmente um economista comprometido com as concepções corporativistas, no pós-guerra tornou-se um dos mais influentes teóricos do desenvolvimento na vertente do estruturalismo.¹²⁸ Das teses estruturalistas, desenvolvidas por Perroux, duas formulações destacam-se em termos de impacto e importância nas concepções de Celso Furtado: “efeito dominação” e a idéia de “pólos de crescimento”.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Perroux esteve no Brasil, entre 1936 e 1937, integrando a “Missão Francesa” de Fernand Braudel, encarregada de criar os cursos de ciências sociais na Universidade de São Paulo. Durante sua permanência por aqui, além de lecionar, publicou artigos em revistas especializadas e em órgãos da grande imprensa, como *O Estado de São Paulo*, com a finalidade de divulgar suas teses sobre o chamado “corporativismo social”. Nelas, combatendo tanto o marxismo quanto o “corporativismo totalitário”, Perroux concebia as corporações como órgãos independentes do Estado, de modo que os sindicatos representativos pudessem representar o capital praticamente em igualdade de condições. LOVE, 1998:343.

No volumoso *A Economia do Século XX* encontra-se desenvolvida a idéia do “efeito dominação”. É através dela que Perroux contesta as possibilidades explicativas da teoria econômica neoclássica, chamando de “ilusão” ou “atalho puramente imaginário” a crença no equilíbrio e no ajuste natural entre a oferta e a demanda, através do mecanismo de preços livremente pactuados, e a idéia de que “as estruturas dos investimentos” e “os projetos dos grupos” seriam “sumariamente ajustados”. Segundo Perroux, sabia-se “que empresas e nações [eram] entre si muito desiguais”, e que não se podia “esperar que por si mesmo se realiz[asse] o melhor emprego”, daí o recurso “a políticas monetárias e fiscais que visam compensar a contração ou a expansão”. Além disto, a “combinação dos crescimentos com os investimentos públicos, os investimentos diretos, o tráfico estadual – a ampliação dos setores governamentais e zonas de monopólios – a rigidez dos preços e fluxos limitam fortemente o restabelecimento do equilíbrio das balanças externas e obrigam a recorrer a políticas conscientes de expansão a curto e longo prazo em apoio das pretensas espontaneidades do mercado universal”.¹²⁹

Com estas formulações, Perroux tinha em vista, também, as relações de “força”, “poder” e “coação”, presentes na dinâmica da economia mundial, elementos integrantes das relações econômicas internacionais (ou, mesmo nacionais), que a “moderna ciência econômica” insistia em ignorar por completo. Para fazer frente a esta deficiência, propunha o “efeito dominação em economia”, idéia que iria proporcionar “uma primeira síntese[...] entre uma teoria da economia e uma teoria da força, do poder e da coação”. Assim, o conjunto da economia passaria a ser compreendido “como um todo heterogêneo formado de partes (zonas ou setores) mais ou menos dominantes e mais ou menos dominadas, capazes de exercerem ações que não dão lugar a reações de igual força[...]. Em síntese, a idéia de que um dado agente econômico (empresa ou nação) exerceria um efeito de dimensões assimétricas e irreversíveis sobre outro, estabelecendo-se, com isto, uma relação de

¹²⁹ PERROUX, 1967:31.

domínio e subordinação, oposta às relações de trocas iguais, tais como eram concebidas pela teoria econômica convencional.¹³⁰

Para tratar da idéia de “*pólos de crescimento*”, Perroux parte da premissa de que “*o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo*”, tendendo a se manifestar “*com intensidades variáveis, em pólos de crescimento*”, propagando-se “*segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia*”¹³¹. Dadas estas condições, caberia a introdução do planejamento, com sua racionalidade, como afirma no livro *A Economia das Nações Jovens*. Segundo ele, para fazer frente às resistências impostas pelo meio, “*dispomos de um instrumento bastante bom, que é o Plano. Ele põe em ordem numérica objetivos e meios. Exclui uma discussão sobre os mecanismos do Dinheiro, separados do homem concreto: examina, e depois ajusta, os fluxos monetários e reais, os fluxos de capital, e de consumo, referidos às necessidades*”. Recurso costumeiramente associado às economias socialistas, o plano indicativo poderia, no entanto, ser largamente usado nos países capitalistas ocidentais. Neles, “*os mercados funcionariam tanto melhor quanto melhor elaborados, fiscalizados e executados fossem os programas ou planos que os situam*”. Do mesmo modo, através dele poder-se-ia impor “*uma taxa de crescimento nacional*” ou, até mesmo, “*uma preferência de estrutura nacional*”.¹³²

¹³⁰ *Ibid.*:39, 40.

Um estudo de Perroux, publicado em 1948 – *Esboço de uma Teoria da Economia Dominante* – trata “*das diferenças de tamanho, poder de barganha e transformações de mão única, entre os Estados Unidos e seus parceiros comerciais*”. Neste trabalho, afirma que “*a elasticidade-renda-preços da demanda americana por produtos importados do restante do mundo e a elasticidade-renda-preços da demanda do resto do mundo por produtos importados dos Estados Unidos são tais que o desequilíbrio das balanças comerciais é persistente e a desvalorização das moedas estrangeiras é de eficácia duvidosa*”. Neste texto Perroux refere-se, também, aos “*termos de trocas dos exportadores de produtos agrícolas [que] vinham se deteriorando devido aos padrões de importação da economia dominante*”. Apesar da abordagem de Perroux muito se assemelhar ao que Prebisch desenvolve neste mesmo período, alguns estudiosos do pensamento da CEPAL descartam contatos entre os dois teóricos. Para eles, a ênfase atribuída por Perroux às diferenças na elasticidade-renda da demanda aproximariam-no mais de Hans Singer do que de Raúl Prebisch. LOVE:1998:262-263.

¹³¹ PERROUX, 1967:164.

¹³² PERROUX, 1964: 26-27, 48.

Na década de 30, ainda sob o influxo do corporativismo, Perroux já atribuía um papel de destaque ao Estado no processo econômico idéia que, depois, tanto sensibilizará Furtado. Para ele, “*o Estado equilibraria [...] os*

Nos países subdesenvolvidos¹³³, a planificação teria uma relevância especial. E isto porque neles as economias encontram-se desarticuladas, dada a inexistência de “*rede homogênea de preços, fluxos [monetários ou reais] e informações*”, a carência de infra-estrutura, além das diversidades étnicas e culturais. Nestas condições, uma “*força de crescimento*” (investimentos adicionais, por exemplo) aplicada em uma região ou setor econômico não se propagaria pelo conjunto, chegando a provocar, muitas vezes, desequilíbrios que não podiam ser espontaneamente corrigidos. A tudo isto acrescentar-se-ia, também, o fato de serem economias dominadas, sob o controle indireto de “*nações evoluídas*” ou mesmo de empresas ou grupos financeiros. Dada a desarticulação existente, “*o esforço da nação ou empresa dominante aplica-se em pontos e atividades bem determinadas, sem que as chamadas solidariedades ‘nacionais’ o possam ratificar e repartir rapidamente. A balança de pagamentos não se acha sujeita apenas a um desequilíbrio estrutural; esse desequilíbrio depende em muito, no seu montante e no seu conteúdo das nações e unidades dominantes*”¹³⁴.

Deste conjunto de pressupostos, Perroux infere a solução possível para o crescimento e desenvolvimento das áreas atrasadas: eles poderiam ser obtidos através da “*organização consciente do meio de propagação dos efeitos do pólo de desenvolvimento*”. Seriam políticas de planificação que pudessem “*transformar o*

monopólios rivais dos sindicatos e do capital. O planejamento corrigiria as distorções produzidas pelo jogo das forças de mercado. [...] O Estado eliminaria os lucros excessivos. Conselhos mistos de trabalhadores e capitalistas, sujeitos ao controle estatal, estabeleceriam os preços e os salários”. LOVE, 1998:261.

¹³³ No livro *Economia das Nações Jovens*, pode-se encontrar, numa formulação sumária, o que Perroux entende como subdesenvolvimento. Segundo ele, a “*interpretação científica*” do fenômeno só seria possível à medida que fossem “*compreendidos os defeitos do funcionamento da economia*”. Entre estes estaria, principalmente, o da inarticulação. Os países subdesenvolvidos “*não possuem redes eficazes de preços, de fluxos, de antecipações e de informações; não cobrem os custos do estatuto humano da vida, isto é, desperdiçam maciça e duradouramente os recursos humanos; são dominados por outros conjuntos econômicos e sociais*”. Estes problemas ligar-se-iam entre si, configurando algo que lembra o “*círculo vicioso*” de Nurkse, pois “*a inarticulação mantém o desperdício de recursos humanos e perpetua dominações; os efeitos de dominação dão origem a más articulações, além das que derivam das características geográficas ou sociais; o desperdício de recursos humanos impede a reação contra os efeitos de dominação etc. Quando começam o crescimento, o desenvolvimento e os progressos econômicos, eles manifestam-se em pontos ou zonas, sem que a sociedade global se torne, em consequência, numa sociedade economicamente progressiva*”. PERROUX, 1964:237, 238.

¹³⁴ PERROUX, 1967:180-181.

crescimento duma indústria ou duma atividade em crescimento duma nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado”¹³⁵. Segundo François Perroux, para as nações subdesenvolvidas “o programa e o plano” seriam “os instrumentos necessários do desenvolvimento”, porque possibilitariam o desencadeamento e a conservação de processos cumulativos favoráveis¹³⁶.

Com uma bagagem que incluía um interesse pela administração pública racional e pelo planejamento; um certo auto-didatismo em economia e ciências sociais (alimentado pelas publicações do Fondo de Cultura do México); um doutoramento em economia política em Paris, que o aproximara sistematicamente da história econômica, dos clássicos da economia, do marxismo e do estruturalismo de Perroux, Celso Furtado ingressou, finalmente na CEPAL. Levava algumas certezas com relação ao papel do Estado no processo econômico capitalista e suas potencialidades com relação ao desenvolvimento das nações pobres. Insensível às formulações neoclássicas, estava muito longe de aceitar os automatismos do mercado e de recusar a dimensão política do fazer econômico, especialmente no plano das relações internacionais. Mas, algumas coisas ainda teriam que ser aprendidas com Prebisch e a experiência de Santiago:

“Entrei na CEPAL entre 1948 e 1949, e fiquei lá dez anos. Foi a minha escola de trabalho como economista.[...] Aprendi muito, pois estudei a América Latina, dirigi missões de estudo no México, no Chile, na Argentina. Conheci a América Latina como ninguém conhecia no Brasil, o que me deu outra vantagem enorme aqui, sobretudo porque eu podia fazer comparações, tinha referências”.¹³⁷

“Fui encarregado de fazer um mapeamento do desenvolvimento dos países mais importantes da América Latina durante dez anos. Ao fazer este trabalho, constatei o quanto o Brasil era atrasado. Como explicar?

¹³⁵ Ibid.:194.

¹³⁶ Ibid.: 285.

¹³⁷ TAVARES, 1998:58-59.

*O Brasil tinha mais território, mais população, mais recursos e potencial. Onde estava a sua inferioridade? Superada a teoria da inferioridade racial, a resposta só podia estar na história, e lá fui buscá-la. Tudo isso me obrigou a repensar, a abrir um caminho. E comecei a ver o fim do túnel quando li Keynes”.*¹³⁸

O encontro com Keynes, na verdade, ocorrera um pouco antes, mas a experiência na CEPAL e o contato com Prebisch fizeram a decisiva mediação entre o pensamento de Furtado e as teses keynesianas:

*“Não posso dizer que descobri Keynes na CEPAL, porque já o havia estudado antes. Mas até então, eu via o Keynes da ‘teoria do ciclo econômico’, que era a sua grande contribuição e levava à política de estabilização. Na CEPAL, comecei a perceber a importância da visão macroeconômica da História. Tratava-se, agora, de olhar a História, vendo o macroeconômico, para entender a lógica do atraso e descobrir os fatores que impediam o crescimento de um país como o Brasil”.*¹³⁹

A mediação cepalina é, por si, o mais forte indicativo de que a leitura do arsenal keynesiano, realizada por Celso Furtado, será necessariamente muito particular, haja visto o viés da superação do subdesenvolvimento. Alguns analistas já apontaram nesta direção. Maria Eugênia Guimarães, por exemplo refere-se à interpenetração entre as teorias de Furtado e Keynes, assinalando uma diferenciação porque “*para Keynes, a ação compensatória do Estado é conjuntural e para Furtado é estrutural, ampliando a matriz teórica da universalização dos conceitos keynesianos*”.¹⁴⁰ Já Ricardo Bielschowsky refere-se a Furtado como um “*keynesiano atípico*” e isto porque dada a insuficiência de poupança nos países subdesenvolvidos (“*ao invés de excesso, como nas desenvolvidas*”), “*não cabia, em geral, uma aplicação da*

¹³⁸ Depoimento à autora (Anexo).

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ GUIMARÃES, 1999:165,166.

*macroeconomia keynesiana de forma idêntica à análise de economias maduras, isto é, para lidar com a problemática anticíclica”.*¹⁴¹

O keynesianismo de Furtado, como de resto todas as suas concepções teóricas, traz a marca que o distingue como pensador: a idéia do subdesenvolvimento como manifestação do capitalismo na periferia e sua leitura particular do Brasil. É isto que fará com sua análise, quanto ao papel do Estado no processo de desenvolvimento, não seja simplesmente a aplicação do keynesianismo. Tratar-se-á, antes de tudo, de “*uma derivação de análise macroeconômica de inspiração keynesiana*”, na feliz expressão de Bielschowsky, resultado de uma concepção mais ampla de que o entendimento da realidade e a transformação social estavam em direta relação com um tratamento diferenciado dos fenômenos periféricos, respeitando-os em suas especificidades.

Furtado não é um keynesiano “puro” pois, deliberadamente, mescla as categorias de Keynes com a análise do sentido da história econômica do Brasil e do continente latino-americano, em termos de economia colonial (base de construção do estatuto periférico), além de usar estas categorias como alimento de um projeto muito diverso do que, originalmente, deu vida ao keynesianismo. Corroboram esta afirmação, as práticas intervencionistas do Estado propostas por Furtado e pela CEPAL . Se o keynesianismo, na sua versão original, tinha como propósito a condução do sistema econômico à situação de pleno emprego e otimização de uma poupança ociosa, na releitura cepalina de Furtado tratava-se de um conjunto de propostas de políticas públicas tendentes a superar os obstáculos estruturais que impediam a industrialização auto-sustentada e o desenvolvimento.

Não se pode recusar, no entanto, a forte marca keynesiana, por exemplo, da leitura que Celso Furtado faz sobre o significado do mercado interno, como elemento capaz de dinamizar a produção e sustentar o desenvolvimento. O modo como trata esta questão, como se sabe, guarda grande proximidade com a idéia do “efeito

¹⁴¹ BIELSCHOWSKY, 1988:160.

multiplicador” de Keynes. E neste sentido, são paradigmáticas suas análises da economia de transição do trabalho escravo para o assalariado e da economia de passagem para um sistema industrial, em *Formação Econômica do Brasil* (partes IV e V). Num “*keynesianismo pela negativa*”, Furtado procura demonstrar como eram limitados os efeitos da renda da economia escravista exportadora “*por efeito de uma combinação de elementos que faziam com que os impulsos externos se esgotassem no interior do próprio setor exportador*”; e, numa abordagem contrária, indicar como “*o advento do trabalho assalariado na economia cafeeira representara a condição básica para que o impulso externo pusesse em marcha um efeito cumulativo de expansão da produção e da renda*”¹⁴².

O keynesianismo de Furtado, como tudo em sua obra, também é moldado pelo compromisso com a especificidade da periferia e, dentro dela, a do Brasil. Compromisso compreensível, tendo-se em conta a clareza com que enuncia a chave de seu comportamento intelectual, “conhecer para transformar”.

O próximo passo será a análise de um conjunto de textos produzidos por Celso Furtado no momento em que esteve à frente da SUDENE (1960-1964) e do ministério do Planejamento, no governo Goulart (1962-1963), e nos primeiros anos de seu exílio, logo após o Golpe Militar de 1964. A escolha dos trabalhos deste período, por certo, não é arbitrária, tendo-se em vista o objetivo de analisar não apenas o papel reservado, por ele, ao Estado no desenvolvimento econômico mas, sobretudo, compreender suas concepções a propósito do jogo político e da atuação dos intelectuais no campo das reformas sociais. Neste momento, à frente de organismos do Estado brasileiro, Furtado não só colocou em prática políticas públicas de desenvolvimento mas, também, como um agente privilegiado da cena histórica, viveu o processo de radicalização das lutas sociais no Brasil e os efeitos

¹⁴² Ibid.:161.

Ver a análise de *Formação Econômica Brasileira* em VIEIRA, 2001(b).

da derrota política do projeto nacional no qual estava envolvido. Assim, circunstâncias históricas específicas, que cercam a formulação destes textos, favorecem um notável afloramento das dimensões político-ideológicas do ideário de Furtado. Neles, o autor não se coloca, simplesmente, como o economista que trata a questão do Estado numa abordagem keynesiana, quase como um epifenômeno da materialidade econômica. É, sobretudo, o homem público, o intelectual reformador que discute os limites e impasses da atuação do Estado, tendo como referência o seu projeto de nação, o jogo político institucional e as classes sociais em conflito.

IV. CELSO FURTADO: RACIONALIDADE E POLÍTICA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“É indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para conhecer a realidade e atuar sobre ela”.

(Celso Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*).

Um rápido exame de algumas das obras mais significativas, produzidas na década de 60 – **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento** (1961), **A Pré-Revolução Brasileira** (1962), **Dialética do Desenvolvimento** (1964), **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina** (1966) –, dá a perceber alguns temas recorrentes, que norteiam a análise e justificam as propostas de intervenção reformadora de Furtado. Inflação, desemprego estrutural, tendência da economia à estagnação, estrangulamento do mercado interno, desequilíbrio regional, pressões sobre a balança de pagamentos, tensão social, entre outros, compõem um diagnóstico do Brasil, que abre caminho à demanda de um projeto de regulação desenvolvimentista.

Este quadro, apresentado por Furtado, revela, por certo, uma crise real, expressão do esgotamento de uma fase da acumulação capitalista no Brasil, cujo desfecho político foi o Golpe Militar de 64. Porém, não se trata agora de discutir, aqui, até onde estas

formulações refletem, no plano da teoria, a contraditória realidade histórica do período. A intenção é outra. Cuida-se de entender as elaborações de Celso Furtado, sem dúvida, como ideologia, mas no **sentido restrito**¹⁴³ de um conjunto doutrinário que permite aos agentes sociais, a um só tempo, tomarem consciência dos interesses particulares de classe – apresentados ideologicamente, neste caso, na dimensão generalizadora dos imperativos nacionais – e se instrumentalizarem para a ação política – pensa-se aqui na intervenção de Furtado nos embates político-sociais no Brasil dos anos 60. Nestes termos, passam a ser finalidades da análise: revelar as construções e os recursos teóricos que garantem eficácia mobilizadora e a capacidade de convencimento ao discurso desenvolvimentista de Furtado; detectar o recorte que orienta sua leitura do processo de industrialização no Brasil; explicitar as formulações políticas que presidem seu projeto de desenvolvimento nacional e as concepções de ciência e de intelectual que modelam sua atuação reformadora.

Pode-se afirmar, portanto, que alguns pressupostos, algo evidentes, sustentam estas intenções analíticas. Quais sejam, os de que a priorização de certos acontecimentos no processo histórico brasileiro e a seleção de problemas, feitas por Furtado, para compor o quadro da evolução econômica nacional, não são escolhas aleatórias; que os diagnósticos, que procuram legitimidade nos “fatos” da realidade empírica e a teorização articuladora deste todo encontram-se previamente determinados por uma dada concepção política e informados por um certo projeto de desenvolvimento

¹⁴³ Trabalha-se, aqui, com a concepção luckácsiana, para a qual, o fenômeno ideológico deve ser tomado nas dimensões **ampla** e **restrita**. A formulação de Luckács tem como pressuposto a idéia de que “*onde quer que se manifeste o ser social há problemas a resolver e respostas que visam a solução destes; é precisamente neste processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações. Agora, na medida que o conflito social passa a fazer parte da realidade dos homens, apresentando-se como problemática vital, a ideologia volta-se à resolução dos problemas agora transpassados por este conflito básico, ou seja, a ideologia passa a se manifestar como um instrumento ideal através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis. Nesse sentido, Luckács, baseando-se em Marx, formula uma caracterização mais restrita de ideologia que ‘consiste no fato de que os homens, com o auxílio da ideologia, trazem à consciência seus conflitos sociais, e por seu meio combatem conflitos cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico’.* Na acepção restrita de ideologia, portanto, ideologia é instrumento de conscientização e de luta social ‘que caracteriza, pelo menos aquelas (sociedades) da pré-história da humanidade’, ou seja, aquelas sociedades divididas em classes sociais antagonicas, que por meio da ideologia conscientizam e enfrentam conflitos derivados de seus interesses contrapostos”. VAISMAN, 1989: 419-20.

nacional, consoantes com as relações de classe, com o jogo de poder, com as contradições herdadas do processo de modernização capitalista, encetado a partir do final do século XIX, e cujos impasses ainda se mostravam vivos no Brasil dos anos 60¹⁴⁴.

Assim sendo, não está em pauta investigar até onde estas formulações expressam, no campo ideológico, uma realidade histórica que sabemos marcada por tensões sociais irreconciliáveis e por profundas contradições econômicas. Trata-se, na verdade, de colocar em evidência o modo como esta realidade foi “reconstruída objetivamente” no plano teórico e apresentada como reflexo legítimo do concreto existente. Deste modo, partindo-se da idéia de que a escolha dos traços, que compõem o quadro do processo de modernização do Brasil, não foi casual e que este painel, mostrado como produto de uma análise racional, objetivamente científica, foi coerentemente composto segundo as determinantes de um plano de desenvolvimento, pode-se, então, vislumbrar um caminho adequado para a investigação das concepções político-ideológicas de Furtado. Sinteticamente, há nisto o pressuposto de que sua análise do processo de industrialização brasileira, o recorte dos traços significativos e sua visão da história estão informados por um projeto nacional, por uma idéia de intelectual e por uma leitura específica da ação política transformadora, *a priori* existentes, mas que, obviamente, são alimentados pelas determinações de época, pelas condições de objetivação do capitalismo no cenário histórico, em que, como um ator social privilegiado, Celso Furtado se movimentava. E é para isto que a reflexão agora se dirige.

Em 1989, num artigo em que faz um balanço sua trajetória intelectual, Celso Furtado escreve:

¹⁴⁴ Ver a respeito MELLO, 1991; SILVA, 1976; SUZIGAN, 1986; OLIVEIRA, 1977.

*“Como explicar que países surgidos da expansão econômica da Europa cujas estruturas foram criadas para facilitar essa expansão, hajam acumulado tanto atraso? Esta pergunta está no cerne de minha reflexão sobre o desenvolvimento. A teoria do crescimento, que vinha sendo elaborada no imediato pós-guerra, consistia num esforço de dinamização a-histórica de modelo macroeconômico, na linha keynesiana ou na neoclássica, conforme a natureza da função de produção implícita. Ora, a indagação sobre as causas do atraso somente adquiriria sentido se colocada no plano da História, o que exigia uma outra abordagem teórica”.*¹⁴⁵

Uma análise geral da produção teórica de Celso Furtado demonstra que, efetivamente, esta questão modelou seu esforço de levar, por vias teóricas originais, o mundo subdesenvolvido à categoria de objeto de análise, propiciando o surgimento de uma teoria da industrialização na periferia capitalista. No entanto, como já se sabe, estas preocupações não eram inéditas e nem exclusivas. Em 1949, no que ficou conhecido como “Manifesto da CEPAL” – **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas** – Raúl Prebisch, além de dar forma aos conceitos de *centro* e *periferia* e denunciar os efeitos perversos da *deterioração dos termos de troca*, incitava os economistas latino-americanos à rebeldia intelectual, lembrando-lhes a necessidade de penetrar os fenômenos concretos da América Latina com “*critério original*”, apontando como “*uma das falhas mais sérias*” da teoria econômica geral o “*falso senso de universalidade*”. Esta era a maneira de Prebisch expressar suas aspirações a um corpo doutrinário sistematizado, que desse respeitabilidade teórica aos termos do combate que travava com as teses liberais sobre o comércio internacional e que, até então, se sustentava, quase que exclusivamente, em indicadores empíricos.¹⁴⁶

¹⁴⁵ FURTADO, 1989:6.

¹⁴⁶ PREBISCH, 1949: 48-54; MANTEGA, 1989;1984: cap.2.

Furtado, entre os economistas de sua geração que integraram a CEPAL¹⁴⁷, foi, certamente, quem melhor levou à frente, de modo original e sistemático, o desafio de buscar as “*inovações teóricas*”, tendo como ponto de partida os “*fenômenos da realidade*” subdesenvolvida. No seu caso, a construção de um diagnóstico da economia brasileira, da peculiaridade de suas contradições, foi desde sempre o horizonte de referência pois, como ele mesmo reconhece, foi o intuito de desvendar o atraso brasileiro que modelou sua preocupação com o subdesenvolvimento:

“Convenci-me [...] que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência e que para compreender este fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo era compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil”¹⁴⁸.

E se aqui há a presença do economista que responde ao apelo de Prebisch e da CEPAL para refletir sobre as especificidades do capitalismo periférico, há, também, a do intelectual preso a circunstâncias que acabam por dominar a cena: o “fascínio pela questão nacional” que, nos moldes da tradição intelectual brasileira, cobrava espaço nas reflexões de Furtado. Sem dúvida, aí está um cepalino disposto a fazer frente ao desafio da compreensão das peculiaridades da periferia, mas, numa anterioridade genética, aí se encontra, também, um pensador social brasileiro, que dá continuidade à missão que a “nação inconclusa” cobra de sua *intelligentsia* desde o século XIX.

O subdesenvolvimento demandava, segundo Furtado, “*um esforço de teorização autônomo*”, sob pena de se incorrer no erro de explicar, “*por analogia com as experiências das economias desenvolvidas*”, problemas que somente poderiam ser entendidos e solucionados a partir da compreensão do capitalismo periférico como

¹⁴⁷ O relato do processo de inclusão de Furtado nos quadros da CEPAL, do seu trabalho junto a Raúl Prebisch e dos dez anos de permanência na instituição podem ser encontrado no primeiro livro de sua trilogia memorialística, *A Fantasia Organizada*. FURTADO, 1985.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, 1983:38.

fenômeno específico¹⁴⁹. Os resultados de suas reflexões surgem, afinal, em 1961, sistematizados no livro **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**¹⁵⁰. Trata-se, em essência, da idéia de que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa pela qual passaram um dia os países desenvolvidos, a primórdios de carências ou a debilidades transitórias que antecedem às condições maduras de reprodução do capital. Ao contrário, é uma situação histórica singular, produto da penetração de empresas capitalistas modernas em antigas regiões coloniais, de configuração arcaica¹⁵¹.

Como resultado deste processo, surgem estruturas híbridas, em que uns setores modernos, subordinadamente atados à dinâmica dos mercados externos, apresentam aspectos similares ao sistema capitalista central – monetarização da economia, eficiência, progresso técnico – e outros, arcaicos, mantêm-se em conformidade com a organização pré-capitalista original, infensos ao dinamismo que caracteriza os primeiros. E a peculiaridade subdesenvolvida encontra-se, exatamente, nesta dualidade estrutural.

¹⁴⁹ FURTADO, 1961:193.

¹⁵⁰ Esta obra reúne um conjunto de trabalhos elaborados entre 1954 e 1960. Os capítulos 4 e 5 – “*Elementos para uma teoria do subdesenvolvimento*” e “*O desequilíbrio externo nas estruturas subdesenvolvidas*” –, que trazem, especificamente, a teorização do subdesenvolvimento como singularidade histórica, foram apresentados, em 1958, sob a forma de monografia, em concurso à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. A propósito desta tentativa frustrada de inserção acadêmica no Brasil consultar *entrevista em Anexo* e FURTADO, 1989.

¹⁵¹ Em outro texto, de 1965 (*Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*), encontramos uma formulação sintética do fenômeno do subdesenvolvimento que, com excepcional clareza, dá expressão à idéia da particularidade capitalista da periferia. *Trata-se de “uma realidade histórica, decorrente da propagação da técnica moderna no processo de constituição de uma economia de escala mundial. O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Desta forma, o seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneos das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias. É em confronto com o desenvolvimento que teremos de captar o que é específico ao subdesenvolvimento. Somente assim poderemos saber onde a experiência dos países desenvolvidos deixa de apresentar validade para os países subdesenvolvidos cujo avanço pelos caminhos do desenvolvimento passa a depender de sua própria capacidade para criar-se uma história”*. FURTADO, 1968:3-4.

Em outro texto, tempos depois, mais preocupado com a precisão conceitual, Celso Furtado retoma a questão afirmando que o subdesenvolvimento diz menos respeito a uma economia de base agrária – neste caso seria apenas uma “*economia atrasada*” – e muito mais à existência de um “*dualismo estrutural*” que, segundo suas palavras,

*“tem origem quando numa economia agrícola **atrasada**, determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores[...]com reflexos em toda estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável.[...]Dada a existência de duas formas de remuneração do trabalho, de duas tecnologias de níveis extremamente diversos, de duas concepções de organização da produção, a economia dual é intrinsecamente instável”*¹⁵²

Para dar conta de uma realidade complexa, que incluía de “repúblicas da banana” a países em processo de industrialização, como o Brasil, Furtado estabelece um **continuum**, uma escala no subdesenvolvimento. Alinha desde os casos mais simples – o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de mercadorias para a exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, que pode perdurar estaticamente por longos períodos –, até os mais complexos, como o da economia brasileira, na década de 50. Na Brasil, segundo ele, conviviam três setores: o de subsistência, o de exportação e um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessitava para seu próprio crescimento.

¹⁵² FURTADO, 1964:79.

1. SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: CAMINHO E LIMITES PARA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Cabe, a esta altura, perguntar-se pela função da teoria do subdesenvolvimento no pensamento de Furtado. Avançando por este caminho, descobre-se a dimensão nitidamente prática da formulação a partir do exame de uma idéia tantas vezes reiterada: a de que qualquer política de desenvolvimento capitalista das áreas periféricas seria impensável sem o “*conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise convencional*”, por esta ignorar “*a maior parte dos obstáculos estruturais que são específicos do subdesenvolvimento*”¹⁵³. Assim, a construção conceitual da periferia revela-se intimamente associada a um projeto de reforma capitalista, capaz de imprimir eficácia à economia de mercado das regiões subdesenvolvidas e, sobretudo, do Brasil, que é a sua referência essencial. E isto porque, em Furtado, a discussão do subdesenvolvimento aparece inevitavelmente mediada pela questão nacional.

O primeiro passo, em direção ao conhecimento dos obstáculos ao pleno desenvolvimento capitalista da periferia é, por certo, o reconhecimento do caráter particular de sua industrialização – “*processo relativamente lento e com características próprias que o distinguem do modelo clássico de desenvolvimento capitalista*”¹⁵⁴. A industrialização periférica (cuja referência modelar para a América Latina, será a experiência brasileira) é concebida, por Furtado, como um fenômeno peculiar da transição capitalista, cujo processo, explicado em termos de *substituição de importações*, paga pesados tributos (estrangulamentos estruturais e acirrada tensão social) ao espontaneísmo de suas origens, alheias a qualquer “*intenção consciente de romper com os esquemas tradicionais de divisão internacional do trabalho*”¹⁵⁵. Importante assinalar, de antemão, que é esta idéia de industrialização involuntária que, na obra de Celso Furtado, abre caminho à defesa de um amplo

¹⁵³ FURTADO, 1962:p.38.

¹⁵⁴ Ibid.:109.

¹⁵⁵ Ibid.: 38-39.

projeto de reformas econômicas e políticas. Mediante a planificação, seria possível suprimir os efeitos deletérios do processo espontâneo e, também, oferecer uma opção racional às soluções de força revolucionárias que o agravamento das tensões sociais, fruto da modernização das áreas subdesenvolvidas, talvez pudesse desencadear.

Esta teoria, cujos traços essenciais já estão, a rigor, delineados desde 1953, em **A Economia Brasileira**, é por demais conhecida. Concebida como “*um desenvolvimento por indução indireta de fatores externos, através da substituição de importações*”, a industrialização do Brasil é apresentada como um processo viceralmente ligado às condições pelas quais, desde o final do século XIX, se conforma a grande lavoura exportadora do café, “*cujos custos monetários dificilmente podem ser reduzidos a curto prazo*”¹⁵⁶. O ponto de partida, para a substituição de importações, é a superprodução do setor cafeeiro, durante a grande crise de 29, quando os preços internacionais do produto caem substancialmente (“*duas terças partes no mercado internacional*”), levando o Brasil a enfrentar, além da crise externa (“*que o obrigara a cortar pela metade suas importações*”), um profundo desequilíbrio interno (“*decorrente da necessidade de financiar grandes estoques de café que não encontravam mercado*”)¹⁵⁷. A defesa dos interesses cafeeiros desencadeia uma política de intervenção, cujos desdobramentos escapam às intenções originais do Estado, pois, ao salvaguardar os lucros do setor, é posto em movimento um processo espontâneo de industrialização:

“Na medida em que o Governo comprava café para estocar e inflava a renda monetária com expansão de crédito, a moeda brasileira se depreciava externamente, o que também favorecia aos grupos cafeeiros, pois o preço do café subia em moeda local depreciada, se bem que o seu preço internacional estivesse baixando, tanto em termos absolutos como relativamente aos das manufaturas. As conseqüências indiretas desta política de estocagem de café foram da maior significação. Ao defender,

¹⁵⁶ FURTADO, 1968: 93.

¹⁵⁷ Ibid.: 94.

contra as fortes pressões deflacionárias, o nível da renda monetária interna, em condições de declínio da capacidade para importar, a política de favores ao setor cafeeiro resultou ser, em última instância, uma política de industrialização. Com a rápida desvalorização da moeda cresciam os preços relativos das mercadorias importadas, criando-se condições altamente favoráveis aos produtores internos”¹⁵⁸.

Assim, com o declínio dos lucros do café e do setor exportador primário, como um todo – já que a política oficial de proteção ao café compensava apenas parcialmente a baixa no valor real das exportações, gerando perdas cumulativas no setor– a produção de manufaturas para mercado interno torna-se um bom negócio, de modo que *“recursos financeiros e capacidade empresarial foram transferidos do setor exportador tradicional, principalmente da produção e do comércio do café, para indústrias manufatureiras incipientes”¹⁵⁹.*

Neste processo de industrialização do Brasil, Celso Furtado distingue dois momentos bem diversos. No primeiro, ocorre a instalação de indústrias para satisfazer uma demanda previamente existente. Neste caso, trata-se da substituição de importações, propriamente dita. Esta expansão inicial (*“entre 1929 e 1937,*

¹⁵⁸ Ibid.: 94.

¹⁵⁹ FURTADO, 1968: 94-95.

A tese de Celso Furtado, a respeito da industrialização por substituição de importações, ganhou algumas nuances ao longo do tempo, que refletem, em larga medida, incidentes em sua trajetória intelectual. A partir de 1964, no exílio (Chile, Estados Unidos e, finalmente, França), Furtado tornou-se professor em prestigiadas universidades americanas e européias. As novas condições de vida acadêmica impuseram um maior refinamento à sua produção teórica. Assim, a partir de 66, suas obras passaram a ter uma sistematização mais rigorosa e maior apuro teórico. Este é o caso de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, elaborado em 1966, ou de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, produzido no final de 1965. Deste livro, por exemplo, podemos nos beneficiar de uma formulação notavelmente sintética e, ao mesmo tempo, elaborada do processo de substituição de importações: *“A industrialização latino-americana é conhecida em toda parte como um processo de substituição de importações. Trata-se, na realidade, de um processo de modificação da estrutura produtiva, o qual permite reduzir a participação das importações na oferta global sem reversão à economia pré-capitalista. Reduzem-se ou eliminam-se certos itens das importações – os quais são substituídos no mercado por produção interna – e ampliam-se aqueles itens de substituição mais difícil. Como ao mesmo tempo que se reduz o coeficiente de importações amplia-se a renda per capita, a composição da demanda interna tende a modificar-se, o que exige alterações maiores na estrutura da oferta do que aquelas tidas em conta ao iniciar-se o processo substitutivo. O período de tempo requerido para que a oferta interna se adapte às modificações na composição da demanda – período esse que muitas vezes é ampliado por obstáculos institucionais – dá origem a pressões inflacionárias, particularmente quando o setor externo apresenta pouca ou nenhuma flexibilidade”.* Ibid.: 73.

enquanto as exportações declinam em 23%, a produção industrial aumenta em 50%”) é sustentada, primordialmente, pela utilização intensiva dos equipamentos existentes e da mão-de-obra disponível (utilizada em “dois ou três turnos”) e pela transferência de recursos provocada pela inflação¹⁶⁰.

Ultrapassado este período, em que a substituição de importações serviu ao “preenchimento de um vazio”, tem início uma segunda etapa, de “relativa saturação”, que põe em relevo as fragilidades e as contradições do processo espontâneo de industrialização, cujo dinamismo se esgota bem antes do desenvolvimento tornar-se auto-sustentado. Trata-se da fase em que o desafio passa a ser o atendimento da demanda gerada pelo próprio crescimento industrial, particularmente a de bens de capital. É quando a substituição de importações deixa de ser um elemento dinâmico para tornar-se um obstáculo à industrialização.

*“Produtos de difícil substituição, como o trigo, o carvão metalúrgico, o enxofre, ou cuja substituição exigiria grandes esforços e tomaria muito tempo, como o petróleo bruto, o cobre, os equipamentos pesados. Quando se atinge este ponto de relativa saturação, a substituição deixa de ser um fator dinâmico para tornar-se sério empecilho à acumulação. Cria-se uma barreira ao desenvolvimento cuja superação exige uma autonomia tecnológica e uma independência no que respeita à oferta de equipamentos que são características do pleno desenvolvimento econômico”.*¹⁶¹

¹⁶⁰ A tematização do fenômeno inflacionário ocupou, no início dos anos 60, um espaço significativo nos escritos de Furtado que, numa abordagem estruturalista, confrontou as leituras monetaristas ortodoxas. Trabalhando com a idéia da inflação como um **mecanismo de transferência de renda**, Furtado preocupou-se, fundamentalmente, em destacar o seu papel no processo de industrialização brasileira. Chegou mesmo a afirmar que “*Sem a inflação, o nível de renda teria sido mais baixo e o de investimentos ainda muito mais baixo. A taxa de crescimento, portanto, teria sido muito inferior e quiçá negativa*”. Além de elevar e concentrar a taxa de investimentos na indústria, a inflação teria também operado como mecanismo de redistribuição de renda através do sistema bancário, pois bancos oficiais colocaram “*à disposição de grupos privados somas substanciais de recursos, a taxa de juros negativas, sendo as suas caixas alimentadas por simples emissões de papel-moeda*”. FURTADO, 1964:114 -121.

¹⁶¹ Ibid.: 115.

Assim, sem conseguir avançar em termos da produtividade do setor de bens de capital (mais exigente do ponto de vista tecnológico), de modo a garantir uma autonomia em relação ao setor externo, os investimentos na área industrial acabam condicionados à capacidade do país para importar. E esta capacidade, diretamente vinculada aos níveis de exportação, mostra-se seriamente comprometida com a queda dos preços dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional, especialmente a partir de 1955, submetidos ao movimento tendente à deterioração dos termos de troca. Tem lugar, então, um processo compensatório de endividamento externo, que leva o balanço de pagamentos à uma situação insustentável e abre caminho à redução nas taxas de crescimento da economia e à impossibilidade de realização das necessárias modificações estruturais.

Em síntese, segundo Furtado, o processo que definiu a via de transição capitalista no Brasil, a partir de 30, não foi capaz de romper a dependência em relação aos centros hegemônicos e permitir que a industrialização assumisse um caráter diferenciado, em condições “*de apoiar-se em si mesmo para crescer, de adaptar-se automaticamente à evolução da demanda interna e superar os movimentos autônomos adversos da demanda externa*”¹⁶². Espontaneamente, o país chegara a se industrializar sem, no entanto, atingir um desenvolvimento capitalista autônomo.

“Existe ampla evidência de que a industrialização levou o Brasil muito perto daquela posição em que o desenvolvimento é um processo circular cumulativo que cria os próprios meios de que necessita para seguir adiante. No caso do Brasil, esse ponto seria alcançado quando fosse superada a barreira da capacidade para importar. A economia teria atingido aquele grau de diferenciação em que a orientação dos investimentos passa a ser um problema de opções econômicas, sem as limitações físicas de uma capacidade para importar racionada.[...]Entretanto, essa oportunidade de ingressar no clube restrito das economias capitalistas de maior idade, como um sistema nacional autônomo foi, aparentemente, perdida. E uma vez perdida, puseram-se em movimento outras forças cujos efeitos se farão sentir

¹⁶² Ibid.: 126.

cada vez mais.[...] Em conseqüência, os problemas sociais passaram a ter nova dimensão, escapando ao alcance dos instrumentos que vinham sendo usados com relativo êxito”¹⁶³.

Munido destas formulações, Celso Furtado construirá os argumentos de defesa de uma ação racionalizadora do Estado, com vistas ao desenvolvimento nacional. E, neste sentido, nada mais persuasivo para a legitimação das propostas de planejamento da economia brasileira do que as referências, nos trabalhos publicados nos anos 60, às conseqüências negativas da industrialização espontânea, num rol que vai das ameaças à integridade da nação, às tensões sociais incontornáveis, passando pelos riscos da estagnação econômica e, no limite, pela desarticulação do frágil jogo político democrático do Brasil.

A indústria brasileira que, segundo Furtado, não teve a seu lado “*uma atitude subjetiva favorável da parte dos grupos mais influentes na formulação da política econômica*”, além de não se viabilizar de forma autônoma, não pôde contar com uma infra-estrutura que permitisse a adequada mobilidade de mão-de-obra e a circulação de mercadorias num plano nacional. Manteve-se, com isto, intacto o regionalismo característico da economia agrícola precedente – permaneceram geograficamente concentrados não só as vantagens dos aumentos de produtividade, como também os lucros gerados pela elevação dos preços relativos dos produtos industriais (cujas importações estavam restringidas), num processo tal como se a dinâmica “centro-periferia” presidisse, também, as relações econômicas entre as diferentes regiões do país.

Como bem se pode perceber, Furtado refere-se à concentração industrial no Centro-Sul (São Paulo, no período, era responsável por 45% da produção industrial brasileira) e à marginalização do Nordeste, no contexto de atualização das relações produtivas no Brasil. A economia nordestina tendia a se comportar, frente às novas áreas industrializadas, de modo semelhante ao setor artesanal de um país que se

¹⁶³ Ibid.: 120-121.

industrializa: face à concorrência das novas formas de produção, sem condições de competir, “traumatiza-se ou desagrega-se”, pois “*Emigram os capitais e, não ocorrendo o mesmo à mão-de-obra, desagrega-se o sistema econômico por partes, amontoando-se o sobranço da população nas cidades ou estendendo-se o setor de subsistência na agricultura*”¹⁶⁴.

Além de não favorecer a integração nacional e o crescimento econômico equilibrado, a industrialização espontânea tomou rumos que comprometeram, na base, seu desenvolvimento futuro no Brasil pois, concentrando-se as inversões em bens de consumo menos “essenciais” – uma vez que “*os obstáculos às importações eram tanto maiores quanto menos essencial ao consumo fosse um produto considerado, os setores que produziam artigos suntuários passaram a ser os mais atrativos*”¹⁶⁵ –, o processo de substituição de importações relegou para um segundo plano as indústrias de bens de capital. Assim, enquanto manifestavam-se tendências de “*sobrecapitalizar*” e “*sobremecanizar*” as indústrias menos essenciais, que logo apresentaram capacidade ociosa, os investimentos em infra-estrutura e bens de capital permaneceram insuficientes.

Estes desequilíbrios não foram, entretanto, os únicos manifestados pela industrialização por substituição de importações. A sobremecanização das indústrias – favorecidas pelo rebaixamento dos preços por conta de subsídios cambiais – realizou-se, segundo Furtado, na linha da tecnologia disponível, qual seja, a das economias avançadas, poupadora de mão-de-obra, exatamente um “*fator de produção*” abundante no Brasil. Como resultado, os investimentos industriais, realizados entre os anos 50 e 60, em nada modificaram a estrutura ocupacional do país. Pelo contrário, acabaram agravando um dos seus mais sérios problemas estruturais: o subemprego e o crônico desemprego. Assim, neste período, “*não obstante a produção industrial haja aumentado a uma taxa anual de cerca de 10%, a ocupação manufatureira cresceu a uma taxa de 2,8 inferior ao aumento da*

¹⁶⁴ FURTADO, 1962: 50.

¹⁶⁵ FURTADO, 1968: 97.

população e correspondente a cerca da metade do crescimento da população urbana”¹⁶⁶.

À irracionalidade de um processo como este, que não apenas comprometia o desenvolvimento autônomo do Brasil, mas colocava, também, em risco o tecido social e a própria integridade do país, cabia, nos marcos da ordem capitalista, a contraposição da lógica racional de um programa de reformas, que pudesse imprimir previsibilidade ao movimento instável do capital periférico. É com este sentido que Celso Furtado, na tensão da crise do início dos anos 60, faz as perguntas previsíveis de um reformador que expõe as dimensões engajadas de sua teoria: a sociedade brasileira estava instrumentalizada para superar as dificuldades que se antepunham ao seu desenvolvimento? Suas classes dirigentes encontravam-se à altura da empreitada? Quem seriam os agentes da ampla reforma?

2. REFORMA E REFORMADORES

Em janeiro de 1964, Celso Furtado publicou uma coletânea de ensaios a que deu o nome **Dialética do Desenvolvimento**. O livro que, de acordo com suas palavras, respondia ao desafio de “*captar a essência do problema do subdesenvolvimento e identificar as causas da crise de transformação que atravessa[va] o Brasil*”, foi concebido como parte das responsabilidades de um intelectual que repudiava a “*omissão*”, fosse ela por “*comodismo ou covardia*”. Importante testemunho de seu projeto reformador, o texto revela, com significativa clareza, a orientação ideológica e muito das concepções políticas que presidiam suas propostas de intervenção desenvolvimentista. O tom de exasperada urgência, estranho ao “estilo Furtado”, coloca em evidência, em várias passagens, o acirramento das tensões sociais e políticas no país que, dois meses depois, culminam no Golpe Militar, que leva de roldão suas teses de desenvolvimento nacionalista.

¹⁶⁶ Ibid.: 99.

Logo na introdução, um dado revelador da lógica que sustenta o projeto de Furtado: o **papel do intelectual** no processo de desenvolvimento que, segundo ele, seria o de esclarecer as conseqüências das ações dos homens de Estado, de modo a prevenir atos que contrariassem os interesses coletivos, e imprimir racionalidade num mundo em que o destino humano foi transformado em “*problema político*”, que “*por sua própria natureza está essencialmente constituído de elementos irracionais*”. Ao intelectual cabia esta responsabilidade por ser o “*único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve, sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual*”. E, na vertente da *intelligentsia* de Mannheim, lembra que esta capacidade de se sobrepor às determinações sociais era, exatamente, o que possibilitava a esta categoria “*mover-se num plano de racionalidade mais elevado*” e enxergar mais longe do que “*as lealdades de grupo e as vinculações de cultura*” permitiam¹⁶⁷.

Convencido da neutralidade e do poder transformador da razão científica, do papel histórico dos intelectuais, que pairavam acima das irracionalidades do jogo político e dos embates sociais de classe, além do espaço privilegiado que ocupavam na sociedade, Celso Furtado mergulha, então, mais profundamente do que antes o fizera, no esclarecimento das contradições e dos impasses políticos gerados pela industrialização espontânea no Brasil, voltando sua atenção para aspectos que, de ordinário, não estavam presentes em suas análises estritamente econômicas. Não é mais o “olhar” do economista que vê o Estado como “quase epifenômeno” da economia. Liberto do “tratamento keynesiano” da questão do Estado, Furtado deixa aflorar a dimensão política de suas concepções de Furtado, permitindo que se entreveja possíveis heranças ou familiaridades com o pensamento social brasileiro, que o antecederam no projeto de construção nacional.

¹⁶⁷ FURTADO, 1964: 9-10.

Segundo Furtado, as circunstâncias históricas, que moldaram a transição capitalista no Brasil, eram responsáveis pelas peculiaridades políticas e sociais de sua ordem burguesa. Referia-se ao fato da industrialização ter ocorrido no momento de declínio do dinamismo das atividades agro-exportadoras e sem que houvesse uma clara consciência da natureza deste processo. A desagregação da economia cafeeira provocou repercussões imediatas no plano político, abrindo caminho à renovação das elites dirigentes que, a partir desse momento, escapavam ao universo ideológico dos cafeicultores. Mas, como se sabe, o predomínio crescente do setor capitalista industrial, a partir de 30, não resultou de um conflito aberto, de uma clara contradição, entre as novas elites e os grupos políticos preexistentes pois a franca decadência da economia colonial no Brasil, nos albores da industrialização, levou os setores agrários a abandonarem um posicionamento ideológico consistente, dedicando-se, a partir daí, ao que chamou de “*um improvisado oportunismo político*”.

Com isto, Furtado pretendia mostrar que, na passagem da economia colonial para a industrialização capitalista, o Brasil não conheceu o “*deslocamento de uma superestrutura arcaica, como consequência de um processo de desenvolvimento de novas forças produtivas, cujos interesses procurassem afirmação no plano político*”. Ou seja, sem rupturas revolucionárias, a crise que abriu caminho à indústria, não resultou de contradições entre as novas forças produtivas em desenvolvimento e as ideologias superadas, uma vez que, no processo de substituição de importações, a base econômica agrária, em decadência,

“[...] não sofreu a concorrência de novo sistema em formação. Essa decadência era simples reflexo do enfraquecimento dos estímulos externos. Não se configurou no país um desenvolvimento endógeno conflitante com os interesses do setor exportador. Como economia colonial, a brasileira era uma das ramificações do capitalismo mundial, cujos centros estavam na Europa e nos Estados Unidos. Suas crises e

problemas eram simples adaptações às novas condições surgidas nos centros dinâmicos da economia capitalista”¹⁶⁸.

Das inter-relações genéticas entre industriais em ascensão e os grupos agrários, especialmente os da grande agricultura exportadora, detentores dos grandes centros de decisão política nacional, resultaram as dificuldades de diferenciação ideológica entre os dois segmentos. No plano imediatamente político, esta indefinição da classe industrial, em termos de um claro antagonismo em relação aos interesses agrários, acabou por impedir a emergência de novas liderança políticas, capazes de modernizar os marcos institucionais brasileiros. Como resultado, líderes ligados às oligarquias tradicionalistas continuaram a controlar os centros de decisão institucional do país. Celso Furtado refere-se aqui, especialmente, ao modelo federativo brasileiro, que conferindo largo poder ao Senado (onde os estados agrícolas mais atrasados tinham grande influência), colocava o Legislativo sob o controle político das regiões em que os interesses latifundiários exerciam domínio incontestado, o que lhes permitia barrar, sistematicamente, quaisquer alterações que colocassem em xeque o ordenamento econômico tradicional.

Formulações como estas permitem a Furtado concluir que o Brasil não conheceu “o tipo de revolução burguesa que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa”, à medida que, aqui, a industrialização apenas se estabeleceu como um “subproduto do realismo na defesa dos interesses cafeicultores” – “uma decorrência da crise da economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante dessa crise”¹⁶⁹. Ou seja, o país entrou na fase das modificações capitalistas estruturais com classes dirigentes que, no essencial, eram praticamente as mesmas do período anterior, sem consciência deste processo e, como decorrência disto, sem uma política industrial definida.

¹⁶⁸ Ibid.:112.

¹⁶⁹ Ibid.: 129 e 113.

Além da dimensão social conciliadora, com relação aos grupos agrários tradicionais, a burguesia industrial brasileira, segundo Furtado, enveredou, também, pela via da concessão aos capitais estrangeiros. Esta associação com esses capitais que, do ponto de vista dos interesses empresariais talvez tenha sido a mais racional para solução de alguns problemas imediatos, revelou-se, no entanto, perversa da perspectiva da nação. E isto, na medida em que a economia industrial desenvolveu-se em estreita dependência das divisas externas e, portanto, em contradição com a capacidade decrescente do país para importar. Dada a forma de associação estabelecida, grupos internacionais se apropriaram de parte da poupança nacional, “*a taxas negativas de juros*”, e a política cambial, que os favorecia, permitiu-lhes que “*reintroduzissem no país a uma taxa de juros favorecida os lucros que aqui auferiam e remetiam para o exterior*”. O resultado foi o “*amplo processo de desnacionalização da economia*”, que levou ao “*estrangulamento externo*”, deixando às claras as contradições entre os “*interesses mais amplos do desenvolvimento nacional e os interesses particulares de milhares de empresas controladas por grupos estrangeiros*”¹⁷⁰. A burguesia industrial brasileira, tão amplamente dependente do grande capital externo, não teve condições de perceber nem a natureza e nem a profundidade dos problemas nacionais. Por isto, como solução para a limitada capacidade para importar, buscou, apenas, recuperar a confiança dos investidores externos e atrair os capitais forâneos, mediante novas e mais profundas concessões, numa linha de atuação que apenas aprofundou a dependência, o endividamento externo e a desnacionalização do país.

Importante que se atente, desde já, para os desdobramentos político-sociais, extraídos por Furtado, deste processo *sui generis* de transição capitalista. A burguesia industrial brasileira, que emerge da análise, é um segmento de classe gestado em íntima conexão com a economia colonial e que, historicamente, não consegue se mostrar à altura de suas tarefas nacionais, econômicas ou políticas. Trata-se de uma burguesia cuja peculiaridade somente as condições do atraso

¹⁷⁰ Ibid.: 132, 133.

brasileiro podem explicar: uma classe com dificuldades de diferenciação ideológica frente às elites agrárias, impossibilitada de se contrapor plenamente aos interesses do campo; um grupo social disposto à conciliação com os setores latifundiários, mesmo os mais atrasados (os ligados à produção interna de consumo), em defesa da propriedade privada dos meios de produção, especialmente nos momentos de tensões sociais agravadas; sempre disposta a concessões a “*grupos capitalistas externos*” e, por isto mesmo, incapaz de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo.

São evidentes as conclusões a que conduzem estas análises: se as instituições políticas clássicas, como por exemplo o Legislativo, mostram-se inoperantes no que diz respeito à modernização capitalista; se faltam espírito empresarial e liderança nacional aos industriais, cujas limitações de consciência de classe e de expressão política os inabilitam para um projeto coerente de desenvolvimento autônomo, algo deverá tomar o lugar destas instituições e desta burguesia na condução das reformas que coloquem fim aos desequilíbrios estruturais do país. Como bem se pode perceber, um poder *ex-machina*, fora dos arranjos convencionais das classes dominantes, deverá imprimir racionalidade ao desenvolvimento capitalista brasileiro. Este poder, capaz de condicionar formas de atuação e engendrar uma política industrial consistente, será um certo tipo de Estado de larga atuação intervencionista, manejado por uma elite intelectual, que em razão das funções e do lugar especial que ocupa na sociedade, estará em condições de viabilizar um projeto de reformas. Mas, entre a concepção de uma burguesia nacional, incapaz de realizar seu papel histórico, e a idéia de um Estado interventor e suas elites planificadoras, existe um largo caminho de formulações que é necessário percorrer, sob pena de se eliminar mediações, que neutralizam leituras esquemáticas. E isto porque, neste percurso, Furtado não só analisa a estrutura social singular dos países periféricos, como também, a especificidade da luta de classes e da organização política no mundo subdesenvolvido, tendo, sempre, o caso brasileiro como referência essencial.

Celso Furtado rejeita a idéia da luta de classes como força motora na história geral da humanidade, nos moldes da clássica formulação de Marx. No entanto, reserva um tratamento diferente ao capitalismo industrial, quanto à esta questão, pois, este sim, teria dado origem a uma sociedade marcada por instabilidades internas muito maiores do que as organizações sociais que o antecederam. Para ele, a concentração das massas trabalhadoras transformou as lutas de classes em componente central, dinamizador da sociedade capitalista – *“pela primeira vez o principal elemento motor no processo histórico deixa de ser os conflitos entre facções da classe dominante, pertencentes a um mesmo grupamento político ou a grupamentos diversos, para ser os conflitos engendrados pela própria organização social”*¹⁷¹.

Convém, no entanto, uma aproximação mais substantiva ao modo como Furtado trata esta problemática no capitalismo central. A análise de suas concepções revela uma certa inspiração schumpeteriana pois, nos moldes da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter¹⁷², Furtado relaciona o processo de desenvolvimento econômico às inovações tecnológicas e às mudanças culturais daí decorrentes, responsabilizando-as pelos conflitos sociais. É com este sentido que se pode entender seu conceito de desenvolvimento econômico como *“um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”*¹⁷³.

A penetração das inovações tecnológicas numa cultura, segundo Furtado, inevitavelmente, provoca resistências que ganham a forma de conflitos sociais – que, em diferentes graduações, podem ir da violência à persuasão –, resultados da *“busca consciente de valores que se excluem”*. A explicação para isto está no fato de que as *“inovações introduzidas na superestrutura de valores suscitam reações*

¹⁷¹ Ibid.: 37.

¹⁷² SCHUMPETER, 1985:cap.II.

¹⁷³ Ibid.: 27.

maiores – provocando conflitos mais agudos – que aquelas que penetram no sistema produtivo”. Os interesses contrariados, que no início têm expressão limitada, manifestam-se intensamente na fase posterior, de difusão das inovações tecnológicas. De modo a esclarecer esta afirmação, Furtado lembra, que um “*novo produto pode provocar uma baixa de renda em uma região agrícola distante, e [este] novo processo pode dar início a certo desemprego*” gerando, em decorrência, um conjunto de reações sociais que podem ir das migrações internas aos conflitos sociais¹⁷⁴.

Em sociedades como capitalista industrial, caracterizada pela propriedade privada dos meios de produção, os conflitos, decorrentes das inovações no processo produtivo, tendem a assumir a forma de luta de classes. E isto porque o acirramento da concorrência entre os produtores, a partir da difusão das inovações técnicas, impõe a redução dos custos de produção que, no geral, prejudicam a classe trabalhadora, pois estes, invariavelmente, assumem a forma de compressão salarial ou desemprego. Assim,

*“ se bem a concorrência seja **entre produtores**, os seus efeitos últimos se traduzem em conflitos entre proprietários de bens de produção e assalariados. Tomando consciência de que os objetivos que buscam se excluem, pois se trata de uma divisão do produto, os dois grupos tendem a uma articulação crescente, transformando-se em classes que se organizam para uma luta que, nas sociedades capitalistas, assume significação decisiva no processo social”*¹⁷⁵

Na maioria das formações sociais, uma inovação tecnológica sempre provoca o aumento da produção, gerando excedentes que poderão ser utilizados para expandir a capacidade produtiva ou melhorar, de forma imediata, o “*bem-estar social*”. No caso das sociedades em que os meios de produção são propriedade privada, seus detentores retêm esse excedente, dando origem a um processo de formação de

¹⁷⁴ Ibid.: 27 e 28.

¹⁷⁵ Ibid.: 28.

capital. É esta idéia que permite a Furtado concluir que a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e a formação de capital, que está na base do desenvolvimento econômico, estão inexoravelmente associadas. Assim, os conflitos de classes que resultam do mecanismo de apropriação do excedente, que por sua vez é responsável pelo aumento da capacidade produtiva, longe de promoverem a estagnação, possibilitam, na realidade, o avanço tecnológico e desenvolvimento econômico.

Na fase mais avançada do capitalismo, especificamente, o impulso dinâmico é dado pela luta da classe trabalhadora para aumentar sua participação na riqueza social produzida. E isto porque estas pressões, que colocam em xeque as taxas de lucro dos capitalistas, forçam as inovações tecnológicas, que tendem à redução da demanda de força de trabalho. Vistas apenas por este ângulo, as inovações seriam tão somente uma força geradora de desemprego e depressão na economia. Mas, elas também são responsáveis por transformações estruturais, modificando as funções de produção e redirecionando os padrões de consumo pela via da alteração dos preços relativos.

As inovações tecnológicas, aqui apresentadas como a base do desenvolvimento econômico, não são, no entanto, responsáveis apenas por mudanças significativas no sistema de produção. Elas provocam reações em outras instâncias, dada a interdependência entre os vários setores da sociedade. Assim, as modificações na estrutura econômica tendem a se traduzir em transformações expressivas na estrutura social e nas esferas políticas e institucionais.

A partir da constatação de que “*a luta de classes constitui elemento motor do desenvolvimento das sociedades de economia capitalista industrial*”¹⁷⁶, surge a inevitável pergunta: com o desenvolvimento capitalista os conflitos de classe tenderiam a se intensificar ou, pelo contrário, diminuiriam paulatinamente? Celso Furtado lembra que a sociedade industrial moderna, marcada por uma instabilidade que as organizações sociais precedentes não conheceram, foi obrigada a conviver

¹⁷⁶ Ibid.: 41.

com uma atividade política mais intensa e a absorver a participação de amplos setores da classe trabalhadora. Desta forma, na expectativa de neutralizar a ocorrência de processos revolucionários, o capitalismo avançado respondeu com a criação de modelos políticos que permitiram a expressão institucional e regular dos conflitos de classes. Assim, nos países centrais desenvolveram-se organismos políticos capazes de absorver a participação organizada dos trabalhadores em partidos políticos e sindicatos, que canalizaram os conflitos sociais.

E o mundo capitalista periférico? Como se desenrola este processo nas nações subdesenvolvidas, que absorvem tecnologia *“por empréstimo”* e apresentam uma estrutura econômica dualista? Nelas, sem dúvida, tudo se passa de modo muito diferente.

Como já se disse o desenvolvimento na periferia do capitalismo, segundo Furtado, ocorre, por um lado, pela absorção de fatores de produção da economia arcaica preexistente e, por outro, pela utilização de tecnologia transplantada das áreas mais desenvolvidas. Isto permite que os capitalistas fiquem em uma situação privilegiada frente aos trabalhadores industriais, em razão da grande oferta de mão-de-obra (remanescente da agricultura arcaica) que a tecnologia industrial importada (poupadora mão-de-obra) não absorve, gerando-se, com isto, uma situação tendente a inibir o processo de luta de classes. Como decorrência, o setor capitalista das economias periféricas mostra-se, no geral, muito pouco dinâmico, com forte tendência à estagnação e acostumado, desde cedo, a elevadas taxas de lucro que não são postas em xeque por pressão das *“massas trabalhadoras”*.

Cabe, ainda, saber-se o que são estas *“massas trabalhadoras”*, incapazes de exercer pressão suficiente sobre os capitalistas e, no limite, impulsionar o desenvolvimento social. De modo geral, Furtado refere-se aos assalariados urbanos, empregados no setor terciário (*“que é mais um estrato social do que uma classe propriamente dita”*); aos subempregados que vivem nas grandes cidades, expulsos pela miséria do campo, ocasionalmente absorvidos em obras públicas e construção civil; à massa

camponesa, dispersa, submetida aos latifundiários, incapaz de desenvolver consciência de classe ou movimento político autônomo; aos operários industriais, agrupamento homogêneo, porém numericamente inexpressivo. Estes, ao contrário do operariado dos países centrais, têm dificuldades na formação da consciência de classe pois, principalmente, a primeira geração não consegue perceber sua condição como o resultado de um processo de degradação social, como ocorre com os artesãos europeus durante a Revolução Industrial. Ao contrário, vindos em sua maioria de condições muito semelhantes às de “*um servo rural*” (Celso Furtado está se referindo aos migrantes que, partindo de Minas Gerais e do Nordeste, dirigiam-se a São Paulo), os operários vêm-se em ascensão social¹⁷⁷.

Num quadro como este, de ausência de um processo clássico de luta de classe, os setores dominantes dos países subdesenvolvidos ficam incapacitados de solucionar suas contradições internas. Isto ajuda entender porque “*o grupo latifundiário que controla boa parte do poder político, através das bases rurais, e atua como força depressiva sobre o processo de desenvolvimento, pode conservar por muito tempo, uma influência dominante. Da mesma forma, interesses externos ligados ao setor exportador podem impedir, em benefício próprio, o crescimento do mercado interno, sem que isso suscite reações de maior monta dentro do próprio sistema econômico*”¹⁷⁸.

Celso Furtado não chega afirmar a inexistência completa de contradições entre os grupos ligados à velha estrutura agrária e os setores industriais emergentes. Porém, esta não seria uma contradição fundamental, uma vez que a agricultura também depende da acumulação industrial, constituindo o interno seu principal mercado. Talvez por isto, “*os grupos dirigentes do capitalismo industrial não hajam tomado consciência de que a parasitagem do setor agrário semifeudal tende a entorpecer o processo de industrialização. Entretanto, longe de ser simples redistribuição de um excedente, a atuação dos grupos agrários semifeudais reveste-se da forma de uma*

¹⁷⁷ FURTADO, 1966:102.

¹⁷⁸ FURTADO, 1964:91.

esclerose do sistema econômico, estrangulando a industrialização mediante uma extrema rigidez na oferta de alimentos”¹⁷⁹.

A esta altura, algumas afirmações anteriores devem ser retomadas, para uma síntese e, ao mesmo tempo, para conduzir a análise a um outro patamar. No início dos anos 60, frente ao impasse econômico, à tensão social e aos abalos da ordem institucional, Celso Furtado explica a crise brasileira em termos dos problemas gerados pela industrialização espontânea e pela organização *sui generis* de suas classes sociais, em que a pressão dos trabalhadores é insuficiente para empurrar os capitalistas para a concorrência e o desenvolvimento, e que o empresariado industrial, acomodado às instituições políticas tradicionais e conciliado com os setores agrários, não consegue se diferenciar organicamente das antigas elites. Num quadro de crise como este – em que a estagnação compromete a superação do subdesenvolvimento, a crise política coloca em risco o tecido social e as elites mostram-se inapetentes frente à ação histórica transformadora –, a solução deve vir “de fora” dos conhecidos arranjos políticos de classe, de um poder capaz moldar conscientemente um plano de reforma da sociedade. Este poder é o Estado que, acima das classes e atuando numa dimensão própria de racionalidade, é manejado por uma *intelligentsia*, em condição de dar forma aos interesses nacionais, aferir a legitimidade das demandas sociais e responder com eficácia às aspirações da coletividade nacional.

3. REFORMA DO ESTADO E PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO

Como já se afirmou anteriormente, para Furtado, a ausência de liderança política dos industriais era responsável pela a lenta modernização do “*marco institucional brasileiro*” que, ainda nos anos 60, permanecia em mãos das oligarquias

¹⁷⁹ Ibid.:130.

tradicionais, que controlavam a política nacional a partir do Legislativo, onde os estados mais atrasados da União tinham influência decisiva.

Durante o processo de substituição de importações, o Estado brasileiro teve suas funções ampliadas, financiando a reconversão da economia e a extensão da infraestrutura, tornando-se, com isto, um importante instrumento de transformação econômica. No entanto, o Parlamento, tomado pelos representantes das elites tradicionais, mostrava-se incapaz de fornecer os meios necessários para que o Estado ampliasse o seu papel no processo de desenvolvimento econômico. Neste sentido, era bastante esclarecedora a questão do financiamento dos gastos públicos pois,

“O fato de que o Parlamento não capacite a administração para coletar impostos de que necessita e ao mesmo tempo amplie os gastos do governo em função do desenvolvimento, traduz claramente a grande contradição que existe presentemente na vida política nacional. Existe a clara consciência de que o desenvolvimento deve ser postulado como objetivo supremo de toda a política econômica, e por isso se votam as verbas e os planos de obras. Mas como o Parlamento representa apenas uma fração da opinião pública – aquela economicamente mais bem armada para vencer nas eleições, dentro do sistema eleitoral vigente – o investimento público é financiado não com o esforço daqueles que se beneficiam dos frutos do desenvolvimento, e sim com o sacrifício daqueles que não têm acesso a estes frutos”¹⁸⁰.

Estas colocações permitem inferir que, para Furtado, o jogo político parlamentar, nos moldes liberais clássicos, não correspondia às necessidades do processo de transformação capitalista no Brasil, mostrando-se incapaz de responder às imposições de mudanças nas estruturas econômicas, às demandas dos grupos urbanos emergentes e às contradições do desenvolvimento desigual. Em princípio, a reforma do Estado seria a solução para a crescente falta de legitimidade política da classe dirigente e para a necessidade de compatibilizar as instituições políticas

¹⁸⁰ FURTADO, 1962:43.

nacionais com os imperativos da nova ordem industrial,. Mas, em que direção esta reforma deveria ser pensada?

Não se espere de Furtado uma proposta de “democratização” do Estado, nos padrões liberais. O texto abaixo, em que ele se refere à URSS, é bastante revelador,

*“O problema não é, [...]de dar à máquina do Estado uma **organização democrática**. Já hoje ninguém tem dúvida de que qualquer sociedade, ao nível da técnica atual, necessita apoiar-se em complexos aparelhos burocráticos para alcançar os objetivos do próprio desenvolvimento. Do fato de que a sociedade, ao eliminar as classes com interesses antagônicos, haja reduzido a área de conflito, ou haja eliminado dessa área problemas fundamentais como são aqueles relacionados com o processo de formação de capital e de distribuição de renda, não se deduz necessariamente que bastará organizar democraticamente a população para que estes problemas sejam colocados em tela de juízo com a consciência de sua importância”¹⁸¹.*

Maior clareza, ainda, quanto às suas concepções políticas, obtém-se quando são identificados os agentes responsáveis pela “definição das aspirações coletivas”, pelo “trabalho crítico de ação renovadora” e que “põem o sistema para operar, [dando] ao Estado aquela **eficácia** sem a qual ele não sobrevive”. Para Furtado, estes agentes eram a “classe dos trabalhadores intelectuais”, extrato social capaz de “interpretar os valores em todos os campos da cultura” e “identificar aquelas aspirações que traduzem as tendências mais profundas do sentir social”¹⁸².

Nos países subdesenvolvidos e, especificamente, no Brasil – “em uma fase do desenvolvimento da economia capitalista em que a eficácia dos automatismos convencionais se reduziu substancialmente” e que se exige “um aumento da ação consciente do poder público” –, caberia aos intelectuais (“especialistas” em diferentes áreas do conhecimento) “organizar a opinião pública para que ela se

¹⁸¹ FURTADO, 1964: 48,49.

¹⁸² Ibid.: 49.

manifeste organicamente”, estudar sistematicamente os “*problemas mais complexos*”, “*levar ao povo à discussão objetiva dos problemas do desenvolvimento, desintoxicá-lo das promessas fáceis de período eleitoral*”, agir como “*técnicos totalmente desligados das articulações político-partidárias*”¹⁸³. E, conscientes dos fins últimos de sua ação social, traduzi-los “*em elementos de racionalidade*” pois,

*“Desta forma, os homens de formação científica [poderiam] contribuir decisivamente para que os objetivos do desenvolvimento econômico e social não sejam transformados em mitos. A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas se pode evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros”*¹⁸⁴.

Sabendo-se da descrença de Furtado quanto às possibilidades do jogo político parlamentar responder às demandas do desenvolvimento no Brasil e do lugar privilegiado reservado aos intelectuais (“especialistas” e “técnicos” portadores da razão e do saber competente) na ação reformadora do Estado, não é de se estranhar sua proposta de reforço do Executivo, em detrimento do poder Legislativo, largamente veiculada em seus escritos de 62 e 64. Ela se revela plenamente coerente com seu ideário. Em sua avaliação, só o Executivo teria condições de se subtrair ao domínio oligárquico e abrir-se aos interesses dos novos grupos urbanos pois,

“A experiência já demonstrou que, sendo possível criar novos partidos políticos e havendo eleição direta, um movimento de base urbana pode decidir o resultado de uma eleição para os cargos-chave do Poder Executivo. Desta forma, as eleições de Presidente da República e de Governador dos Estados mais urbanizados, têm estado sob a influência crescente de forças que escapam ao controle dos grupos dirigentes tradicionais. Por conseguinte, surgiram condições para que o Poder Executivo represente aquelas forças políticas emergentes que desafiam a tutela dos grupos dirigentes tradicionalistas. As tensões entre os dois

¹⁸³ FURTADO, 1962: 10,32, 62.

¹⁸⁴ *Ibid.*: 63.

centros de poder tenderam, assim, a crescer, no correr dos dois últimos decênios, chegando algumas vezes a traumatizar a ação do Governo, mas igualmente permitindo que se formasse uma consciência mais firme, entre grupos crescentes de população, da natureza dos obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento econômico do país”¹⁸⁵.

Em suma, se a sociedade nacional não é, ou poderia ser, produto do Estado, nos moldes pensados pelos reformadores dos anos 20 e 30, no projeto nacional de Furtado caberia a ele (o Estado), no entanto, a construção do desenvolvimento nacional. Num exercício de “demiurgia”, o Estado, criaria, não a nação no sentido essencial, mas as fundações de um projeto capitalista autônomo, em que a questão nacional confunde-se com uma industrialização auto-sustentada.

V. AO MODO DE CONCLUSÃO

Depois de todo este percurso, chega-se ao ponto em que algumas conclusões são possíveis e necessárias:

1. Celso Furtado, ao sinalizar a especificidade histórica do subdesenvolvimento e a trajetória peculiar do Brasil, no contexto capitalista periférico, deduz um arranjo singular no ordenamento político-social brasileiro – a inexistência das lutas de classe nos moldes dos países centrais, a impossibilidade histórica da burguesia nacional liderar o processo de desenvolvimento, a desarticulação das massas trabalhadoras, incapazes de impulsionar o desenvolvimento social pela via da pressão organizada –, que inviabiliza o pleno funcionamento das clássicas formas políticas de organização nos moldes do capitalismo central, ou seja, parlamento, sindicatos e partidos políticos. Neste vácuo, Furtado propõe o Estado (o Executivo) e a *intelligentsia*, nele incrustada, como “demiurgos” do desenvolvimento: forças capazes de traduzir as aspirações nacionais em um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo;

¹⁸⁵ FURTADO, 1966:102.

2. A análise do papel do Estado no desenvolvimento capitalista do Brasil, no ideário de Celso Furtado, demonstrou que ele não se atém à discussão das dimensões econômicas da questão. Percebe-se claramente, em dados momentos, o predomínio de uma argumentação eminentemente política (os limites da ação do legislativo, a necessidade de reforço político do executivo, a incapacidade da classe burguesa de viabilizar um projeto nacional, a ação inorgânica do operariado etc.) para justificar a participação do Estado e das elites intelectuais no processo de desenvolvimento. Uma abordagem que, de longe, ultrapassa um tratamento nos moldes econômico-keynesianos, *strictu sensu*. Sem colocar em questão a reconhecida dimensão keynesiana do pensamento de Furtado (um “keynesianismo atípico”, como já se disse antes), o que se quis apontar foram as razões pelas quais a argumentação intervencionista reveste-se, em dadas circunstâncias, de uma fundamentação preponderantemente política, em detrimento da econômica;

3. A sugestão foi a de que este tratamento dispensado à questão do Estado é produto das “determinações brasileiras” no ideário cepalino de Furtado. Ou seja, a existência de um substrato ideológico primário, sustentado por um conjunto de condições históricas concretas, ao qual toda a formação intelectual cosmopolita de Furtado (afinada com a renovação do pensamento social no 2º pós-guerra), acomodou-se confortavelmente. E que, é bom salientar, só pôde se revelar plenamente na análise dos textos produzidos nos primeiros anos da década de 60, período em que ele, intelectual engajado, viu-se confrontado com os desafios da prática política reformadora. Neste momento, em que suas formulações desenvolvimentistas revestem-se mais do que nunca da dimensão ideológica restrita¹⁸⁶, evidenciam-se os fundamentos remotos de suas concepções, cuja urdidura está em sintonia com uma larga memória intelectual brasileira que, em momento anterior da análise, chamou-se de “fascínio pela questão nacional”. Em suma, pretendeu-se demonstrar que o ideário de Furtado, para além da reconhecida influência cepalino-keynesiana, deita raízes

¹⁸⁶ Cf. p.76.

numa tradição do pensamento social no Brasil que, frente à “nação inconclusa”, projetou ideologicamente, desde o final século XIX, formas de construção nacional;

4. O que esteve em jogo, nesta proposta de análise, foi a idéia de que um conjunto de condições históricas e sociais, peculiares ao modo de ser e ir sendo do capitalismo no Brasil, fizeram com que a questão do Estado ganhasse acentuada relevância para os intelectuais envolvidos em projetos de construção nacional. Assim sendo, um tema recorrente percorreu o pensamento da *intelligentsia* engajada, num espectro muito amplo que vai dos teóricos da modernização conservadora (os pensadores “autoritários”) aos intelectuais comprometidos com o nacionalismo desenvolvimentista: a importância de se dar combate à disfuncionalidade do Estado brasileiro. Ou seja, a premência de se implementar um processo de racionalização na estrutura e no modo de operação dos organismos estatais, a desconfiança frente ao jogo político no parlamento (sempre visto como espaço privilegiado de ação das elites tradicionais) e na postulação da importância das elites “técnicas” para a construção da modernidade capitalista no país. E isto em função da dimensão demiúrgica atribuída ao Estado na questão nacional, à medida da inapetência ou impossibilidade da burguesia nacional realizar a modernização capitalista no país;
5. Procurou-se, também, acentuar que o reconhecimento da forte presença da “tradição do nacional” não deve anular a percepção dos elementos inovadores do pensamento de Furtado, que vão da forma intelectual de expressão do projeto nacional –a análise macro-econômica–, passando pela identidade entre nação e desenvolvimento, com base na industrialização auto-sustentada, até chegar a uma visão substantiva da questão democrática.

Em Furtado não se encontrou uma teorização sobre a democracia, nem mesmo em seus textos eminentemente políticos, do imediato pré-64. Mas, ficou evidente que a questão democrática, para ele, reveste-se de aspectos que não residem no jogo político liberal. Seu olhar reformador busca a “substância econômica” para a construção nacional da democracia: a superação do subdesenvolvimento; a

interiorização das esferas de decisão; a equação keynesiana da demanda efetiva, a partir da atuação do Estado, responsável pela alocação da riqueza que o jogo do mercado não possibilita. A ação planejadora e compensatória do Estado e da sua intelligentsia, portadora de uma racionalidade superior, é que devem assegurar o interesse coletivo, a superação da miséria e as profundas desigualdes, de modo a permitir o bem-estar social na nação finalmente construída.

VI. BIBLIOGRAFIA

1. GERAL

- ABDALA JR, Benjamin. “Sílvia Romero- História da literatura brasileira”, MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico* (2). São Paulo, SENAC, 2001.
- ABREU, M. de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso. Cem Anos de Política Econômica Republicana - 1889/1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- AGARWALA & SINGH . *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro. Forense, 1969.
- *América Latina: El Pensamiento de la CEPAL*. Santiago, Ed. Universitária, 1959.
- *Análises e Projeções do Desenvolvimento Econômico*. Grupo Misto BNDE-CEPAL. Rio de Janeiro, 1957.
- AGLIETTA, Michel. *Regulacion y Crisis del Capitalismo: la Experiencia de los Estados Unidos*. Madri, Siglo XXI, 1979.

-
- ARNDT, H.W. *Economic Development: The History of an Idea*. Chicago, The University of Chicago Press, 1987.
 - BASTOS, Elide Rugai. “A sociologia nos anos 30”, D’INCAO, Maria Ângela (org.) *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Ed. UNESP, 1989.
 - BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim de (org.), *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993.
 - BENEVIDES, Maria Victória de M. *O Governo Kubitschek- Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, 2ª ed.
 - BETTELHEIM, Charles. “A Problemática do ‘subdesenvolvimento’”, PEREIRA, Luis (org.), *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
 - BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luis Felipe L. e REGO, José M, *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Ed. 34, 1996.
 - BIELCHOWSKY, Ricardo, “Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino”, *Revista de Economia Política*, v.9, n.4, out-dez.1989. São Paulo, Brasiliense.
 - _____ *Pensamento Econômico Brasileiro, O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.
 - BOYER, Robert. *A Teoria da Regulação: Uma Análise Crítica*. São Paulo, Nobel 1990.
 - BRESCIANI, Maria Stella M., “O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana, Cientista Social”, SILVA, Sérgio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.),

História Econômica da Primeira República. São Paulo, EDUSP, HUCITEC, 2002, 2ª ed.

- CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, 26ª ed.

_____ *Sílvio Romero: Teoria, Crítica e História literária*. São Paulo, EDUSP, 1978.

- _____ *O Método Crítico de Sílvio Romero*. São Paulo, EDUSP, 1988.
- CARDOSO, F. Henrique. *As Idéias e seu Lugar, Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1995, 2ª ed.

_____ “La Originalidad de la Copia: la CEPAL y la Idea de Desarrollo”, in *Revista de la CEPAL*, 1977.

- CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do Pensamento Político de Celso Furtado: Desenvolvimento, Nacionalidade e Estado Democrático*. São Paulo, FFLCH/USP, 1998 (mimeo).
- CHAUI, Marilena, FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado. Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*. São Paulo, E. Ed. Ad Hominem, 1999, 2ª ed.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e Humanismo. Ensaio de Crítica Marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

-
- CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, 2ª ed.
 - DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil:1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
 - DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
 - FARO, Clovis de, SILVA, Salomão L. Quadros da. “A década de 50 e o Programa de Metas”, GOMES, Ângela de Castro (org.), *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. FGV/CEPDOC, 1991.
 - FIGUEIREDO, António Manuel e COSTA, Carlos S. *Do Subdesenvolvimento: Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em Torno de Um Conceito*. Lisboa, Ed. Afrontamento, 1986.
 - FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O Capitalismo em Construção*. São Paulo, Brasiliense,1989.
 - FORACCHI, Marialice M.(org.), *Mannheim*, SP, Ática, 1982.
 - FREITAS, Marcos Cezar (org.), *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.
 - GRZYNSZPAN, Mario. *Ciência, Política e Trajetórias Sociais. Uma Sociologia Histórica da Teoria das Elites*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.
 - GUIMARÃES, Juarez – “A trajetória intelectual de Celso Furtado”, TAVARES, Maria da Conceição (org.), *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

-
- GUIMARÃES, M. Eugênia – *Celso Furtado: A Utopia da Razão. Um Estudo Sobre o Conceito de Subdesenvolvimento (1945-1964)*. Tese de Doutorado, FFLCH da USP, 1999 (mimeo).
 - GURRIERI, Adolfo (org.). *La Obra de Prebisch en la Cepal*. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.
 - GUZMÁN, Gabriel, *El Desarrollo Latinoamericano y la CEPAL*. Barcelona, Ed. Planeta. 1976.
 - *Grupo de Desenvolvimento do Nordeste - Um Plano em Marcha*, nº 6, Serviço de Documentação do Ministério de Viação e Obras Públicas, 1957.
 - HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1989.
 - HIRSCHMAN, A. O. *Política Econômica para a América Latina*. RJ, Fundo de Cultura, 1965.
 - _____ “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia. Uma Abordagem Generalizada”. *Estudos CEBRAP nº 18*. SP, out/dez. 1976.
 - HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
 - IANNI, Octávio. “A dialética da História”. D’INCAO, Maria Ângela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Ed. UNESP, 1989.
 - _____ *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
 - IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

- KEYNES, J.M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo, Ed. Atlas, 1982.
- LACOSTE, Yves. *Os Países Subdesenvolvidos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- LAHUERTA, Milton, “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”, LORENZO, Helena Carvalho de, COSTA, Wilma Peres da (org.). *A Década de 20 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo, Fundação Ed. da UNESP, 1997.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1969.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60)”, GOMES, Ângela de Castro, *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. FGV/CPDOC, 1991.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo, Nobel, 1988.
- LORENZO, H.C. de e COSTA, W.P. da (org.). *A Década de 20 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo, Fundação Ed. da UNESP, 1997.
- LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*. Petrópolis, 1997.

_____ *Os Economistas no Governo: Gestão Econômica e Democracia*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 1997^a.

- LOVE, Joseph L. *A Construção do Terceiro Mundo: Teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- MALLORQUIN, Carlos, *La Idea del Subdesarrollo: el Pensamiento de Celso Furtado*. México, Univ. Aut. México, 1993. (mimeo).
- MANNHEIM, K., *Diagnóstico de Nosso Tempo*. RJ: 1973.
_____ *Ideologia e Utopia*. RJ, Zahar: 1972.
- MANTEGA, Guido, “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”, *Revista de Economia Política*, v. 9, n.4, out-dez.1989. São Paulo, Brasiliense.
_____ *A Economia Política Brasileira*. São Paulo, Petrópolis, Vozes: 1984.
- MEDEIROS, Jarbas, *Ideologia Autoritária no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV: 1978.
- MYRDAL, Gunnar. *Aspectos Políticos da Teoria Econômica*. São Paulo, Nova Cultural: 1984.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à Utopia: O Pensamento Social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1985.
- MORAES, R.C.C. *Planejamento: Democracia ou Ditadura? Intelectuais e Reformas*, 1987, USP (mimeo.).
_____ *Celso Furtado: O Subdesenvolvimento e as Idéias da CEPAL*. SP, Ed. Ática, 1995.

- NAPOLEONI, Claudio. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da Política.- Idéias para a Reforma Democrática do Estado*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- NURKSE, Ragnar. “Problemas da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos”, *Revista Brasileira de Economia*, nº4. Rio de Janeiro, dez.1951.
- OLIVEIRA, Francisco de, *Celso Furtado*. São Paulo, Ática, 1983.

_____ “Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro”, *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____ “Viagem ao Olho do Furacão. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro”, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 48, julho/1997.

_____ *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

_____ “Crítica à razão dualista”, *Estudos CEBRAP 2*. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, outubro-1972.

- PÉCAUT, Daniel, *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação*. São Paulo, Ática,1990.
- *Pensamento em Crise e As Artimanhas do Poder*. Seminários- Debates. SP, UNESP, 1988.
- PERROUX, François. *A Economia do Século XX*. Lisboa, Herder, 1967.

_____ *A Economia das Jovens Nações*. Lisboa, Livraria Moraes Editora, 1964.

- PIVA, Luís Guilherme. *Ladrilhadores e Semeadores*. SP, Ed.34, 2000.
- PREBISCH, Raul, *Keynes, Uma Introdução*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

_____ *Estudio Económico de América Latina*. N.Y., CEPAL, Nações Unidas, 1951.

_____ “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 1950.

_____ “Cinco Etapas de mi Pensamiento Sobre el Desarrollo”, *Raul Prebisch, un Aporte de su Pensamiento*. Santiago de Chile, CEPAL, 1987.

- RANGEL, I. “História da Dualidade Brasileira”, *Revista de Economia Política*, vol. 1, n. 4, 1991.
- RAGO Filho, Antonio. “Posfácio”, CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo, E. Ed. Ad Hominem, 199,2^a ed.
- RAGO, Maria Aparecida de Paula. *O Demiurgo da Construção Nacional: A Ideologia Industrialista de Azevedo Amaral*. São Paulo, PUC, 1993 (mimeo.).
- REGO, José Márcio (org.), *Retórica na Economia*. São Paulo, Ed. 34, 1996.
- RODRIGUES, José Honório, *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
- RODRIGUEZ, Octavio, *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.

- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo, Ed. Best Seller, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia M., *O Espetáculo das Raças*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- SCHWARZER, H. *A CEPAL: A Teoria Clássica e a Proposta de Transformação Produtiva Com Equidade Social*. Universidade Federal do Paraná, 1993 (mimeo.)
- SCHWARTZMAN, Simon. *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília, UNB, 1981.
- SCHUMPETER, Joseph . *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- SILVA, Ricardo Virgulino da. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. São Paulo, USP, 1998 (mimeo.).
- SILVA, Sérgio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, EDUSP, HUCITEC, 2002, 2ª ed.
- SOLA, Lourdes. *Idéias Econômicas, Decisões políticas: Desenvolvimento, Estabilidade e populismo*. São Paulo, EDUSP, 1998.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. “Sobre a Formação da *Formação Econômica do Brasil*”, *Estudos Avançados* 37, v. 13- setembro/dezembro 1999. São Paulo, USP.

_____ (org.). *KEYNES*. São Paulo, Ática, 1984.

-
- TAVARES, Maria C.; ANDRADE, Manuel C.; PEREIRA, Raimundo R. *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
 - TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo, Ática, 1978.
 - VENTURA, Roberto. *Escritores, escravos e mestiços. (Raça e natureza na cultura brasileira)*. São Paulo, Tese de doutoramento, USP: 1988 (mimeo).
 - VIEIRA, Evaldo. *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo. (Um Estudo sobre Corporativismo e Autoritarismo)*. São Paulo, Grijalbo: 1976.
- _____ “Oliveira Viana e o Estado brasileiro no final do século XX”, BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim de (org.)- *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Ed. UNICAMP: 1993.
- VIEIRA, Rosa Maria. *O Pensamento Industrialista de Roberto Simonsen*. USP, 1987 (mimeo).
- _____ “Celso Furtado: Auto-retrato e Retórica”, BRESSER-PEREIRA, L. C., REGO, J.M. (org.)- *A Grande Esperança em Celso Furtado*. São Paulo, Editora 34, 2001(a).
- _____ *Celso Furtado- História e Estado na Teoria do Subdesenvolvimento*. São Paulo, FGV/NNP, Série Relatórios de Pesquisa, Relatório nº 47/2001(b).
- ZAMORA, Francisco. “Subdesenvolvimento e política global de desenvolvimento”, PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.

2. OBRAS DE CELSO FURTADO

- “Características da Economia Brasileira”, *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, mar.1950.
- “Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico”, *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, set. 1952.
- *Economia Brasileira: Contribuição à Análise de seu Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, A Noite, 1954.
- “O Desenvolvimento Econômico”, *Revista Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, n.1, 1955.
- *Uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro, A Noite, 1956.
- *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
- *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, DASP, Serviço de Documentação, 1960.
- *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.
- “La Hegemonia de Estados Unidos y El Futuro de América Latina”, *La Dominación de América Latina*, MAR, José Matos (org.). Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1968.

- *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Lia Editor, 1969.
- *Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- *A Economia Latino-americana*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1975.
- *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- *Ares do Mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- *O Longo Amanhecer*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

VII. ANEXO: ENTREVISTA COM CELSO FURTADO

Realizada por Rosa Maria Vieira em 6 de agosto de 2001, no Rio de Janeiro, e revista por Celso Furtado em julho de 2002.

RM – Professor, entre os intelectuais brasileiros, o senhor é um dos pensadores que mais expôs sua biografia intelectual à cultura internacional. Fez o doutorado na França, viveu a experiência da CEPAL (Chile), passou por Cambridge etc. Porém, eu gostaria de começar nossa entrevista perguntando sobre as influências nacionais, sobre os pensadores brasileiros que considera relevantes para sua formação, que o influenciaram, pelo menos, inicialmente.

CF – Não é fácil responder a esta questão, porque não me recordo de ter sido influenciado por um pensador brasileiro. Não houve um autor brasileiro que eu admirasse propriamente, com a força com que admirei *Facundo*, de Sarmiento. Na verdade, fui influenciado profundamente por certos homens de ação, como o economista argentino Raúl Prebisch. Conheci-o quando saí do Brasil e fui trabalhar na CEPAL. Eu já estava querendo interpretar o subdesenvolvimento, o porquê do desenvolvimento atrasado na América Latina. No Brasil, tenho uma dívida com alguns estudiosos do país, a começar pelo Simonsen.

RM – Roberto Simonsen?

CF – Sem a obra de Roberto Simonsen eu nunca teria escrito o *Formação econômica do Brasil*. É interessante lembrar que Simonsen reuniu um material riquíssimo sobre o período colonial brasileiro. Ele não passou do período colonial, mas foi tão abundante o material que recolheu, que quem quiser pensar o Brasil dessa época deve partir dele. No Nordeste, o autor que provavelmente mais me impressionou, de forma diferente de Simonsen, foi Gilberto Freyre. Gilberto pensava o Nordeste, li com interesse seu clássico *Casa-grande & Senzala*.

Mas não aceitei a visão do Brasil de Gilberto. Era esta uma visão conservadora e que, de alguma maneira, legitimava o escravismo, marca definitiva do Brasil. Sua obra era uma legitimação sutil desse estado de coisas, mas ainda assim ajudou-me a pensar a sociedade brasileira, libertando-

nos do enfoque racista que até então dominava o pensamento brasileiro. Nina Rodrigues, grandes escritores como Euclides da Cunha, e muitos outros, eram racistas, influenciados por um pensamento de cunho racista vindo da Europa e que aqui se implantou. Mas também desde cedo houve uma reflexão contrária a essas idéias. Gilberto Freyre é o seu vetor: teve a oportunidade de estudar nos Estados Unidos no momento em que a antropologia social avançava com Franz Boas. Gilberto herdou de Boas uma visão muito moderna do problema racial. Foi a que trouxe para o Brasil. Guardei dele algumas influências, como guardei de Roberto Simonsen o conhecimento factual da economia brasileira na época colonial.

RM – O senhor em uma entrevista dada, em 1997, à Maria da Conceição Tavares, a Manuel Correia de Andrade e a Raimundo Pereira sobre o Nordeste, refere-se a Guimarães Duque como seu mestre. Eu gostaria que o senhor falasse a respeito...

CF – Ele me influenciou pelo lado da ecologia. Era um agrônomo, com grande formação científica, um pesquisador.

RM – Ele é contemporâneo da SUDENE?

CF – Sim, foi contemporâneo da SUDENE. Mas era mais mais ou menos da geração de Gilberto Freyre. Guimarães Duque foi um estudioso do problema do clima do Nordeste. Foi ele quem primeiro expôs com clareza a realidade desse clima, das chamadas “secas”, mostrando que a periodicidade destas era um dado da natureza perfeitamente superável pelo homem. Foi ele que me orientou no estudo dos problemas ecológicos do Nordeste. Eu só entendi o Nordeste a partir do conhecimento da obra dele.

RM – Voltando a Gilberto Freyre... No seu “Auto-retrato intelectual”, em dado momento o senhor cita Gilberto Freyre como o pensador que teria lhe revelado a sociologia americana. Isto procede? E em que medida?

CF – É exatamente o que eu disse acima. A influência que Boas teve sobre Gilberto refletiu-se em nós. Era mais antropologia do que sociologia. Tratava-se de compreender que a dimensão

cultural era independente da etnia, da raça: liberar os pensadores brasileiros do preconceito de raça, que era uma sujeição mental. O próprio Euclides da Cunha sofreu essa tirania doutrinária do racismo. Entretanto, ele a superou – fugindo um pouco à tirania da ciência da época, quase como num passe de mágica – , porque “Os Sertões” foram resultado de contato direto com o povo brasileiro. Foi quando ele percebeu que esse povo em nada era inferior que, impressionado, começou a acreditar no Brasil. Estudar o Brasil, nessa época, era algo complicado, pois ainda havia quem acreditasse em “raça degenerada”, um típico entulho intelectual.

RM – Este entulho, o senhor está se referindo às teorias raciais?

CF –Elas eram aceitas como a ciência mais sofisticada. Entretanto, era, na verdade, uma forma de submeter-se ao imperialismo europeu, em época que Europa dominava o mundo...

RM – O senhor cursou Direito na Universidade do Brasil, formando-se em 1944. Eu tenho muita curiosidade, como historiadora, de saber o que se lia, em termos do pensamento social no Brasil, na Faculdade de Direito. De que autores, que o tenham marcado naquele momento de formação, o senhor se lembra?

CF – Quando estudei direito, minha orientação já era para economia. Mas não havia, no Brasil, curso superior de economia. Comecei a ler história econômica e diversos livros de economia, em espanhol, pois foi quando surgiu o Fondo de Cultura Económica, do México, que publicava muitas obras, como por exemplo a de Max Weber, a que tive acesso. Li Max Weber durante os anos da faculdade: a sua obra *Economia e sociedade*. Mas não li somente sociologia, li muita economia também, que o Fondo de Cultura publicava abundantemente. Essa editora foi uma revolução cultural na minha geração. Nós, que estávamos limitados a uma bibliografia francesa, tivemos acesso a uma profusão de obras de autores de outras línguas.

RM – De que obras o senhor se lembra?

CF – Lembro-me, por exemplo, da obra de Alfred Weber, *História da cultura*, que me impressionou muito, embora fosse de alcance limitado. Ainda assim, abriu-me horizontes. Havia

obras específicas de economia, de autores de língua inglesa, que nessa época já chegavam ao Brasil. Eu já lia um pouco de espanhol desde rapazinho porque em minha casa havia uma enciclopédia em espanhol em vinte volumes, que meu pai havia comprado. Mas meu pai, lá no Nordeste, me advertia de que se eu quisesse conhecer o mundo, tinha de saber inglês. Ele contratou um professor — um inglês, Mr. Vance — para me dar aulas práticas de inglês. Mas as obras de economia mais facilmente chegavam ao Brasil em versão espanhola, graças ao fantástico esforço feito no México para traduzi-las. Esse trabalho de divulgação do Fondo de Cultura deve-se ao sociólogo José Medina Echavarría, que anos depois eu convidei para integrar os quadros da CEPAL.

RM – Ah, o senhor é que...

CF – Fui a Porto Rico conversar com ele, pois andava entusiasmado com sua obra *Sociologia da cultura*.

RM – Que outros interesses o sr. tinha nos anos universitários?

CF – Nessa época comecei a estudar os problemas do planejamento, por influência de autores norte-americanos. Fordismo, taylorismo, organização racional do trabalho: tudo ia me levando ao planejamento. Nessa época escrevi um trabalho intitulado “Trajetória da democracia na América”, que mostrava como as instituições políticas tinham evoluído nos Estados Unidos. Inscrevi-o num concurso do Instituto Brasil-Estados Unidos, e só algum tempo depois, quando eu já estava na França fazendo meu doutorado, em 1948, soube que o ensaio havia sido premiado pelo IBEU. Ganhei uma boa quantia e o Instituto publicou o trabalho. Conto isso para mostrar o variado horizonte das minhas leituras nos anos de estudos universitários. Há, porém, uma tônica: a idéia de Estado, de organização do trabalho e, fundamentalmente, de administração pública.

Paralelamente aos estudos de direito, fui jornalista da “Revista da Semana”, uma precursora das *newsweeks*. Meus pais me mandavam algum dinheiro, mas eu precisava trabalhar., Um dia, Cleanto de Paiva Leite, que era meu primo, indagou por que eu não fazia um concurso para o

serviço público. Era algo que nunca tinha me passado pela cabeça. Mas aceitei fazê-lo, passei em primeiro lugar, fui nomeado para o DASP como assistente de organização, e, mais tarde, como técnico de administração. Assim, comecei no serviço público, onde me dediquei a estudar organização e administração. Foi então que compreendi que me faltava um conhecimento mais sistemático de economia.

RM – Professor, quando o senhor era aluno de Direito, uma série de autores trabalhavam com a problemática da construção nacional, com a idéia de viabilização do Brasil como nação, numa vertente conservadora: Sílvio Romero, Alberto Torres, um pouco antes, e, depois, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, que, aliás, tinha um projeto de industrialização, numa proposta de modernização conservadora. Eu gostaria de saber se o senhor teve contato, em termos de leitura, com estes pensadores?

CF – No caso de Sílvio Romero, havia um ranço racista que eu rejeitava. Azevedo Amaral não me impressionou. Oliveira Viana foi diferente...

RM – Por quê? O que chamou sua atenção?

CF – A visão de conjunto que ele tinha do Brasil. Oliveira Viana, que, aliás, conheci pessoalmente — visitei-o em sua casa, para conversar com ele —, me impressionou bastante. Mas a verdade é que o pensamento brasileiro estava marcado por esse fundo de racismo.

RM – Esta era a grande questão que os separava...

CF – Daí eu ter me inclinado para a vertente da modernidade, que levava à idéia de planejamento.

RM – O senhor referiu-se ao seu interesse pela questão da organização, do planejamento. Pois bem, na obra de Oliveira Viana, o Estado tem um papel muito importante dentro do arranjo social, e eu lhe pergunto se isto, em algum momento, o sensibilizou, ou melhor, se aquela visão de Estado, que organiza a realidade social, o tocou?

CF – Tocou, mas não chegou a ter um efeito permanente. A verdade é que cheguei à visão do Estado pela via do planejamento. Percebi a importância da ação organizada do Estado, e da necessidade de uma política. Tudo isso me vinha do estudo da teoria da organização. Escrevi um trabalho, na época, que teve uma certa repercussão. Chamava-se “Sobre planejamento” e nele eu estudava a organização de um time de futebol em campo. Suas regras são fluidas, cada jogador as interpreta como quer, mas elas são essenciais para a vitória. Esse trabalho foi traduzido para o espanhol e publicado na Argentina. Foi quando comecei a ter uma certa presença...

RM – Isto foi antes do ingresso na CEPAL?

CF – Ah, bem antes!

RM – E antes mesmo do senhor fazer o doutorado na França?

CF – ... Muito antes.

RM – Existem alguns clássicos da modernidade brasileira, Gilberto Freyre, a que o senhor já se referiu, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Francisco de Oliveira, inclusive, o coloca ao lado desse terceto. Com relação a Caio Prado, eu acho que tanto o senhor como ele, por vertentes diversas, tem algumas preocupações comuns, como, por exemplo, a questão da particularidade do capitalismo no Brasil. Uma outra coisa é a idéia de economia colonial que aparece como uma preocupação, uma categoria de análise imperante em seu pensamento e no do próprio Caio Prado. Eu queria perguntar precisamente o seguinte: o senhor tem, em algum momento na sua trajetória, algum contato, aproximação, leitura ou diálogo com a obra do Caio Prado?

CF – Não. A obra *Formação do Brasil contemporâneo*, só fui lê-la já na França, preparando minha tese de doutorado. Acho-a muito interessante, tendo-a citado extensamente em minha tese. Essa tese vai sair agora, publicada em português, cinquenta anos depois. Um historiador da Unicamp a descobriu em Paris e me pediu licença para publicá-la.

RM – Tamás Szmrecsányi...

CF – Ele conseguiu uma cópia da tese. Eu tinha perdido o único exemplar que trouxe da França em 1948. Recentemente, mexendo em meus papéis, descobri os originais da tese, escritos à mão em português. Meu orientador de tese, o professor Maurice Byé, conhecia perfeitamente a nossa língua e, para apressar a sua redação, permitiu-me escrevê-la inicialmente em português. É esse original que está sendo publicado.

RM – Maurice Byé esteve aqui no Brasil, não?

CF – Esteve durante vários anos, como professor. Ele era muito simpático, me ajudou muito. A tese se chama *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*.

RM – É nela que o senhor fez aquele estudo comparativo entre a produção do açúcar no Nordeste e na região das Antilhas... Eu gostaria de saber que autores brasileiros o senhor utilizou na *Economia colonial*? O senhor se referiu há pouco a Caio Prado. E o Capistrano?

CF – Capistrano de Abreu, um pouco. Mas nessa altura eu já estava muito voltado para a leitura econômica. Guardei de Capistrano apenas algumas idéias gerais, porque sempre fui contra sua idéia fixa do São Francisco como o “rio da unidade nacional”. A unidade nacional não se fez com o São Francisco.

RM – Eu queria lhe perguntar, ainda, sobre algumas outras leituras. Por exemplo, João Lúcio de Azevedo. O senhor passou pelo *Épocas de Portugal Econômico*?

CF – Passei e citei na minha tese...

RM – O João Normando?

CF – Ah sim, citei, também, na tese o Normando, que é dos Estados Unidos, não?

RM – E o senhor usou o Leroy-Beaulieu, que tem toda aquela teorização sobre colônia de povoamento.

CF – Também.

RM – E, já que estamos falando de leituras, eu quero perguntar, também, sobre Manoilescu e List.

CF – Tomei conhecimento de Manoilescu um pouco mais tarde, quando ele teve muita repercussão no Brasil.

RM - ... inclusive a FIESP financiou a tradução de seu livro sobre o protecionismo para a indústria.

CF – Sim, a tradução a partir do francês, não é? Li esse livro com curiosidade. Aliás, Prebisch fora influenciado por ele. A obra de Manoilescu tem coisas muito positivas. Mas o que ficou foi o corporativismo, que tem aspectos muito negativos. Como as duas vertentes do pensamento dele não foram separadas, sua influência tendeu a diminuir.

RM – Isso provavelmente deve ter partido de críticas do pensamento liberal, digamos assim.

CF – Exato... Mas, os dirigentes da FIESP perceberam a importância da teoria do protecionismo, do moderno protecionismo.

RM – Se me lembro bem, o Roberto Simonsen cita, freqüentemente, o Manoilescu em seus trabalhos.

CF – É...ele foi traduzido e difundido por influência de Simonsen.

RM – E List, o teórico alemão?

CF – Eu fiz só uma resenha sobre o livro dele, que trata da Alemanha. Aliás, tudo que permitia entender o atraso do Brasil me interessava. Manoilescu, por exemplo, me permitia mostrar que o Brasil não podia seguir pelo caminho em que estava. Ele propunha um sistema de proteção do setor moderno de produção e List foi o grande teórico que influenciou Manoilescu. List é de 1840, 1850 ... e sua obra foi definitiva, porque criou o conceito de indústria infantil. Ele procurava mostrar que toda indústria é frágil no começo e que, portanto, precisa de proteção. Todas essas idéias foram se estruturando em minha cabeça, como uma forma nova de pensar. Mas a influência maior que tive foi de Keynes.

RM – Nessa entrevista dada à Maria da Conceição Tavares e ao Manuel Corrêa de Andrade, lá pelas tantas, o senhor disse algo que me chamou muito a atenção: que a CEPAL tinha sido sua escola de trabalho como economista. Eu queria, então, lhe perguntar se sua aproximação mais intensa com o pensamento de Keynes ocorreu quando passou a fazer parte da CEPAL. Gostaria que me falasse um pouco, também, sobre suas relações intelectuais com Raul Prebisch.

CF – A verdade é que o pensamento de Prebisch foi fundamental para mim. A experiência da CEPAL me permitiu constatar que o Brasil era um país atrasado, e para isso não havia explicação. Isso eu descobri assim que cheguei a Santiago, comparando as estatísticas do Brasil, da Argentina, do México, do Chile.

RM – No *Fantasia organizada* o senhor fala sobre isto...

CF – Trato disso, sim. Fui encarregado de fazer um mapeamento do desenvolvimento dos países mais importantes da América Latina durante dez anos. Ao fazer esse trabalho, constatei o quanto o Brasil era atrasado. Como explicar? O Brasil tinha mais território, mais população, mais recursos e potencial. Onde estava a sua inferioridade? Superada a teoria da inferioridade racial, a resposta só podia estar na história, e lá fui buscá-la. Tudo isso me obrigou a repensar, a abrir um caminho. E comecei a ver o fim do túnel quando li Keynes.

RM – E onde se deu esta aproximação com Keynes, professor?

CF – Na CEPAL.

RM – Na CEPAL? O senhor começou por aquele livro do Prebisch, sobre Keynes?

CF – Não.

RM – é que ele tem um livro...

CF – ... um pequeno livro feito nessa época.

RM – Isso!

CF – Não posso dizer que descobri Keynes na CEPAL, porque já o havia estudado antes. Mas até então, eu via o Keynes da “teoria do ciclo econômico”, que era a sua grande contribuição e levava à política de estabilização. Na CEPAL, comecei a perceber a importância da visão macroeconômica da História. Tratava-se, agora, de olhar a História, vendo o macroeconômico, para entender a lógica do atraso e descobrir os fatores que impediam o crescimento de um país como o Brasil. Aí, comecei a ler teoria econômica mais sofisticada.

RM – Em suas análises, a questão do Estado tem um papel central. O senhor tem uma leitura sobre a intervenção do Estado no Brasil que é paradigmática. Neste sentido, queria lhe perguntar sobre a importância do François Perroux. Ele tem algum papel no momento em que o senhor começa a definir a questão da importância do Estado?

CF – O pensamento de François Perroux foi seguramente o que mais me influenciou, pela importância de sua teoria do “pólo de crescimento”, que permite compreender que o crescimento econômico resulta de uma vontade política. Perroux me orientou para pensar o papel do Estado. É a partir da criação do Estado Nacional que se pode falar de desenvolvimento.

RM – O senhor se lembra o que leu de Perroux, em especial?

CF – *A economia do Século XX*, aqueles grandes volumes... Mas eu também fui aluno de Perroux, em Paris, segui suas conferências. Ele lecionava na mesma faculdade onde fiz o doutorado. Assistir a uma aula de Perroux era um espetáculo, porque ele fazia uma gesticulação muito curiosa. Aliás, lembro-me de que ele foi acusado de ter sido *collabo*... sem fundamento. Seus próprios pares da Universidade o absolveram.

RM – Professor, o seu caminho para descoberta do papel do Estado é um caminho que foi sedimentado pelo Keynes ou pelo Perroux?

CF – Por Perroux. Keynes, em relação à questão do Estado, dá, digamos assim, a sinalização do ponto de vista econômico. É o teórico da dinâmica macroeconômica. Na realidade, ele criou a necessidade de uma dinâmica. O modelo keynesiano é um modelo estático, mas é claro que na sua época representou um tremendo avanço. Keynes valorizou o papel do Estado. A partir dele cabia pensar em política econômica e não mais, simplesmente, no mercado para regular a economia. Foi um salto enorme. Isso nos deixou fascinados: o Brasil era atrasado porque não havia uma política econômica e o mercado não iria resolver os problemas do país. Ia deixar o Brasil onde estava, acumulando cada vez mais atraso. A ruptura qualitativa na minha visão do mundo dá-se aí: compreender o papel do Estado, perceber que o desenvolvimento, no fundo, é obra de uma ação política, e que essa ação política poderia ter sido facilitada por uma certa estrutura social, uma classe burguesa dinâmica, como houve na Europa...

RM – O que não era o caso do Brasil....

CF – De fato. Aqui a classe dirigente era passiva, dominada intelectualmente de fora. Havia que se formar uma vontade política. Passei, então, a ver o mundo como um desafio. Fazer política é enfrentar desafios. Não cabe esperar por soluções espontâneas. Não pode haver infra-estrutura sem política, sem planejamento. O mercado é maravilhoso, mas não transforma a infra-estrutura a médio e longo prazos.

RM – Numa de suas entrevistas recentes o senhor disse uma frase muito significativa: “Não há mercado sem Estado”.

CF – Exato. Penso, por exemplo, nas cidades italianas do passado. Uma cidade como Veneza foi um verdadeiro Estado nacional, regida por uma vontade política que defendia os seus interesses para valer.

RM – Professor, ainda dentro desta linha, eu encontrei no seu “Auto-retrato intelectual” algumas referências a Mannheim, quanto à questão do planejamento democrático. Pelo que eu estou percebendo, o senhor pensou, originalmente, a questão do planejamento na Faculdade de Direito, quando entrou em contato com a preocupação americana com a administração. Mas, há um dado momento em que Mannheim aparece em seu pensamento. Gostaria de saber até onde o senhor reconhece a influência de Mannheim nessa questão do planejamento democrático. E, também, uma outra coisa: até onde a noção de *intelligentsia* de Mannheim influenciou suas concepções a propósito dos intelectuais?

CF – Para mim, Mannheim foi fundamental. Ele me iluminou, me tirou do tecnicismo. Pude perceber que há valores, que o planejamento não decorre apenas de uma boa estratégia. Há que estar iluminado por valores, para ser democrático. Mannheim me ensinou a ver a sociedade como um sistema de valores, antes de tudo..

RM – Quando se dá este contato o pensamento de Mannheim?

CF – Muito cedo, na época em que chegavam aqui as as traduções de suas obras feitas pelo Fondo de Cultura. Eu estava na Faculdade de Direito. O livro de Mannheim publicado por essa época, início da Segunda Guerra, foi *Ideologia e utopia*. Havia outro livro dele sobre planificação social, mas eu me concentrei no *Utopia*...

RM – Essa idéia, essa concepção de intelectual que o senhor tem, como alguém capaz de intervir...

CF – É inspirada em Mannheim... No conceito de *intelligentsia*...

RM – Isso, exatamente.... Gostaria de saber, agora, se o senhor teve contato com a obra do Parsons?

CF – Muito superficialmente, nada que me influenciasse. Quem me iluminou mesmo foi Mannheim, foi *Ideologia e utopia*.

RM – Em 1958, o senhor se afasta da CEPAL e vai passar uma temporada em Cambridge. Gostaria de saber, inicialmente, quais as razões de seu afastamento da CEPAL. Num dos livros autobiográficos, o senhor faz referências a isto, mas não ficou muito claro. É uma outra coisa ... Há, em determinado momento, uma sugestão de que a elaboração de *A economia brasileira*, de algum modo, acirrou alguns problemas dentro da CEPAL. Queria saber se o seu afastamento tem alguma coisa a ver com mudanças nos rumos da instituição, ou com a elaboração do *A economia brasileira*?

CF – É algo de que prefiro não tratar. Quando escrevi esse livro, Prebisch não gostou, não aprovou.

RM – Por quê?

CF – Porque ele achava — mandou-me dizer indiretamente — que os técnicos da CEPAL deviam todos pensar pela instituição. O que escrevessem era para a instituição, o que me pareceu um absurdo. Mas era o temperamento dele.

RM – Ele era muito centralizador?

CF – Muito centralizador. Então, em 1954, quando publiquei esse livro, comecei a cogitar em encerrar minha carreira na CEPAL. Pensei: “eu não posso ficar, porque eu quero escrever, ter liberdade de pensar; não vou ficar preso a uma administração”. Por isso em 1957 tirei uma licença por um ano e fui pra Cambridge.

RM – Não houve rompimento?

CF – Não houve um rompimento formal. Passei um ano em Cambridge, onde aproveitei para escrever o *Formação econômica do Brasil*, que já estava todo elaborado no meu espírito. Mas já pensava em voltar para Brasil... Quando voltei, disse a Prebisch que só me interessaria uma missão no Brasil. Ele queria que eu fosse para Santiago. Renunciei, então, à CEPAL, deixando o cargo, após ter passado nove anos na instituição.

RM – Para entender e me aproximar do seu pensamento, eu li, obviamente, muitas coisas elaboradas pela CEPAL, no momento em que Prebisch estava na direção. Pude perceber uma diferença marcante entre as colocações de Prebisch e as suas. Não vi a presença da história no pensamento de Prebisch. No meu entender, esta seria uma grande diferença...

CF – Havia mesmo uma diferença muito grande. Você observou bem. Prebisch não captava o fenômeno histórico. Ele era mais um técnico. Via a economia como economista. Em segundo lugar, ele não via a dimensão social com a mesma urgência que eu. Ele vinha de um país, a Argentina, onde havia muito crescimento social. O povo vivia bem. Os operários comiam churrasco, na rua, em Buenos Aires.... E eu vinha do Brasil, do Nordeste. Tinha uma percepção da pobreza, tinha urgência! Havia diferenças, mas isso não impedia que colaborássemos. Eu era um grande admirador de Prebisch, devo muito a ele. A CEPAL foi um momento importante. Mas, de qualquer maneira, eu queria atuar no Brasil. E, de fato, ao me desligar da CEPAL, de volta ao Brasil fui trabalhar pelo Nordeste.

RM – É o momento em que aparece SUDENE...

CF – O Nordeste estava, como sempre, enfrentando problemas. Foi uma fase da vida em que me orientei para repensar o Brasil. Passei quase dez anos nas Nações Unidas, estudei muito os outros países latino-americanos, dirigi grupos de trabalho na CEPAL, fiz, por exemplo, um trabalho de quase 200 páginas sobre a economia mexicana, a sua crise de pagamentos. Todos esses estudos me ajudaram a melhor entender o Brasil, pois ao estudar países parecidos, eu enxergava melhor a nossa realidade. Daí querer me dedicar diretamente ao Brasil.

RM – Professor, será que eu poderia dizer que esse seu vínculo com a história, que o Raul Prebisch não tem, que essa sua aproximação com a cultura humanística, que vai representada, por exemplo, pelo pensamento de Mannheim, que isso pode ser explicado pelo fato do senhor ter um projeto para o Brasil?

CF – Eu sempre fui apaixonado pela história. Não sei por que não fui historiador. Numa recente exposição sobre a minha obra, foi mostrado um diário meu de juventude, de quando eu era estudante no Liceu da Paraíba. Nesse diário eu escrevia: “meu propósito é escrever um livro para explicar o Brasil, é repensar a história do Brasil”.

RM – Na época do Liceu?!

CF – Sim. Repensar a História do Brasil, com os conhecimentos modernos daquela época, com as ciências sociais, por exemplo, para entender o Brasil.

RM – Quantos anos o senhor tinha?

CF – No máximo 17 anos. O documento está datado. Portanto, vem de longe essa mania... Eu lia tudo sobre história e me beneficieei do fato de meu pai ter arrematado uma biblioteca com notáveis livros de história. Por exemplo, eu tinha em casa os 20 volumes de Cesare Cantù. Eu li muita história, era meu prazer.

RM – A história veio antes da economia...

CF – A história chegou primeiro. A economia veio como que para explicar e entender melhor a história. Eu já disse isso num livro de memórias. Compreendi que só entenderia bem a história se soubesse economia. Portanto, fui para economia para entender a história. Isso foi influência do grande historiador belga Henri Pirenne. Citei tanta gente, que me esqueci dele...

RM – O senhor faz referência a Pirenne, muito claramente...

CF – Pirenne foi fundamental para mim. Pensar, buscar uma lógica na história, que não fosse a do acaso, apenas. Entender a história... este era meu grande desafio. Mannheim, Pirenne eram teóricos que me ajudaram a entender a história.

RM – Alguém, inclusive, já afirmou que a dúvida é saber se o senhor é um historiador que se vale da economia, ou um economista que não prescinde da História...

CF – É verdade. Tanto assim que meu livro *Formação econômica do Brasil* é um “esqueleto” de história. Minha paixão era a história, era entender a vida dos homens, dos homens vivendo, criando, inventando. Quanto à economia, há uma frase clássica que diz que ela é “a anatomia da sociedade”. Compreendi que a única forma de se entender bem a história era me armar de conhecimentos econômicos. Vem daí a atração pela teoria do ciclo econômico, por Schumpeter , que eu conheci bastante...

RM – E o Myrdal, professor?

CF – Também li bastante Gunnar Myrdal.

RM – Como o senhor situa o peso do pensamento de Myrdal em sua formação?

CF – Eu diria que Schumpeter e Myrdal foram os dois pensadores econômicos com visão ampla que mais me influenciaram. Houve outros também, como Pirenne, historiador, que estudou a história da Europa para compreender o feudalismo e entender a decadência do Império Romano. Isso me apaixonava, e sobre isso escrevi em *Economia Brasileira*, e também em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Faço aí uma análise do desenvolvimento econômico do capitalismo, e mostro como a decadência de Roma e o atrofiamento das cidades do Império Romano levaram ao declínio da atividade econômica. A paixão por entender a história é seguramente o elemento mais importante da minha vida intelectual.

RM – Professor, qual o significado de Cambridge para a sua formação intelectual?

CF – Cheguei a Cambridge após muitos anos de trabalho na CEPAL, trazendo muitas idéias e também muitas dúvidas na cabeça; agora, poderia esclarecê-las, discutir com o mundo acadêmico tão sofisticado dessa universidade. O professor Nicholas Kaldor foi quem me levou para Cambridge. Certa vez, conversando comigo no México, disse-me: “você tem de ir para lá”. Instigou-me assim a entender a economia moderna, globalmente. Tenho a impressão de que Cambridge me permitiu conferir certas coisas, dar maior precisão à minha linguagem, ser mais rigoroso na análise econômica.

RM – E a Joan Robinson?

CF – Joan Robinson teve muita influência sobre mim, li muito seus livros. Joan era uma grande amiga pessoal.

RM – O senhor estava como professor visitante?

CF – Bem, dessa vez não...Em 1957 e 1958, eu fiquei em Cambridge como *fellow*. Era um pesquisador com liberdade para seguir os cursos que quisesse, sem nenhuma obrigação sistemática. Era um estágio para pensar e escrever alguma coisa. Foi aí que escrevi o *Formação econômica*, justifiquei o desatino...(risos)

RM –Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* há um texto escrito tendo em vista um concurso na Universidade do Brasil. Eu queria saber o que ocorreu, quais foram as dificuldades desse processo de inserção acadêmica?

CF –Enquanto eu fui candidato não fizeram o concurso (risos). A cátedra era ocupada por uma pessoa que tinha força suficiente para barrar o concurso. E assim, durante vários anos, fui candidato sem conseguir fazer o concurso. Quando, em 1964, fui cassado, então fizeram o concurso...

RM – E quem ocupava esta cátedra?

CF – Quem ocupou a cátedra depois de 64 não foi a mesma pessoa que me criou as dificuldades. Foi o João Paulo Almeida Magalhães. Quem criou dificuldades foi outra pessoa, um professor interino, que bloqueou o concurso por muito tempo. Quando fui para o exílio, essa pessoa também se afastou, ou seja, não tirou tanto proveito assim. Mas o concurso foi aberto e o João Paulo, que tinha competência, ganhou.

RM – Nos anos 60, quais eram as suas relações com os intelectuais do PCB? Havia algum contato, alguma forma de aproximação?

CF – Bem, eu tinha vários amigos dentro do PC. Mas nem sempre se declaravam comunistas quando falavam comigo. Por exemplo, o Acioli Borges, um engenheiro muito amigo, lá da Paraíba. Talvez o Américo Barbosa de Oliveira fosse ligado indiretamente. Esse pessoal não era do PC abertamente; eles eram influenciados pelo PC... me procuravam, me consultavam etc. Oficialmente nunca tive contato com o PC.

RM – E o ISEB? O senhor fez algumas palestras...

CF – Fiz algumas palestras no ISEB, mas nunca fui propriamente daquele grupo... eu era da CEPAL, nessa época. Dei uns cursos no ISEB. É curioso ... fiquei muito amigo de algumas pessoas de lá, como o Hélio Jaguaribe, além de muitos outros...

RM – Álvaro Vieira Pinto?

CF – O Álvaro Vieira Pinto nunca foi muito próximo de mim. Ele era um filósofo muito fechado, voltado para si mesmo...

RM – Werneck Sodré?

CF – Conheci rápida e superficialmente. Nunca tive trato com ele. Na verdade, o fato é que eu não tive oportunidade de me meter com o PC. Quando poderia ter entrado, estava fora do Brasil. A sedução que o PC exercia, durante a guerra, era muito grande. Sedução de pensar o Brasil de

outra maneira, agir de outra forma, criar uma história nova etc. Tudo isso seduzia muita gente. Mas, nesse período fui convocado para o Exército e fui para a guerra. Ou seja, estava fora do Brasil quando ocorreu o grande crescimento do PC. Portanto, não me procuraram... Depois, voltei para o Brasil, por muito pouco tempo, retornando para estudar na Europa.

RM – Por suas características de pensador independente, dificilmente o senhor sobreviveria ou se manteria lá dentro, de camisa-de-força...

CF – Exato. Eu provavelmente teria brigado. Mas nunca fui contra o PC, sempre tive simpatia pelos comunistas. Eram pessoas idealistas, dispostas a sacrifícios, a lutar. Embora me parecessem iludidos, achando que tinham soluções prontas para todos os problemas, tudo lhes parecia muito fácil. Na teoria econômica nunca aceitei a influência do PC. Mas, com meu viés historicista, tinha afinidades com eles.

RM – E as questões do Estado e da economia de mercado interno?

CF – Fui leitor atento de Marx. Fui dos poucos brasileiros a estudar Marx, sistematicamente, em Paris. Estudei lá os quatro volumes de *O capital*, em francês. Queria anotar tudo. Fiz esse curso de marxismo no Instituto de Ciências Políticas, com o professor Cornu. Vez por outra ele dizia (e achava graça), “tem um brasileiro muito afeito ao estudo do marxismo”...

RM – Mas, eu me lembro de ter lido em *A fantasia organizada* que sua visão desse professor de marxismo o deixava....

CF – ... assustado pelo primarismo. Eu até o apresentei de uma forma um pouco caricatural. Os alunos brincavam com ele, que não percebia... Mas é importante dizer que na época em que eu estudei em Paris, o curso de marxismo era aberto, todos podiam segui-lo. Entretanto, o marxismo nunca me seduziu, propriamente, como uma doutrina. A grande sedução do marxismo estava na sua macroeconomia, que era pioneira: poder olhar a sociedade como um todo. Mas, quando eu cheguei a ela, já tinha passado por Keynes, cuja macroeconomia era mais sofisticada. Portanto, não fui influenciado. Mas rendi minhas homenagens. Você leu sobre as minhas

influências e Marx estava entre elas. Creio que todo mundo que pensou a sociedade moderna foi influenciado por Marx, pois sua visão ampla é extraordinária.

RM – Professor, estou encerrando a entrevista e gostaria de fazer uma última pergunta, bem ampla. O que o Brasil deve a Celso Furtado e o que Celso Furtado deve ao Brasil?

CF – Bem, a primeira parte da pergunta eu creio que não cabe a mim responder. Você e os estudiosos do Brasil devem saber. A única coisa que eu percebo é que o interesse pelo que escrevi mantém-se firme. Meus livros circulam, prossegue o debate das idéias e dos problemas que lancei. Eu, na verdade, devo enormemente ao Brasil. Poucas pessoas contam com a oportunidade de ter à vista um laboratório tão fantástico como é o Brasil. Possuímos a mescla racial, cultural, a vastidão do território; estudar a evolução de tudo isso é apaixonante. Por isso me preocupa o futuro deste país. Que ele consiga sobreviver às transformações que o mundo hoje sofre! Os Estados nacionais estão mudando muito. Até onde iremos nessa mudança, não sei! Minha confiança (minha intuição) é de que o país já é bem consistente para sobreviver.

RM – ... para resistir?

CF – ...para resistir. Já tem consistência. Aspectos que, às vezes, parecem de menor relevância, como os esportes, “salvam” os brasileiros, a consciência nacional. Um jogador de tênis, ou de futebol, pode virar um herói nacional. É uma prova de que o Brasil existe. Isso me conforta...

RM – Li outro dia um artigo de um professor chamado Juarez Guimarães, da Universidade Federal de Minas Gerais. E ele recorre a Hegel, para falar a seu respeito. Ele diz o seguinte: “Está em Hegel o pensamento de que a palavra amor dita por um jovem não tem o mesmo valor expressivo do que quando formulada por um homem entrado da derradeira fase da vida”. A sua maior declaração de amor é uma declaração de amor ao Brasil – isto se percebe claramente. Essa coerência que o senhor teve ao longo de sua vida...coerência e obstinação...

CF – Isto eu digo, é o meu destino. Nasci no Sertão...

RM – Professor, eu quero lhe agradecer muito, acho que foi um privilégio poder entrevistá-lo. Eu queria, inclusive, lhe contar uma coisa: o primeiro livro “sério”, acadêmico, que li na minha vida, quando eu tinha 16 ou 17 anos, foi o *Formação econômica do Brasil*. Foi aí, com certeza, que descobri a vocação para historiadora...

CF – É um livro difícil...

RM – De fato, eu me lembro que nas primeiras leituras pouco entendia, mas havia alguma coisa de fascinante lá dentro, que era a idéia de ver um Brasil diferente. Nas minhas aulas de história, a visão de Brasil que eu passei para os meus alunos foi a visão de Celso Furtado.

CF – Muito obrigado...